

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS/MG – UNIMONTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MARILENE ALVES DE SOUZA

**Redes, fluxos e circuitos de comercialização da agricultura camponesa**

Montes Claros/MG  
2013

MARILENE ALVES DE SOUZA

**Redes, fluxos e circuitos de comercialização da agricultura camponesa**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

**Orientadora: Profa Dra Luciene Rodrigues**

Montes Claros/MG  
2013

Souza, Marilene Alves de.

S729r        Redes, fluxos e circuitos de comercialização da agricultura camponesa  
[manuscrito] / Marilene Alves de Souza. – 2013.

162 f. : il.

Bibliografia: f. 154-161.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros -  
Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS,  
2013.

Orientadora: Profa. Dra. Luciene Rodrigues.

1. Agricultura camponesa – Comunidade de Várzea Comprida – Porteirinha  
(MG). 2. Políticas públicas. 3. Economia – Mercado - Agricultura. I. Rodrigues,  
Luciene. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título.

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

MARILENE ALVES DE SOUZA

REDES, FLUXOS E CIRCUITOS DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA  
CAMPONESA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, apreciada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Profa. Dra. Luciene Rodrigues (Unimontes)

---

Prof. Dr. Áureo Eduardo Ribeiro (UFMG)

---

Prof. Dr. Rômulo Barbosa (Unimontes)

Aprovado em:

Em memória de meu pai, a força de minha mãe e aos meus irmãos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço do fundo da alma e do coração a Deus e todas as forças vivas que me cercam dando-me força e coragem. E neste contexto, agradeço a Padre Wagner, Padre Adilson, Sônia, Luzia, Cé, Flávia, Dorinha, Alvimar e tantos agentes de pastoral que fazem a igreja no meio do povo empobrecido.

A minha família que desde cedo apesar, das dificuldades me mostrou o valor da leitura, escrita e interpretação do mundo a partir de nossa realidade de dificuldades, á Derci minha irmã querida companheira de toda a minha vida. Agradeço a Felício e Wendeo, sobrinhos que enredaram comigo neste trabalho. Aline, sobrinha que compartilha comigo alguns desafios.

Janser meu amado companheiro, pela paciência e persistência de seguir comigo nesta vida tão cheia de “ coisas”. Madrugadas sozinho, finais de semana silenciosos em função da necessidade de concentração. A você meu eterno reconhecimento e amor.

Aos meus amigos do CAA/NM e Cooperativa Grande Sertão, cúmplices de minha história profissional marcada pelo desejo de mudança no mundo. A Arlân que ajudou a ilustrar as ideias construídas na pesquisa, obrigada pela paciência no vai e vem destas idéias. Braulino, Lô e Eliseu, diretores que compreendem a importância de qualificação dos técnicos da instituição. Fábio Dias com quem compartilhei alguns elementos da pesquisa, obrigada.

A HEKS, agência Suíça, de modo especial Uli e Marie Thereze pela concessão de uma bolsa que permitiu apresentar parte deste trabalho em Congressos em Barcelona e Lisboa.

Aos professores do PPGDS e o pessoal da secretaria do Programa , obrigada pelas informações e elucidações de algumas dúvidas, aprendi muito com vocês.

A doce e querida orientadora Luciene, sua sensibilidade, coragem e energia alimentou minha alma e corpo em madrugadas em que não me senti sozinha. Sem você eu não conseguiria chegar até aqui. Espero compartilhar de outros desafios com você.

Aos meus colegas, de modo especial ao querido Werley, “my study Buddy” , Elca, Solange, Eliane, Leila, Sibele, Flávio, Mateus, Otil, Reginaldo, Felipe, Barbara, Helen, Adélia, Fabíola, Dayane, Débora, Adílio, conhecer e compartilhar conhecimentos com vocês foi ótimo. Luãn, Cássio e Jhonny estagiários da economia que apoiaram a tabulação dos dados, muito obrigada.

Sem palavras para agradecer a família que me acolheu na comunidade, foram noites, finais de semana e conversas que me ajudaram a compreender as dinâmicas locais: Adão, Lourdes e crianças, muita obrigada. As lideranças que me ajudaram, Terezinha, Cido, Elton, Edson Lucas, Lourdes, Oscarino e Irmã Mônica, que possam seguir lutando pelo fortalecimento da agricultura camponesa da região e do país. Quero ainda agradecer a Gilvan pelos dados disponibilizados do PSF do município.

Aos amigos e amigas, Bel, Alvaro, Barbara, Junior, Elaine, Silvia, Cláudia Luz, João D`Angelis, Samuel, Helen, Luciano, Germana pelo apoio na formatação, obrigada a tantos outros amigos e amigas que não cabem neste espaço. Reconheço em vocês uma amizade sincera.

Aos companheiros e companheiros da ASA, de modo especial a Valquíria que entendendo o meu momento de estudos assumiu muitas atividades da coordenação, da qual faço parte.

Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo coisas de rasa importância. Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras de recente data. Toda saudade é uma espécie de velhice. Talvez, então, a melhor coisa seria contar a infância não como um filme em que a vida acontece no tempo, uma coisa depois da outra, na ordem certa, sendo essa conexão que lhe dá sentido, meio e fim, mas como um álbum de retratos, cada um completo em si mesmo, cada um contendo o sentido inteiro. Talvez esse seja o jeito de escrever sobre a alma em cuja memória se encontram as coisas eternas, que permanecem...

**João Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas.**



## RESUMO

O estudo centra-se na análise da produção e dos canais de venda e fluxos comerciais de grupos cujos sistemas de produção são mais diversificados, utilização mais intensa de trabalho, relações parciais com os mercados, assentados em modos de vida tradicionais. O objeto de estudo é a agricultura camponesa, suas dinâmicas econômicas territoriais e a pluralidade de forma que estas assumem os recursos mobilizados e os movimentos que dinamizam economias locais e suas variadas formas de trocas mercantis e simbólicas, que fazem com que uma teia de produtos alimentares saia de dentro da unidade de produção e de vida de famílias camponesas até chegarem à mesa dos consumidores urbanos. O debate teórico percorre os caminhos da agricultura camponesa, do território e territorialidade e das redes e fluxos acessados pelas famílias camponesas. Traz o debate acerca das políticas públicas e o papel do Estado nas dinâmicas econômicas da agricultura camponesa. Para a pesquisa empírica, elegemos os camponeses da Comunidade de Várzea Comprida, localizada no município de Porteirinha/MG como sujeitos do estudo. Esta Comunidade encontra-se situada no território Serra Geral, um território alvo do planejamento público e de suas políticas de desenvolvimento rural e de combate à pobreza. O estudo recorre a procedimentos múltiplos como dados estatísticos, fluxogramas, observação etnográfica para compreender as relações econômicas de produção e circulação da agricultura camponesa.

**Palavras-chave:** Agricultura camponesa, políticas públicas, economias e mercados.

## ABSTRACT

The study focuses on the analysis of production and sales channels and trade groups whose production systems are more diverse, more intensive use of labor, partial relations with the markets, seated in traditional ways of life. The object of study is peasant agriculture, their territorial economic dynamics and plurality so that they take the resources deployed and the movements that energize local economies and their varied forms of market exchange and symbolic, that cause a web of food skirt inside the unit production and life of peasant families to come to the table of urban consumers. The theoretical debate on the trails of peasant agriculture, territory and territoriality and flows and networks accessed by peasant families. Brings the debate about public policy and the role of the state in economic dynamics of peasant agriculture. For empirical research, we chose the peasants Várzea Comprida Community, located in the municipality of Porteirinha / MG as study subjects. This community is located in the territory Serra Geral, a territory of the target audience and its planning policies for rural development and poverty alleviation. The study uses multiple procedures as statistical data, flowcharts, eth nographic observation to understand the economic relations of production and circulation of peasant agriculture

**Keywords: Peasant agriculture, public policy, economies and markets.**

## LISTAS DE TABELAS

<b>TABELA 1</b>	Quantidade de estabelecimentos familiares e proporção relativa de área ocupada (em %)- Território da Serra Geral	63
<b>TABELA 2</b>	Famílias pertencentes à Comunidade Várzea Comprida que apresentam algum tipo de transporte	76
<b>TABELA 3</b>	Quantidade de bens duráveis no domicílio das famílias pertencentes à Comunidade Várzea Comprida	78
<b>TABELA 4</b>	Produção das Famílias pertencentes à Comunidade Várzea Comprida segundo o tamanho da propriedade	86
<b>TABELA 5</b>	Famílias pertencentes à Comunidade Várzea Compridas que apresentam equipamentos	89
<b>TABELA 6</b>	Destino da Produção das Famílias pertencentes à Comunidade Várzea Comprida segundo a finalidade autoconsumo, reserva/alimentação animais e troca mercantil no ano de 2012.	93
<b>TABELA 7</b>	Contratos PAA Doação Simultânea - 2010 - Território da Serra Gera	133

## LISTAS DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b>	Proporção de estabelecimentos de agricultura familiar e a área ocupada por eles nos municípios do Território Serra Geral	61
<b>GRÁFICO 2</b>	Faixa etária e gênero das famílias da Comunidade de Várzea Comprida	67
<b>GRÁFICO 3</b>	Participação em organizações local/municipal	72
<b>GRÁFICO 4</b>	Instituições sociais e políticas/espços de participação social das famílias entrevistadas	73
<b>GRÁFICO 5</b>	Grau de escolaridade dos entrevistados das famílias	74
<b>GRÁFICO 6</b>	Faixa etária dos entrevistados das famílias	75
<b>GRÁFICO 7</b>	Benefícios e programas sociais acessados pelas famílias	78
<b>GRÁFICO 8</b>	Famílias pertencentes à Comunidade Várzea Comprida que receberam benefícios sociais e realizaram ou não produção.	79
<b>GRÁFICO 9</b>	Renda declarada das famílias da comunidade de Várzea Comprida	80
<b>GRÁFICO 10</b>	Renda Per Capita das famílias da comunidade de Várzea Comprida	81
<b>GRÁFICO 11</b>	Tamanho das famílias da comunidade de Várzea Comprida	81
<b>GRÁFICO 12</b>	Tamanho das propriedades da comunidade de Várzea Comprida	84
<b>GRÁFICO 13</b>	Famílias que apresentam contratação de mão-de-obra externa	85
<b>GRÁFICO 14</b>	Famílias que recebem assistência técnica	88
<b>GRÁFICO 15</b>	Modalidades de crédito acessado pelas famílias	89
<b>GRÁFICO 16</b>	Famílias que beneficiaram a produção segundo tipo de produto no ano agrícola 2011/12	90
<b>GRÁFICO 17</b>	Famílias que praticam doação solidária	95
<b>GRÁFICO 18</b>	Famílias que comercializaram a produção	99
<b>GRÁFICO 19</b>	Locais de comercialização da produção	100

## LISTAS DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b>	A agricultura familiar no Brasil: trajetória de uma noção controvertida.	34
<b>FIGURA 2</b>	Redes Horizontais: sem hierarquias	43
<b>FIGURA 3</b>	Redes Verticais com Hierarquias.	44
<b>FIGURA 4</b>	Representação de uma rede na forma de Círculo	44
<b>FIGURA 5</b>	Rede de Wasserman-Faust para ilustrar classes de equivalência	45
<b>FIGURA 6</b>	Diferentes representações do mesmo padrão de laços.	46
<b>FIGURA 7</b>	Campo de reciprocidade	46
<b>FIGURA 8</b>	Análise conceptual do desenvolvimento local e territorial	55
<b>FIGURA 9</b>	Tipologias de mercados	57
<b>FIGURA 10</b>	Rede de relações sociais e políticas da Comunidade de Várzea Comprida	71
<b>FIGURA 11</b>	Esquema simplificado dos sistemas de produção das famílias na comunidade	82
<b>FIGURA 12</b>	Redes, fluxos e circuitos da produção de produtos selecionados da Comunidade Várzea Comprida	97
<b>FIGURA 13</b>	Redes, fluxos e circuitos da produção de produtos selecionados da Comunidade Várzea Comprida	98
<b>FIGURA 14</b>	Circuitos do Mel	102
<b>FIGURA 15</b>	Circuitos das frutas e hortaliças	103
<b>FIGURA 16</b>	Circuitos do leite	105
<b>FIGURA 17</b>	Tipologia dos sistemas de venda direta	113
<b>FIGURA 18</b>	Tipologia dos sistemas de venda em circuitos curtos	113
<b>FIGURA 19</b>	Projetos e políticas públicas presentes na comunidade de Várzea Comprida	124

## LISTAS DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b>	Racionalidade na apropriação da natureza de acordo com o modo de produção: campesino e agroindustrial.	38
<b>QUADRO 2</b>	Comparativo entre os modelos patronal e familiar de agricultura	40
<b>QUADRO 3</b>	Comparativo entre modelos de agriculturas	41
<b>QUADRO 4</b>	Síntese da Ação do Estado na Comunidade Várzea Comprida Comprida e efeitos sobre a produção, a comercialização agrícola e o modo de vida camponês	142

## LISTAS DE FOTOS

<b>FOTO 1</b>	Fachada da Cooperativa Agroextrativista Grande Sertão	110
<b>FOTO 2</b>	Fachada da Cooperativa de leite e derivados Crescer	111

## LISTAS DE MAPAS

<b>MAPA 1</b>	Mapa da localização da Comunidade de Várzea Comprida	65
<b>MAPA 2</b>	Mapa de tipologias dos circuitos de vendas das famílias da Comunidade Várzea Comprida	114

## LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEBEV	Associação Casa de Ervas Barranco da Esperança e Vida
CAA NM	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CEASA	Central de Abastecimento de Minas Gerais – Sociedade Anônima
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
IDS	Instituto de Desenvolvimento Sustentável
IMA	Instituto Mineiro Agropecuário
MAPA	Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrária
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSF	Programa de Saúde da Família
SDT	Secretaria do Desenvolvimento Territorial
SIE	Sistema de Inspeção Estadual
SIF	Sistema de Inspeção Federal
SIM	Sistema de Inspeção Municipal
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1 CONCEITOS, CATEGORIAS DE ANÁLISE, REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	22
1.1 O debate clássico sobre a categoria camponês .....	23
1.2 Campesinato e campesinidade no Brasil .....	27
1.3 Agricultura camponesa, racionalidades econômicas e reciprocidades .....	37
1.4 Redes, fluxos e circuitos de comercialização .....	42
1.5 Território, territorialidade e desenvolvimento territorial.....	52
1.6 Mercados e economia camponesa.....	56
<b>2 REDES, FLUXOS E CIRCUITOS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS CAMPONESES DE VÁRZEA COMPRIDA</b> .....	58
2.1 Caracterização do território envolvente da Comunidade Várzea Comprida.....	60
2.2 Alguns aspectos da campesinidade das famílias de Várzea Comprida .....	64
2.2.1 Capital social e redes de organização política e econômica das famílias de Várzea Comprida .....	68
2.3 Sistemas de produção da agricultura camponesa de Várzea Comprida .....	82
2.4 Valores e ética da economia camponesa: soberania alimentar e reciprocidade na Comunidade de Várzea Comprida .....	91
2.4.1 A soberania alimentar em Várzea Comprida .....	92
2.4.2 Lógicas de reciprocidades e de solidariedade na comunidade .....	94
2.5 Redes, fluxos e circuitos de comercialização da Comunidade de Várzea Comprida .....	97
2.5.1 Redes, fluxos e circuitos de comercialização do Mel .....	101
2.5.2 Redes, fluxos e circuitos de comercialização de Frutas e Legumes .....	103
2.5.3 Redes, fluxos e circuitos de comercialização do Leite .....	104



2.6	A feira livre enquanto espaço de trocas materiais e simbólicas: lugar de negociação, encontros e sociabilidade .....	106
2.7	Redes, atores e circuitos comerciais .....	108
2.8	Tipologia dos sistemas de comercialização dos camponeses de Várzea Comprida.....	112
<b>3</b>	<b>POLÍTICAS DE APOIO À AGRICULTURA CAMPONESA E À CIRCULAÇÃO DOS SEUS PRODUTOS .....</b>	<b>115</b>
3.1	Políticas públicas na Comunidade de Várzea Comprida: da intervenção pontual à ação concertada do Estado .....	116
3.2	<i>Mix</i> de Políticas de desenvolvimento com incidência no território .....	123
3.3	Políticas públicas de criação de mercados institucionais para os produtos da agricultura camponesa .....	127
3.4	Instrumentos de comando e controle que interferem nas redes, fluxos e circuitos de comercialização camponesa .....	133
3.5	Autonomia/assujeitamento da agricultura camponesa nos circuitos mercantis.....	138
	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>147</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>154</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>162</b>

## INTRODUÇÃO

Em diversas partes do mundo, assiste-se a hegemonia de processos modernos na agricultura, cada vez mais uniformes e padronizados, semelhantes aos modelos de produção industriais e terceirizados onde as unidades de produção agrícolas encetam um aumento progressivo dos fluxos e das distâncias entre produtores e consumidores. No entanto, na contraposição desta homogeneização, nota-se uma crescente retomada e valorização de modelos locais e artesanais de produção e consumo, que busca o encurtamento dos canais espaciais e culturais de circulação das mercadorias, de aumento das relações de confiança entre produtores e consumidores, referenciados na cultura e na ampliação da segurança e autonomia alimentar de suas populações.

Neste novo milênio, observamos a revalorização de padrões tradicionais de produção e consumo, o que pode ser notado pelo forte crescimento do consumo de produtos biológicos, orgânicos, solidários e justos, isto é, de produtos alimentares com forte conteúdo ético, também associado com a valorização dos mercados locais. Esse interesse de produtores e consumidores para este tipo de alimento com a diminuição crescente de suas distâncias percorridas encontra razões de diferentes naturezas como aquelas relacionadas à saúde, à economia, ao ambiente e à ética.

Na agricultura, segundo Paoloni (2007), por *quilômetro zero*<sup>1</sup> entende-se a distância percorrida por um alimento do local de produção ao local de consumo. Essa noção implica levar em consideração os impactos ambientais ocasionados pelo consumo energético envolvido na fabricação e transporte como, por exemplo, a emissão de dióxido de carbono que contribui para aumentar o nível de poluição. De acordo com a filosofia do *quilômetro zero* incorporado ao mercado dos produtos rurais, benefícios são produzidos ao consumir produtos locais que encurtam distâncias; significa ajudar o ambiente, promover o patrimônio regional agro-alimentar e reduzir preços, bem como garantir um produto fresco, sazonal e saudável. Essa noção de encurtamento das distâncias entre o local de produção e o local de consumo põe em xeque a cadeia de grandes varejistas, de mega centrais de abastecimento, proporcionando a redescoberta da relação produtor-consumidor.

---

<sup>1</sup> Em muitos países, o Quilômetro Zero ou termos similares em outras línguas como “Zero mile marker”, “control stations” ou “control points” é um local específico a partir de que distâncias tradicionalmente são medidas. Em termos econômicos, a ideia “kilometer zero factory” ou seja Fábrica quilômetro zero significa que a produção de dado produto envolve toda a cadeia de microempresas locais do território.

O quilômetro zero, sensível à redução da energia usada na fabricação e transporte, leva ao consumo informado, faz com que os consumidores redescubram sua identidade por meio da culinária tradicional local. É uma forma de contestar a padronização do produto, que resulta em aumento da produtividade com a conseqüente perda da diversidade. A ideia é proporcionar uma relação mais ética e um comércio mais justo entre produtor e consumidor, diminuindo a intermediação, oferecendo produtos muito mais frescos, muitas vezes mais saudáveis, sem agrotóxicos e sem conservantes, produtos típicos da localidade que favorecem a circulação monetária no próprio lugar. Tem grande chance de promover o desenvolvimento rural de forma mais equilibrada, se conseguir consolidar para além da trilogia tradicional do economicamente viável, socialmente mais justo e ambientalmente correto, incorporando ainda os aspectos culturais.

O sistema quilômetro zero pode ser expresso por meio de vários canais de comercialização. Em alguns países, um modo popular de vendas é aquele feito por máquinas automatizadas, geralmente localizadas em praças ou outros lugares públicos, como a venda do leite cru; em outros são as feiras semanais, as cestas fechadas com produtos da estação, a venda direta no local de produção, a entrega em estabelecimentos comerciais locais, entre outros. Ou seja, há uma multiplicidade de espaços utilizados para vendas diretas dos produtos típicos dos agricultores locais, para a realização de vendas sem intermediação, sem embalagem ou com baixíssimo custo.

Na Itália é chamado *quilômetro zero* o projeto *Coldiretti Vêneto* através do qual buscase convencer cantinas públicas, gerentes e varejistas a oferecer aos consumidores preferencialmente produtos oriundos do próprio território. Existem mercados agrícolas já implantados em muitas regiões italianas, especialmente no norte, onde produtos típicos são vendidos sem intermediação, sem embalagem e sem nenhum custo. O Vêneto é a região que começou a campanha para o *quilômetro zero*, por meio da Lei Regional n.º 7, de 25 de julho de 2008, a primeira lei nacional no gênero, em que o poder público visa incentivar a utilização de produtos locais nos restaurantes de organismos públicos, contribuindo para o aumento da venda direta dos agricultores.

No Brasil, a produção da agricultura patronal ou do agronegócio, encontra-se na lógica do modelo dominante, isto é, numa produção em conformidade com o modelo industrial, especializado, em que o produto percorre grandes distâncias até chegar à mesa do consumidor. Por sua vez, o modelo de produção de base artesanal, diversificada, de proximidade entre local de produção e de consumo é parte da lógica camponesa. Sabe-se que existem diferenças na agricultura camponesa com relação aos sistemas de produção, na

relação com os mercados de insumos e de produtos, na disposição de capital e tecnologia, no acesso ao crédito, na renda auferida, entre outros.

O presente estudo centra-se na análise da produção e dos canais de venda e fluxos comerciais desses grupos cujos sistemas de produção são mais diversificados, utilização mais intensa de trabalho, relações parciais com os mercados, assentados em modos de vida tradicionais. O objeto de estudo é a agricultura camponesa, suas dinâmicas econômicas territoriais e a pluralidade de forma que estas assumem os recursos mobilizados e os movimentos que dinamizam economias locais e suas variadas formas de trocas mercantis e simbólicas, que fazem com que uma teia de produtos alimentares saia de dentro da unidade de produção e de vida de famílias camponesas até chegarem à mesa dos consumidores urbanos.

Mais do que um produto agrícola, um alimento, assim podem ser caracterizados o consumo de produtos da agricultura camponesa como o do queijo artesanal da comunidade do Serro, da farinha de mandioca de Morro Alto, o beiju do Agreste, frutas desidratadas de Vereda Funda, a castanha de baru de São Francisco, a rapadura do assentamento Tapera, o doce de Buriti do Chico Fulô, a polpa de fruta da Cooperativa Grande Sertão, o açúcar mascavo do Grupo de Economia Solidária de Claro dos Poções, a essência de plantas medicinais de Dona Vilma, o floral de Irmã Mônica de Porteirinha, entre tantos outros exemplos que nos mostram que não se trata apenas do consumo de um produto ou alimento, mas de um conceito, de uma forma de vida, de uma cultura e de valores. O consumo desses alimentos não é somente para proporcionar as calorias e nutrientes necessários ao funcionamento do corpo biológico; para muitas pessoas é interação social, o elo com um modo de vida mais natural, mediatizado pela memória, tradição e solidariedade, em contestação ao modo de vida impessoal, industrializado e massificado.

Esses produtos trazem embutidos e fazem circular por meio de seu comércio valores de natureza econômica, simbólica, afetiva, cultural, ética, histórica, geográfica e política. E neste processo, movimentam uma série de canais convencionais, formais e informais, mercantis e não mercantis. Mobilizam diversos nexos de solidariedades, desde as primárias como a família, passando por vizinhos e conhecidos em outras cidades; o motorista do ônibus, o leiteiro; as organizações da sociedade civil, os sindicatos de trabalhadores rurais, as cooperativas.

Em alguns casos, empresas locais que ajudam na intermediação e fazem com que o produto chegue ao destino final, ao seu ponto de consumo. Neste processo, parte da produção circula em feiras semanais, regionais e nos mercados locais. Alguns chegam aos balcões dos supermercados, outros em pontos de venda específicos de produtos do sertão, da roça, de

produtos orgânicos, solidários. Movimentando fluxos de vendas, de trocas, de doação e transformação.

O que permeia nas relações camponesas com o mercado não é puramente a dimensão mercantil, de vínculos meramente econômicos, mas a sobrevivência da família, a construção e reprodução de seus sistemas produtivos e vínculos de reciprocidade, regras do viver coletivo, da relação intergeracional, de solidariedade entre outras.

As questões norteadoras do estudo que apresento a seguir procuraram responder as seguintes perguntas: **(i)** Que economia de proximidade é esta que encurta distâncias entre produção e consumo? **(ii)** Por quais canais de distribuição flui a produção alimentar e que tipos de redes, fluxos e circuitos são construídos entre os camponeses e os consumidores urbanos? **(iii)** Em que medida as políticas públicas de desenvolvimento rural e de apoio à agricultura familiar contribuem para o fortalecimento/ enfraquecimento da agricultura camponesa, para a produção e circulação de seus produtos, da cultura alimentar local, do empoderamento de suas economias e de seus territórios?

Estas indagações ganharam sentido na medida em que o contato e a observação de diversas práticas de produção e de estratégias de distribuição desenvolvidas pela agricultura camponesa foram sendo desveladas. Neste processo foi possível perceber movimentações da produção de diversas famílias camponesas do norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha no estado de Minas Gerais, em suas comunidades, nos diversos municípios e em rotas comerciais que ultrapassam os limites municipais (local).

Vimos movimentações econômicas em mercados institucionais e em outros circuitos de comercialização, como as feiras dinamizando as economias das famílias e o mercado local e regional. Para além da profunda relação com o seu meio vivente, estas famílias possuem uma economia singular, com lógicas distintas de alocação dos recursos, produção e distribuição dos seus produtos. De forma silenciosa elas tecem um emaranhado de redes de trocas, de práticas solidárias e de reciprocidades que muitas vezes passam despercebidas pela academia, pelos gestores locais e pelo sistema econômico regional.

O trabalho tem por objetivo geral compreender os circuitos pelos quais a agricultura camponesa lança mão para fazer com que seus produtos e valores cheguem até os consumidores locais, os denominados *circuitos curtos* ou de proximidade. Especificamente, o estudo procura **(i)** identificar práticas e lógicas econômicas vinculadas parcialmente ou integralmente aos mercados (Ellis, 1988), e o papel do Estado e suas interferências por meio de programas e políticas públicas no contexto do desenvolvimento rural; **(ii)** analisar as estratégias de organização, transformação e de trocas dos produtos da agricultura camponesa;

e, (iii) identificar os sujeitos e instituições que atuam nos fluxos entre a produção e o consumo, os tipos de canais e de relações estabelecidas.

O presente estudo parte do pressuposto de que as dinâmicas e circuitos econômicos protagonizados e articulados pela agricultura camponesa movimentam a economia e a identidade territorial local. O consumo de produtos alimentares com forte conteúdo étnico encontra razões de diferentes naturezas relacionadas à saúde, à economia, ao ambiente e à cultura. Entretanto, as estatísticas oficiais em pouco conseguem captar essa economia de proximidade, o movimento dessa produção e seus circuitos de trocas.

Em termos das orientações metodológicas, os conceitos chaves do estudo como agricultura camponesa; território; redes, circuitos, fluxos de comercialização, economia de proximidade recorreu-se a Kautsky (1968), Lênin (1923), Chayanov (1924), Polanyi (1944-2000), Furtado (1970), Martins (1975), Shanin (1979), Wilkinson (1986), Ellis (1988), Woortmann (1990), Abramovay e Veiga (1991), Dayrell (1996), Wanderley (1999), Ribeiro (2003), Ploeg (2006 e 2008), Sabourin (2009) e Schneider (2011). Para a reflexão acerca dos sistemas de produção utilizamos Abramovay (1992), Guanzioli *et al* (2001). Os autores mobilizados na construção do referencial teórico na discussão acerca do território e territorialidade foram Santos (2000), Raffestin (1993), Mazzetto (2006), Haesbaert (2002), Brandão (2007). Para a definição acerca das redes, fluxos e circuitos utilizou-se Santos (1994 e 1997), Castells (2000), Singer (2005), Maluf (2004), Lévesque (2009). Na reflexão de capital social utilizou-se como referência Bourdieu (1980), Putnan (1993) e Coleman (1994).

Para a pesquisa empírica, elegemos os camponeses da Comunidade de Várzea Comprida, localizada no município de Porteirinha/MG como sujeitos do estudo. Esta Comunidade encontra-se situada no território Serra Geral, um território alvo do planejamento público e de suas políticas de desenvolvimento rural e de combate à pobreza. A escolha dessa Comunidade se justifica por ser composta, em sua totalidade de famílias camponesas que ao longo do tempo desenvolvem uma economia de proximidade e reproduzem seu modo de vida geração a geração.

O estudo recorre a procedimentos múltiplos como dados estatísticos, fluxogramas, observação etnográfica para compreender as relações econômicas de produção e circulação da agricultura camponesa; para identificar práticas e lógicas econômicas vinculadas parcialmente ou integralmente a mercados; para a discussão acerca do papel do Estado e suas interferências por meio de programas e políticas públicas no contexto do desenvolvimento rural. A análise das estratégias de organização, beneficiamento e comercialização foi feita por produto, a partir de dados coletados por questionários, entrevistas e anotações de campo. Os dados com

as informações foram sistematizados na forma de redes de interação entre os atores sociais, circuitos e fluxos de comercialização. A construção dos esquemas e sistematização das informações foi feita buscando perceber os sujeitos e os tipos de relações estabelecidas entre eles (horizontal, vertical) e circuitos curtos/longos.

O texto encontra-se organizado em três capítulos. O primeiro apresenta o referencial teórico do trabalho, a definição dos conceitos utilizados. Traz reflexões teóricas que envolvem concepções, conceitos e abordagens acerca de campesinato, agricultura familiar, pequeno produtor e outras denominações dadas às pessoas que vivem no campo. Em que medida as escolhas foram sendo capturadas por estas pessoas e como as identidades foram sendo construídas e reafirmadas ou não durante estes períodos. Que racionalidades econômicas estão presentes na vida da comunidade, a reciprocidade, trocas e doações que fortalece os vínculos da comunidade? Que redes, fluxos e circuitos são construídos e fortalecidos com mercados institucionais e tradicionais de comercialização?

Traz uma abordagem de território e territorialidade na perspectiva de compreender como a Comunidade pesquisada interage com a política do Território da Cidadania Serra Geral. Analisa o Estado e seu papel no contexto da agricultura camponesa e suas lógicas de produção, beneficiamento e mercados.

No segundo capítulo o trabalho apresenta uma descrição da comunidade em análise e o território no qual ela se insere. Traz uma caracterização da agricultura familiar com um quadro do perfil das famílias entrevistadas com aspectos relacionados à composição, a faixa etária, gênero, escolaridade, tamanho da propriedade, créditos acessados, renda e outros. Analisa-se a existência de lógicas distintas de produção e racionalidades circunscritas nestas atividades produtivas que ao longo da história vem se conformando nas dinâmicas econômicas, ora resistindo para conservar práticas tradicionais de produção, ora buscando inovar e ampliar suas práticas produtivas. Nele são apresentados os dados da pesquisa de campo e as análises realizadas.

Segue o caminho das redes, dos fluxos e dos circuitos acessados pela comunidade para os processos de beneficiamento e comercialização de seus produtos. Vamos conhecer a partir das tipologias os circuitos e as rotas traçadas pelas famílias para levarem até a feira livre ou entregarem para atravessadores seus produtos para serem beneficiados, a inserção de seus produtos nos mercados institucionais, as motivações e condições que os levaram a adotar tais práticas, bem como analisar e refletir posturas de reciprocidades trocas, empréstimos e doações entre eles. A temática soberania alimentar, função primeira do uso da terra e do trabalho para a família será debatida neste capítulo. Analisaremos a feira livre de Porteirinha,

como espaço privilegiado para os processos de comercialização dos produtos da comunidade e a relação com os consumidores nos mercados citados. Além da estratégia da feira, a comunidade articula mercados para seus produtos com outros atores econômicos que atuam no município, como cooperativas e empreendimentos familiares cuja análise se alicerça a partir da produção do leite, mel, frutas e hortaliças.

O terceiro capítulo dedica-se à análise da ação estatal no processo de promoção do desenvolvimento rural, por meio de políticas públicas, regulação e outras medidas. A ação do Estado pode promover ou dificultar a atividade produtiva dos agricultores e de suas famílias? Discute-se as políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar de acesso a créditos, a terra, infraestrutura, inclusão produtiva e social. Essa discussão tem relevância na medida em que possibilita compreender o modo como estas políticas interferiram nas dinâmicas produtivas, econômicas e sociais das famílias estudadas.

A partir da análise da legislação e controle da produção tradicional e de exigências às adequações fitossanitárias, ambiental e fiscal, busca-se compreender a posição relativa de autonomia/assujeitamento dos agricultores e dos produtos da agricultura familiar nos processos de comercialização. Até que ponto estes controles se constituiriam em novas formas de barreira à participação desses produtos nos mercados tradicionais? Qual seria o sentido principal da ação do Estado: o fortalecimento da produção agrícola familiar, o controle fitossanitário dos produtos para os consumidores urbanos ou formas de controle e arrecadação de impostos dos camponeses? De que modo a ação estatal, por meio de políticas públicas, poderia contribuir para o fortalecimento da agricultura camponesa e dos seus canais de comercialização? Toda a análise do capítulo é feita buscando responder estas questões.

Por fim, as considerações finais trazem algumas análises acerca da realidade e do contexto atualizado das estratégias desenvolvidas pelas famílias, indagações e elementos que permeiam o universo dos desafios vivenciados pela comunidade e pelo território. Procura ainda elucidar alguns elementos construídos a partir dos estudos deste trabalho, para ser refletida no núcleo diretivo do Colegiado do território Serra Geral na perspectiva de reorientações, readequações dos programas e das políticas de desenvolvimento rural para essa região e para a comunidade. Um exemplo diz respeito aos processos de produção, beneficiamento e comercialização do leite que demanda, segundo resultados do trabalho de maiores investimentos em processos que possibilitem o beneficiamento territorial na economia leiteira e de manutenção de modos tradicionais de produção de queijos e requeijões, produtos típicos do lugar, cujos potenciais de mercados sinalizam um campo que pode ser



ampliado. Ou seja, há mercados para absorver estes produtos, quer seja local, regional ou nacional.

### **1. Conceitos, categorias de análise e referencial teórico**

Para compreender as lógicas de organização da produção, das redes, fluxos e circuitos de comercialização da agricultura camponesa foi necessária a revisão de alguns estudos clássicos acerca do campesinato na Europa ocidental, do modo de vida camponês, das transformações com o desenvolvimento do capitalismo e sobre a existência desta categoria no Brasil. Com as particularidades locais, contexto político e econômico em que se insere o tema, diversos pesquisadores se dedicam a compreender e elaborar formulações que expliquem o modo de vida e relações mercantis de muitas famílias que de forma silenciosa dinamizam economias locais, e cujos valores e ética se diferenciam dos padrões do modelo capitalista de organização do trabalho e da produção. As tentativas de enquadramento conceitual do campesinato por vezes limitam a sua própria compreensão nas sociedades contemporâneas e incidem, como argumenta Ploeg (2008, p.35), no risco de transformá-lo em “imperfeições temporárias” ou uma “anomalia irrelevante”.

Este capítulo traz reflexões teóricas que envolvem conceitos e abordagens acerca de campesinato, agricultura familiar, pequeno produtor e outras denominações que historicamente procuraram classificar e categorizar as famílias que vivem e produzem no meio rural brasileiro. Procura desvendar em que medida estas denominações foram sendo capturadas por estas famílias e como as identidades foram sendo construídas e reafirmadas nestes períodos. Busca explicitar através de recorte histórico, geográfico e político como a população rural foi sendo categorizada e identificada nos diferentes contextos políticos e econômicos do país e os processos autoidentitários que muitas comunidades foram construindo e/ou se submetendo a partir das políticas públicas brasileiras e de como as normatizações destas políticas foram classificando as famílias em pequenos produtores, extrativistas, assentados, agricultores familiares entre outras.

Trata dos sistemas de produção da agricultura camponesa, dos modelos praticados e da relação destas agriculturas com a natureza e com os mercados. Faz uma análise das distintas lógicas de produção e uma breve discussão acerca da temática do território e da territorialidade. Este debate do território se justifica pela incidência de diversas políticas de fortalecimento da agricultura familiar a partir da noção de desenvolvimento territorial. A última seção do capítulo procura analisar a relação entre Estado e Agricultura camponesa na

perspectiva de refletir sobre o papel do Estado na economia camponesa e como as políticas públicas pode interferir nas redes, nos fluxos e circuitos de comercialização desta economia.

### **1.1 O debate clássico sobre a categoria camponês**

A referência para o debate clássico do campesinato neste estudo são as obras de Kautsky (1968 [1899]), Lênin (1870-1923), Chayanov (1974) e Shanin (1979) construído na perspectiva de evidenciar diferenças de abordagens, de questões, e de foco analítico e se há contradições no debate acerca do campesinato e posicionamentos que apontam nas mesmas direções no sentido de fortalecer e ampliar o conceito de camponês. Enfim, busca-se o que cada autor descreve e analisa sobre o campesinato a partir da situação da Europa ocidental.

No marxismo europeu o debate do futuro do campesinato no contexto dos modos de produção capitalista suscitou amplas polêmicas e posicionamentos diferenciados e conflituosos. Kautsky (1968 [1899]) baseado em diversas pesquisas estatísticas da agricultura, em sua obra “A Questão Agrária” afirmava que se verificava, ao lado da concentração, também a parcelarização da terra, que poderia ocorrer nos lugares onde os pequenos camponeses pudessem ter uma ocupação acessória fora da própria propriedade agrícola. Se para Kautsky (1968 [1899]) a teoria se baseava na superioridade técnica da grande propriedade capitalista provocando a expansão das grandes fazendas sem suscitar o desaparecimento das pequenas propriedades, ou seja, sua teoria sinaliza a existência do campesinato no interior das relações capitalistas no campo e não como um modo de produção. Kautsky projeta a transformação da sociedade capitalista para a socialista. Nesse processo, a tendência do campesinato é a sujeição e a proletarização no capitalismo e ao Estado no socialismo. Kautsky (1968 [1899]) afirma que o camponês é o trabalhador que:

...vende produtos agrícolas, mas não emprega assalariados, senão em pequeno número, por vezes algum camponês que não seja capitalista, mas simples produtor de mercadorias. Este é um trabalhador que não vive da renda que traz sua propriedade; vive do seu trabalho [...]. Ele necessita da terra como meio de transformar o seu trabalho em garantia de sua existência não para a obtenção de lucro ou renda fundiária. Posto que o resultado de sua produção lhe reembolse as despesas e também lhe pague o trabalho investido, ele terá a sua condição de existência garantida (KAUSTY, 1968, p.151).

Outra constatação importante de Kautsky (1968 [1899]) para o entendimento da questão agrária no capitalismo é o caráter contraditório deste sistema, que, ao mesmo tempo em que destrói as relações não capitalistas (camponesas), as recria e as utiliza para o seu desenvolvimento. Kautsky (1986 utiliza como exemplo o fato de que, no período analisado, o estabelecimento capitalista, ao promover intensa concentração fundiária pela expropriação dos camponeses vizinhos, tinha a necessidade de reverter o processo, dando suas terras em arrendamento aos camponeses, ou então vendendo partes delas. Isso ocorria porque o estabelecimento capitalista, ao expulsar o camponês, também expulsava a mão de obra que empregava para a produção, formada pelos camponeses que tinham a necessidade de desenvolver trabalho acessório para suprir as necessidades de sua família. O trabalho de Kautsky (1986 [1899]) também auxilia no entendimento da diferença entre a produção capitalista e a camponesa. Quanto à fonte de renda do camponês, o qual cultivava a terra com sua família, ela provém do mais-produto e não da mais-valia, como na produção capitalista.

A partir do que foi exposto sobre o trabalho de Kautsky (1968), ele entende que, mediante o processo de subordinação ao capital sofrido pelo camponês, há um intenso processo de desintegração do campesinato no interior do capitalismo. Nas suas próprias palavras: “O movimento operário, elevando o nível moral e econômico do proletariado agrícola, combatendo a barbárie camponesa, criará a condição básica para a grande empresa agrícola racional” (Kautsky, 1968, p.131).

Lênin (1870-1923) desenvolveu uma concepção que o camponês era uma via em extinção, ou seja, com o desenvolvimento do capitalismo os camponeses tenderiam a se proletarizarem ou a se transformarem em pequenos burgueses. Nos escritos de Lênin, que darão a base para a sua obra clássica: *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, ele afirma que havia uma heterogeneidade no mundo rural:

... consiste na divisão do camponês em três grupos: ricos, médios e pobres. Os camponeses ricos são aqueles com grandes possibilidades de se tornarem capitalistas, pois sua produção lhe proporciona retornos suficientes para expandir sua exploração. Os camponeses médios são os que possuem retorno suficiente para manter o seu estabelecimento e atender as demandas de sua família, podendo ou não empregar mão-de-obra assalariada por algum período. Este grupo vive sempre em uma situação de instabilidade que pode tornar um camponês rico ou pobre. Por fim, os camponeses pobres são aqueles que não têm retorno suficiente das atividades que realizam no estabelecimento e são obrigados a buscar outras formas de trabalho para completar a demanda de sua família e para continuar a exploração do seu estabelecimento. O camponês pobre tende a ser desintegrado e transformar-se em proletário. De acordo com Lênin, os três tipos podem ser divididos “entre os

estabelecimentos agrícolas que fornecem mão-de-obra assalariada, [os] que não fornecem nem empregam e [os] que empregam (LÊNIN, 1982, p.72).

No contexto de reprodução e resistência camponesa, destaca-se o estudo de Alexander Chayanov (1974), “A Organização da Unidade Econômica Camponesa”, publicado em 1925. Constitui importante referencial teórico sobre a questão camponesa e coloca como elemento fundamental a caracterização do campesinato a partir do núcleo familiar e do balanço trabalho-consumo existente na unidade doméstica. Chayanov (1974) não parte do princípio da subordinação dos camponeses pela renda da terra e de sua inserção na dinâmica capitalista. A circulação da produção camponesa, onde reside sua subordinação ao capital e a consequente expropriação do camponês, é considerada “marginal” na sua compreensão. O autor parte da necessidade do consumo da família para entender o trabalho camponês e a consequente reprodução familiar.

Chayanov (1981 [1924] e 1974 [1925]) apresenta uma análise da estrutura interna do campesinato que auxilia no estabelecimento do conceito de camponês. O autor afirma que, embora o modo de produção capitalista seja predominante, ele não é o único, sendo o campesinato um importante modo de produção não capitalista. O autor deixa claro *que* “uma unidade de produção camponesa não é uma empresa capitalista, mas sim uma unidade onde se produz e consome familiarmente; é um sistema de produção não capitalista, portanto a produção não pode ser quantificada tal como na produção capitalista”. Sua teoria fundamenta-se no entendimento de que a família trabalha para preencher as necessidades fundamentais dos seus membros e, em um segundo plano, para ter excedente. Considerando a ausência do trabalho assalariado e a não acumulação de capital, Chayanov classifica a unidade camponesa como não capitalista. A especificidade do sistema de produção camponesa que combina propriedade ou posse dos meios de produção e a realização do trabalho estão na base da racionalidade da produção camponesa, eixo central da teoria de Chayanov (1974). Para ele, diferentemente da empresa capitalista, que tem por base a extração do trabalho assalariado e por prioridade a maximização do lucro, a produção familiar é orientada para a satisfação das necessidades e a reprodução da família.

Para os teóricos que analisam a questão camponesa na escala de classe, este “modo de vida” trata-se não de uma forma, mas de um processo social, tal como aponta Shanin (1973), para o qual o campesinato é uma entidade histórica dentro de uma estrutura social mais ampla da sociedade, ainda com uma estrutura, consistência e momento próprio, emergindo e representando o modo predominante de uma organização social por um período,

desintegrando-se e reemergindo a seguir. Shanin (1979) afirma que o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintos - ou seja, o que também podemos denominar de modo de vida. Para ele, o campesinato é uma classe social de baixa “classicidade” que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise.

Desse modo, valendo-se das concepções de Shanin (1980, 1983 e 2008), tem-se que entender o campesinato “é importante não apenas para identificar as razões de sua capacidade de resistência, que estar fundamentalmente centradas na economia familiar, mas, sobretudo, para entender que os elementos dessa economia doméstica, como ensina Chayanov (1974), não são explicáveis por meio das categorias da economia capitalista ou da economia estatal. Mesmo considerando que a teoria de Chayanov (1974) reflete o contexto das mudanças na estrutura agrária da Rússia no início do século 20, suas reflexões ainda hoje são consideradas de grande utilidade. Por exemplo, sua noção de ciclo demográfico ajuda a explicar as diferenças de possibilidades da agricultura familiar em adotar novas tecnologias e assumir riscos.

Para Shanin (2005 [1980]), o campesinato, apesar de heterogêneo, apresenta seis características que o particularizam: primeiro, sua economia é baseada no trabalho familiar, controle dos meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional; segundo, seus padrões e tendências de organização política têm demonstrado semelhanças regionais e mundiais; terceiro, possui cognições típicas que envolvem padrões de aprendizado ocupacional, tendências ideológicas, cooperação, confrontação e liderança política; quarto, as unidades básicas e características de organização social e seu funcionamento têm mostrado semelhança em todo o mundo; quinto é possível isolar analiticamente uma dinâmica social específica da sociedade camponesa relativa à reprodução social e sistemas de relações sociais e, por último as causas e padrões fundamentais de mudança estrutural têm sido vistos como genéricos e específicos dos camponeses. (Shanin, 2005 [1980]).

O paradigma do Capitalismo Agrário não teve uma forte influência somente nas pesquisas acadêmicas, mas também na organização dos movimentos camponeses e nas políticas públicas. Na academia, o uso dos conceitos de campesinato e de agricultor familiar passou a exigir esclarecimentos, que revelam as muitas possibilidades de compreendê-los. As dificuldades em se delimitar o conceito de agricultor familiar contribuíram com definições bastante diferenciadas. É interessante ressaltar algumas reflexões dos Pensadores Clássicos da Questão Agrária, dentre eles os marxistas Kautsky (1968) e Lênin (1985) que se dedicaram a

interpretar a inserção do capitalismo no campo, em que este iria fazer sucumbir todos os processos não capitalistas, demonstrando que o campesinato estaria em vias de extinção; e ao remeter essas reflexões para entendimento do desenvolvimento do capital no campo brasileiro, aqueles que seguem essa corrente teórica concluem que o capital atingiu níveis de inserção no campo que são irreversíveis, e que cada vez se consolidará como o que vem a ser a expressão do moderno.

## 1.2 Campesinato e campesinidade no Brasil

O que dizem os estudos sobre a existência do campesinato e da campesinidade no Brasil? Vejamos alguns autores de referência no Brasil em suas abordagens antropológicas, econômicas, sociológicas e políticas sobre o tema, como: Martins (1980, 1981, 1986 e 1994), Abramovay (1992, 1999 e 2002), K. Woortmann & H. Woortmann (1990 e 1984), Sabourin (2009), Wanderley (1999 e 2006), Ribeiro *et alii* (1993 e 2007), Schneider (2005 e 2011), Brandão (1981 e 2007), Herédia (1979), Guanziroli *et alii* (2002), Dayrell (1996), Wilkinson (1986, 1999, 2003 e 2008) dentre outros. Trataremos dos outros termos que buscaram categorizar o campesinato ao longo da história da agricultura brasileira, como pequeno produtor, produtor de subsistência, agricultura familiar, produtor simples de mercadorias, entre outras denominações.

Martins (1981), em sua obra “Os camponeses e a política no Brasil”, afirma que o termo camponês foi importado politicamente para o Brasil já que os processos políticos, econômicos e sociais de países como Inglaterra, França, Alemanha, Rússia e de outras regiões do mundo foram bastante diferenciados dos experimentados por aqui. No Brasil, ao contrário do ancestral campesinato europeu onde a agricultura precedeu a indústria, Martins (1981) mostra que:

[...] o nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é um desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses posseiros é uma história de perambulação. A história dos camponeses proprietários do sul é uma história de migrações. Há cem anos foram trazidos da Europa para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo. (MARTINS, 1975, op. cit., 17)

Por camponês, Martins (1975) entende todo trabalhador não assalariado, que produz fundamentalmente para o autoconsumo da sua família, cuja unidade de trabalho se vale para

isso. Compreende diferentes categorias sociais, que vão desde pequenos proprietários e pequenos arrendatários até parceiros, colonos e posseiros, a maioria dos quais sem terra suficiente para trabalhar. Só se conecta a ela via mercado, por meio do escoamento do excedente do trabalho. Martins (2000) chama o processo de mudanças em que o camponês se insere e é inserido nas relações mercantis modernas de “reinvenção social”. No movimento do processo de mudanças acontece a construção de relações sociais, de visões de mundo, de modos de vida, que se opõem à expropriação territorial e ao trabalho altamente subordinado pela anomalia gerada por determinado estágio do desenvolvimento capitalista. Enquanto Abramovay (1981) vê a metamorfose do camponês em agricultor familiar no desenvolvimento do capitalismo, podemos ver processos de viabilização econômica, de empobrecimento e de exclusão, ou seja, processos de diferenciação que promovem a destruição e a recriação do campesinato a partir de sua própria reinvenção social. No Brasil, os que hoje são chamados de agricultores familiares já receberam (e ainda recebem) diferentes nomes. Martins (1986) lembra que, no contexto de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Paraná, a família rural ficou muito tempo conhecida como roceira e caipira, fazendo referência ao agricultor, a quem vive no campo, mas também indica uma pessoa rústica, conservadora, atrasada e ingênua.

Alguns historiadores<sup>2</sup> que trataram do contexto da origem e história de nossa agricultura apontam que os índios, os escravos africanos, os mestiços, os brancos não herdeiros e os imigrantes europeus estão na origem de nossa agricultura camponesa.

Conforme explica Amaral (1958), “[...] à época do descobrimento, os ameríndios já eram agricultores, já cultivavam quase todas as espécies que constituíram objeto de atividades agrícolas durante o período colonial, com exceção da cana-de-açúcar e do trigo, única contribuição dos portugueses”. Este autor faz referência a relatos históricos dando conta da produção indígena de milho, mandioca, abóboras, feijões, arroz, batata-doce, entre outros produtos. Ele destaca ainda a expansão da agricultura indígena a partir do uso de instrumentos agrícolas trocados com os portugueses.

Mas, para Martins (2000), houve um escamoteamento conceitual devido ao fato de, no Brasil, termos uma história urbana, uma história dos que participam do pacto político, do qual o camponês é excluído e pelo qual é visto como um ator inferior, não essencial aos processos de desenvolvimento do país. Fato este que fez com que a maioria de nossos registros históricos, livros e outros poucos evidenciem sobre o papel dos produtores de

---

<sup>2</sup> Ver Linhares e Teixeira da Silva 1981, 1999 e 2000; Cardoso, 1987 e 2000; e Fragoso, 1998 e 2000.

alimentos na construção do país, sendo o passado contado apenas sob a perspectiva da grande agricultura escravista, monocultora e de exportação – o ciclo do açúcar, o ciclo da borracha e o ciclo do café exemplificam essa tendência. Porém, na recente historiografia brasileira tem-se buscado resgatar o papel do camponês como ator social atuante, identificando suas especificidades e diferentes configurações em diferentes contextos.

De acordo com K. Woortmann (1990), a campesinidade corresponde a uma qualidade encontrada em diferentes tempos e lugares, que expressa a importância de valores da ética camponesa para indivíduos ou grupos específicos. Estes podem apresentar maior ou menor grau de campesinidade segundo sua trajetória de vida e sua forma de integração à sociedade moderna capitalista. K. Woortmann (1990) extrapola a dimensão estritamente econômica apontada como lacuna das teorias e propõe o campesinato como uma ordem moral. Portanto, a definição de campesinato centra-se na família como um valor social e tem papel central na organização da economia. Além disso, a terra é concebida como patrimônio, não como simples mercadoria; é uma dádiva determinante da perpetuação e reprodução da família.

Eram vários os motivos da concessão de parcela de terra e de tempo livre para que os escravos pudessem cultivá-la. O mais evidente é o interesse do fazendeiro em minimizar os custos de manutenção e reprodução da força de trabalho. Porém, o trabalho do escravo em seu lote também tinha a função de ligar o escravo à fazenda e evitar fugas que, caso ocorressem, resultariam na revogação da concessão de uso da terra. Para o branco não herdeiro a situação era estruturalmente diferente daquela vivida por um mestiço. As normas de ocupação da terra, segundo Martins (1986),

[...] permitia a um branco deserdado pelo morgadio<sup>3</sup> abrir a sua própria posse, onde pudesse, e obter assim a sua sesmaria. Já um mestiço pobre podia abrir a sua posse, mas, devido aos mecanismos tradicionais de exclusão que alcançavam o impuro de sangue, dificilmente podia tornar-se um sesmeiro. (MARTINS, 1986 P. 34).

Os camponeses naquela época, segundo Martins (1986) foram atingidos por duas modificações sociais: a Abolição da escravatura negra um ano antes do fim da República, em 1888 e a transferência das terras devolutas do patrimônio da União para o patrimônio dos

---

<sup>3</sup>Morgadio é o sistema que até 1835, perdurou no Brasil onde apenas o primogênito seria o herdeiro legal dos bens do fazendeiro, transformando os outros filhos legítimos numa espécie de agregados. Ou seja, de acordo com tal regime (que objetivava impedir a dispersão da riqueza pela herança), na morte do fazendeiro, seu filho mais velho herdava todos os bens. Os outros filhos legítimos, mas não herdeiros, ficavam à mercê do irmão mais velho e com ele viviam, nos casos de bom relacionamento. Em casos de desavenças na família, restavam aos demais filhos a alternativa de abertura de novas áreas e a formação de propriedades pela ocupação e uso da terra.



Estados. Com o fim da escravatura, as classes dominantes tomaram providências legais para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo para a economia da grande lavoura. Essas medidas se concretizaram na Lei de Terras. Esta lei instituiu um novo regime fundiário para substituir os regimes de sesmarias que fora suspenso em junho de 1822 e não mais restaurado. A Lei de Terras proibia a abertura de novas posses e transformava estas terras devolutas em monopólio do Estado que por sua vez era controlado por uma forte classe de fazendeiros. Os camponeses não proprietários, que chegassem depois da Lei das Terras ou aqueles que não tiveram sua posse legitimada em 1850, sujeitavam-se a trabalhar para a grande fazenda, acumulando pecúlio (soma de dinheiro acumulada por seu trabalho e economia, reserva de dinheiro), com o qual pudessem, mais tarde, comprar terras.

Eric Sabourin (2009) oferece a chave para a compreensão da “presença de características camponesas fortes” na sociedade brasileira ao estruturar sua argumentação em torno da permanência de “lógicas camponesas” de resistência e de reprodução. Para ele os resultados da produção seguem destinos diversos como o autoconsumo, dons e redistribuições interfamiliares, prestações recíprocas de sementes, alimentos e pequenos animais, assim como a venda para diversos tipos de mercado. Sabourin (2009) confirma esta posição acrescentando ainda que se possam aplicar, aos camponeses do Brasil, conceitos construídos no contexto da Europa, diversas características do modelo de sociedade parcial, subalterna e inserida no capitalismo agrário, uma vez que os tempos atuais de urbanização e globalização impõem a busca por soluções pós-substantivistas, para retomar a terminologia alternativa de Polany (2000) em relação à economia formal.

Ploeg (2006 e 2008) expõe seis características que definem a condição camponesa sendo possível identificar algumas delas nas famílias e propriedades visitadas. A primeira está na relação com a natureza que oferece recursos que garantem a sobrevivência familiar indicada por Ploeg como “*uma relação de coprodução com a natureza*”. A segunda característica, pouco presente em algumas famílias pesquisadas, é a *da construção e autogestão de uma base autônoma de recursos próprios (terra, fertilidade, trabalho, capital)*, pois conforme vamos verificar mais adiante, a maioria das famílias pesquisadas possuem pouco mais de 3 hectares para a produção.

A terceira, *uma relação diferenciada com mercados diversificados autorizando certa autonomia*. Neste caso, todas as famílias entrevistadas demonstraram um grau de autonomia e mobilidade em diversos processos e circuitos de comercialização conforme verificaremos nos fluxos e redes construídos por estas famílias. A quarta característica, um projeto de sobrevivência e de resistência ligado à reprodução da unidade familiar; característica existente

em todas as propriedades visitadas. Sendo assim, uma produção em escala não é coerente com a lógica de produção camponesa:

A relativa escassez de recursos disponíveis na unidade familiar faz com que a eficiência técnica e a mudança técnica não-material se tornem temas centrais: no modo de produção camponês, os produtores precisam obter maior resultado possível com uma dada quantidade de recursos e sem que haja deterioração da qualidade destes (PLOEG, 2006, p.23).

Enfim, a quinta e sexta característica são a pluriatividade, a cooperação e as relações de reciprocidade respectivamente, elementos presentes em diversas comunidades do país. Todavia, assumindo estes limites, não se pode negar que a maioria das unidades de produção constitui, segundo Sabourin (2009), o vasto setor da agricultura familiar, revestidas de características camponesas, em função não somente de sua origem, mas, sobretudo, de sua diferenciação, ou até mesmo de sua oposição com os modelos do empreendimento agrícola ou empresa capitalista (Wanderley, 2006).

As denominações e os conceitos atribuídos aos que vivem da produção e em comunidades e vilarejos rurais no Brasil passaram por agricultura camponesa, pequeno produtor, agricultura de subsistência, agricultura familiar

Neste debate conceitual aparece ainda a denominação pouco utilizada que é a agricultura de subsistência, onde a plantação é feita geralmente em pequenas propriedades (minifúndios), e a finalidade principal é a sobrevivência do agricultor e de sua família, não para a venda dos produtos excedentes, em contraposição à agricultura comercial. O termo – agricultura de subsistência aparece em diversas referências bibliográficas.

Já as categorias pequena produção e pequeno produtor foram bastante utilizados nas dimensões política/institucional tanto pelo Estado, no contexto das políticas públicas, quanto pela sociedade civil organizada, nos movimentos sociais. Eram categorias adotadas como oposição, contraponto, para diferenciá-las da produção em escala, da produção capitalista, da empresarial do grande produtor. A categoria pequena produção ocasionalmente se alinha com as características e com a definição da agricultura familiar. Porém, na década de 1970, o conceito de pequena produção passa a ser usado pelas ciências sociais como alternativas ao de camponês por apresentar caráter operacional e por, supostamente, melhor representar a realidade de um campo submetido pelo Estado à desarticulação de seus movimentos sociais e a um conjunto de políticas de cunho modernizante.

Todavia o conceito de pequeno produtor não permite a explicitação das especificidades desta categoria social na incorporação das técnicas, no acesso ao crédito, na inserção ao mercado, como o conceito de camponês o permite e alguns autores passam a utilizar os dois conceitos de forma articulada. Se há diversas opiniões acerca do conceito de campesinato, no caso da agricultura familiar há quase que um consenso acerca da conceituação. Tal conceito é sintetizado por Neves (2006) “como a forma de organização da produção em que a família é ao mesmo *tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas.*” (Neves, p. 47).

A denominação agricultura familiar ganhou relevância em meados dos anos 1990 no contexto das políticas públicas específicas para o segmento de agricultores que são simultaneamente, donos dos meios de produção e possuidores da força de trabalho, em que a unidade de análise não é o produtor/trabalhador isolado, e sim o agrupamento familiar. A emergência dessa categoria se deu principalmente a partir da aprovação do PRONAF– Programa Nacional da Agricultura Familiar.

Nesse período, o consórcio INCRA/FAO<sup>4</sup> (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) empreendeu um grande esforço teórico e operacional no intuito de definir, quantificar e construir tipologias para mostrar a complexidade da agricultura familiar no Brasil. Recentemente, o MDA<sup>5</sup> (Ministério do Desenvolvimento Agrário) redefiniu o agricultor e agricultora familiar como: ele ou ela tem a direção e a definição dos processos produtivos, predominância da mão de obra familiar, atentando-se para as atividades relacionadas com as crianças, possuir até 04 módulos fiscais, renda mínima de dois salários mínimos podendo ter até dois empregados temporários.

Segundo estudos da FAO/INCRA (1994):

O modelo familiar teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (In:

---

<sup>4</sup>INCRA/FAO. Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto. Brasília, Instituto de Colonização e Reforma Agrária, fevereiro de 2000. 74 p.

<sup>5</sup>Ministério do Desenvolvimento Agrário que classifica e quantifica os agricultores familiares para que os mesmos possam acessar as políticas e os programas públicos específicos para a agricultura familiar.

OLALDE, 2004, p. 1). Além de sua importância e dimensão, outra característica marcante da agricultura familiar no Brasil é sua heterogeneidade.

Wanderley (1999) avalia o agricultor familiar, inclusive os completamente inseridos no mercado, como portador de muitos traços camponeses, pois enfrentam velhos problemas, nunca resolvidos, e ainda contam com a própria sorte na produção e na comercialização do que produz. Diante destas conceituações, percebe-se que as unidades de produção familiar respondem ser mais ou menos integradas ao mercado, destinando sua produção a segurança alimentar e nutricional em primeiro lugar e comercializando apenas o excedente da produção, que não representa o principal meio de reprodução da unidade familiar. Por outro lado, Wilkinson (1999) mostra que mesmo unidades familiares mais integradas ao mercado – os complexos agroindustriais tendem a manter estratégias de diversificação da produção que lhes garante certa autonomia em relação às regras ditadas pelo mercado.

Além da centralidade da questão do mercado é interessante ressaltar aspectos relacionados à qualidade do trabalho e o seu significado para a agricultura familiar. Para Wilkinson (1986), a definição compreende dois elementos. A renda tal como definida acima, na faixa de dois salários mínimos, deve ser entendida como renda total e não simplesmente renda agrícola, somando aqui outras atividades desenvolvidas pelas famílias. E, em segundo lugar, a unidade de produção deve estar baseada “essencialmente no trabalho familiar”.

Institucionalmente<sup>6</sup>, o conceito de agricultor familiar considera o trabalhador rural que atenda simultaneamente aos requisitos: (i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; (ii) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (iii) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e, (iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. São também considerados agricultores familiares os silvicultores, piscicultores, extrativistas e pescadores que atendam simultaneamente a todos esses quatro requisitos e promovam o manejo sustentável de seus ambientes.

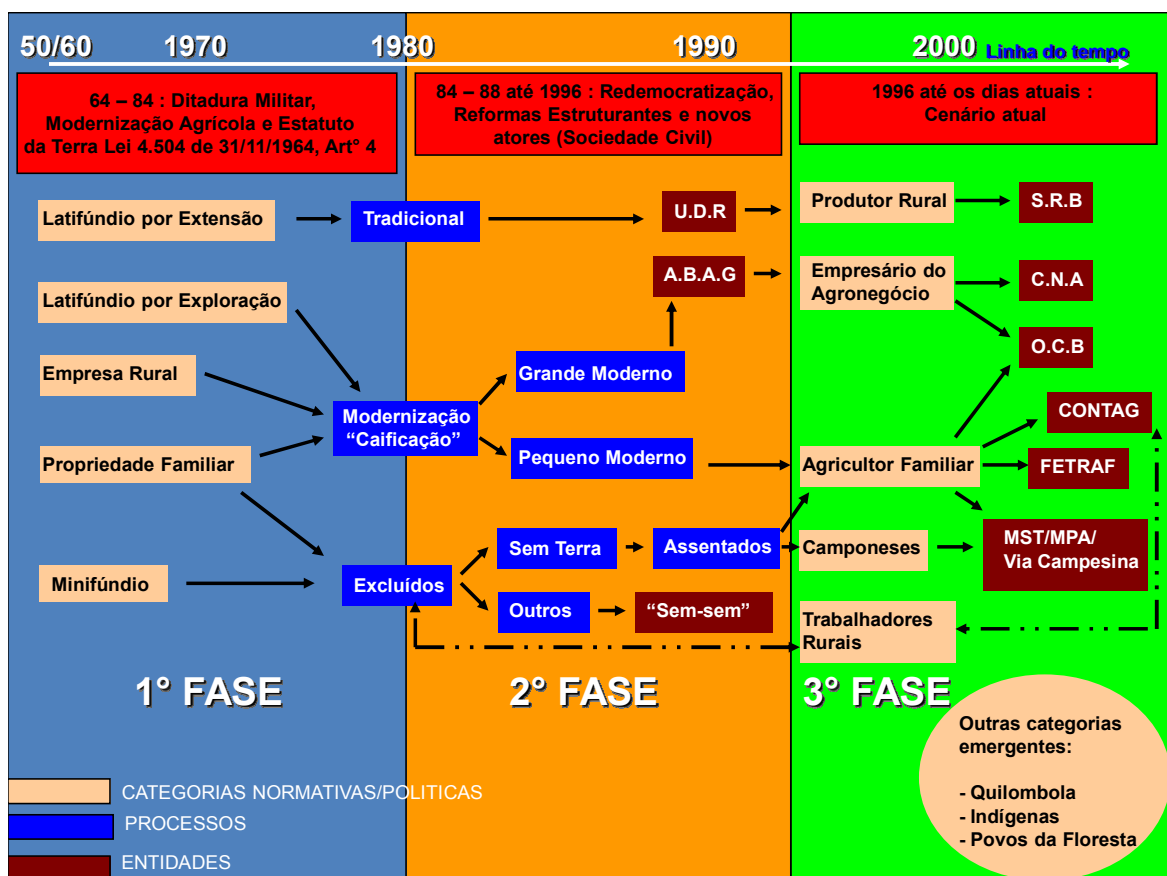
Schneider (2011) apresenta quatro definições acerca da categorização da agricultura familiar: a primeira está relacionada com definições empíricas em que aparecem os termos colonos, sítiantes, moradores, etc. A segunda aparece com definições normativas com fins legais e de políticas públicas. A terceira, com definições políticas que ocorrem com o debate

---

<sup>6</sup>Ver lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006 que conceitua agricultura familiar

político entre atores e formas de representação, tendo como exemplo o movimento sindical e, por fim, as definições conceituais, com a necessária referência teórica.

A FIGURA 1, apresentada por Schneider (2011) durante o Congresso Nacional da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia Rural), traz uma síntese das denominações para as categorias conceituais da agricultura no contexto político do país. São três fases que se iniciam nos anos 1950 e finalizam nos anos 2000.



**Figura 1: A Agricultura familiar no Brasil: trajetória de uma noção controversa**  
**Fonte: Schneider, 2011.**

Segundo o autor, a afirmação da agricultura familiar contrasta com um duplo movimento: de um lado há um recuo da academia em relação ao conceito de campesinato e de outro, homogeneização do agronegócio como categoria. Nesta mesma apresentação, Schneider (2011) confronta o maniqueísmo e essencialismo, a produção para o mercado e a produção para o autoconsumo, a agricultura comercial e a agricultura para o abastecimento

local. Reflete ainda sobre os sistemas de produção com o modelo devastador/poluidor e o modelo preservacionista praticado ao longo dos anos pela agricultura familiar.

E por fim, apresenta-nos a arquitetura institucional, que segundo o autor, é bastante contraditória e com governança complicada, afinal são dois ministérios dentro de uma agricultura brasileira, quer seja ela pequena ou grande. Desde 1995, o país dualizou a agricultura brasileira de forma institucional ao criar o MDA, que cuida da agricultura familiar, e o MAPA (Ministério da Agricultura e Produção Agropecuária), que cuida da grande agricultura, também denominada de agronegócio. Devemos considerar que na segunda metade da década de 1980 aconteceram vitórias significativas dos setores que defendiam a modernização do campo, com ênfase na agricultura empresarial e exportadora. Daí surgiu o processo de “caificação” do padrão agrícola (crescimento do tamanho, importância, poder e integração dos complexos agroindustriais) e com a euforia das super safras que contribuíram para fortalecer a imagem desta agricultura modernizada, autossuficiente, mas fortemente apoiada com recursos públicos.

Debates conceituais entre os termos ‘campesinato’ e ‘agricultura familiar’ são estritamente políticos, uma vez que demonstram ideologias políticas e sociais sobre a interpretação das relações de produção familiar no campo. Os teóricos que utilizam o conceito de agricultura familiar, como Veiga (1991), Abramovay (1992), Graziano da Silva (1999, 2000), entre outros, entendem o mundo rural como um processo em transformação e o conceito de agricultura familiar permite perceber a diversificação camponesa na economia globalizada, diferente do campesinato tradicional europeu a que se referiam os clássicos. É nesse contexto que o termo agricultura familiar é utilizado como um guarda chuva conceitual, que abriga grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal da polarização o tipo de mão de obra, de gestão empregada e de relações com os mercados.

Por outro lado, dentro da lógica do modelo de desenvolvimento adotado para o campo, voltado à modernização tecnológica em produtos agrícolas de exportação, o conjunto de agricultores passa a ser classificado quanto ao tamanho de suas áreas e de sua produção, dividido em pequenos, médios e grandes. Interessava assim para o Estado escamotear desigualdades como o acesso à terra, por exemplo, e estabelecer categorias operacionais, visando à aplicação diferenciada das políticas públicas como o crédito rural, a pesquisa e a extensão rural. Segundo Rodrigues *et al.* (2008),

Os agricultores familiares têm estratégias próprias de produção e sobrevivência, respondendo de maneira diferenciada a desafios e restrições. Eles são portadores de racionalidade específica, fato que reduz a validade de conclusões derivadas de uma racionalidade econômica única que supostamente caracteriza o comportamento maximizador. O comportamento e a racionalidade dos vários tipos de produtores respondem a um conjunto amplo e complexo de variáveis, como argumenta Chayanov (1986) que procura uma definição de campesinato cuja base seja a própria família e as determinações que a estrutura familiar impõe sobre o comportamento econômico. (RODRIGUES *et all*, 2008, p. 14).

Adotamos neste trabalho o termo agricultura camponesa, partindo do princípio de que não estamos tratando de agricultura empresarial, de monocultivos e uso intenso de agroquímicos e completamente integrada aos mercados. Estamos tratando de uma agricultura baseada em outras lógicas e racionalidades distintas, com algumas experiências de integração parcial a mercados, de empreendimentos solidários, comunitários, unidades familiares que estabelecem relações de comercialização, mas também de reciprocidades que são identificadas pela indissociabilidade entre terra, trabalho e família.

Segundo Sorj (1980), a expansão da agricultura brasileira nas últimas décadas teve como base a manutenção de uma estrutura de distribuição fundiária altamente concentrada e polarizada, em que um grupo pequeno de propriedades controla a maioria da terra e uma grande parte dos estabelecimentos. Ou seja, apesar de diversas iniciativas, resistências, lutas populares e políticas do movimento social do campo brasileiro, a política fundiária não sofreu mudanças consideráveis que permitissem uma distribuição de terra no Brasil e de alteração desta realidade agrária que persiste desde o período colonial.

A reforma agrária teria o objetivo de melhorar o padrão de vida da massa trabalhadora rural, por meio, principalmente, do exercício efetivo dos direitos trabalhistas. Prado Júnior (1981) foi um dos defensores desta corrente, para ele, a reforma agrária também cumpriria importante papel para o desenvolvimento socioeconômico do país:

...a reforma agrária, a meu ver, deve representar nas condições específicas do Brasil de hoje e efetivamente representa no seu desdobramento histórico, um grande e natural passo no processo em que se encontra engajada a evolução do país (...) O nosso real desenvolvimento, para ter sentido em profundidade, consistirá (...) na superação das atuais situações socioeconômicas, herdadas do passado, e sobretudo e em particular, as estruturas agrárias (PRADO JR., 1981, p.12, 13).

Decorridos mais de 30 anos da publicação de Caio Prado Jr as estruturas agrárias no país pouco se alteraram no sentido de realizar de fato uma reforma agrária. Assisti-se um desmantelamento e uma precarização nos órgãos federais que são responsáveis pela reforma

agrária. O quadro fundiário permanece com grande concentração de terras nas mãos de poucos e um contingente significativo de trabalhadores rurais sem terra para produção.

### **1.3 Agricultura camponesa, racionalidades econômicas e reciprocidades**

A agricultura camponesa se caracteriza por pequenas unidades produtivas, pouco capitalizadas, em que o trabalho e a gestão do empreendimento sejam essencialmente familiares. Embora sujeito a influências externas, há um significativo grau de poder decisório da família que segue a sua dinâmica interna, mantendo uma relação variável entre a autossustentabilidade e a produção para o mercado local. Caracteriza-se pela busca na melhoria da base natural da qual depende o seu sistema, como o manejo e cuidados com a terra, a água e a biodiversidade local com uso primeiramente para satisfazer as necessidades familiares por alimentos e fibras e posteriormente para comercialização.

O sistema agrícola capitalista, embora apresente muitas especificidades locais, geralmente se caracteriza por grandes unidades produtivas; uso de insumos tecnológicos de grande porte; monocultivos e padronização genética; uso massivo de agrotóxicos, fertilizantes químicos e fontes energéticas externas; alta dependência do mercado financeiro; e o objetivo de maximização de lucros.

No modelo ideal de unidade camponesa, os sistemas de produção não são transferíveis e há uma íntima relação entre a disposição da força de trabalho e o curso biológico natural dos cultivos. A organização do trabalho é flexível conforme os ciclos produtivos e há uma relação intergeracional de troca de saberes entre os membros mais experientes da família, que tem um maior tempo de observação e aprendizado dos ciclos naturais, e os mais jovens. Esse sistema informacional se sincroniza com o objetivo de garantir a reprodução da família nas gerações seguintes e formam sólidos sistemas tradicionais, etnobiológicos, de conhecimento legítimo que são peculiares a cada unidade familiar, a cada comunidade e a cada região (Shiva, 2003).

Em uma análise do caráter produtivo e ambiental, enveredamos em um caminho de realidades contrastantes, citado por Dayrell (1996), com diferentes racionalidades que norteiam os modelos de agricultura. Um primeiro modelo, hoje hegemônico e em plena expansão, com denominações diversas como modernas, industrial, agroindustrial ou capitalista, trata a produção e o meio ambiente como duas realidades distintas. Existem, no entanto, outras formas de se fazer agricultura. Estas outras modalidades, desenvolvidas por uma diversidade de populações, indígenas e camponesas, agrupadas genericamente no



denominado modelo campesino, incorporam, em sua racionalidade, a produção e o meio ambiente como uma realidade una. Buscando terras livres e ainda não cobiçadas, regimes agrários diferenciados foram sendo construídos, mesmo que sombreados e sob o poder do patronato e da propriedade privada, constituindo-se no que Galizoni (2002) denominou de camadas de direitos em seus ambientes de uso comum, seja sobre a terra, sobre as plantas, sobre os animais, sobre as águas. Ajustes finos, acordos regidos pela tradição, foram caracterizando diferentes territorialidades, agroecossistemas e inserção em distintos circuitos econômicos.

<b>Modelo Campesino</b>	<b>Modelo agroindustrial</b>
Produção para o consumo (pessoas)	Produção para o mercado (riqueza)
Predominância de valor de uso	Predominância de valor de troca
Reprodução dos produtores e das unidades produtivas	Maximização da taxa de lucro e acumulação de capital
Baseado no intercâmbio ecológico com a natureza;	Baseado no intercâmbio econômico com o mercado;
Mundo natural como um mosaico de vivências, polivalente e multidimensional, onde o natural e o social estão amalgamados.	Natureza é vista de forma pragmática e racionalista. Mundo social separado do mundo natural. Este é dado como um recurso econômico.

**Quadro 1 - Racionalidade na apropriação da natureza de acordo com o modo de produção: campesino e agroindustrial**

Fonte: Toledo, 1995 e 1996.

O estudo dos sistemas de produção possibilita compreender as estratégias sociais dos agricultores familiares, em sua relação com a complexidade e diversidade do meio ambiente, integração ao mercado, políticas públicas e entorno socioeconômico. De acordo com Guanziroli *et all* (2001), a diversidade de situações, nas quais se encontra a agricultura familiar, é refletida nos diferentes sistemas de produção adotados, que podem ter efeitos diferenciados, em diferentes regiões. Entretanto, estratégias que se revelaram viáveis podem servir de indicação mais geral para a elaboração de políticas de desenvolvimento rural e local.

Os sistemas produtivos refletem as potencialidades e restrições socioambientais, bem como a história das comunidades locais e das famílias que os adotam. A compreensão de sua lógica e dinâmica requer a reconstrução de seu processo histórico, das restrições e oportunidades enfrentadas pelas famílias (Filho, 1999). A análise e o estudo dos sistemas

diversificados de produção da agricultura familiar e sua complexidade possibilitam compreender as estratégias de sobrevivência e reinvenção dos agricultores e agricultoras familiares ao longo dos anos.

Por sua vez, o estudo dos sistemas de produção revela a necessidade de fazer escolhas do que produzir, como produzir em função das limitações enfrentadas pela família. Por isso, o planejamento produtivo tem sido uma ferramenta importante nestes processos de escolhas, procurando sempre as melhores combinações e principalmente a diversificação da produção. A utilização dos recursos disponíveis na unidade de produção define a coerência interna do sistema de produção, ou seja, sua lógica de funcionamento. Esses agricultores passaram a desenvolver sistemas de produção orientados para a diversificação produtiva, com vistas a atender às necessidades alimentares do grupo familiar e à comercialização de excedentes, para obter os meios de vida não produzidos diretamente na propriedade. A implantação e o desenvolvimento dos sistemas de produção dependiam, basicamente, da mão de obra familiar, isto sem falar da necessidade de assistência técnica, tecnologias adaptadas e outros.

Durante muito tempo, o imaginário social brasileiro relacionava a agricultura familiar com uma imagem de atraso, como diz Abramovay (1992), a imagem que vem imediatamente ao espírito é a de um empreendimento de dimensões reduzidas, trabalhando com técnicas relativamente precárias e atrasadas. Portanto, a história da política brasileira, principalmente as econômicas no período colonial e nos períodos do intenso processo de industrialização, ignorou o setor produtivo e tratou a agricultura familiar como apêndice, entrave ao desenvolvimento e outras denominações.

Os sistemas de produção da agricultura familiar contam, ainda, com inúmeras externalidades positivas decorrentes de seu desenvolvimento, tais como: garantia de maiores fontes de biodiversidade, melhoria na segurança alimentar, preservação das características paisagísticas do território, proteção do capital cultural, fortalecimento das relações familiares, contenção do êxodo rural, entre outras.

O QUADRO 2 elaborado para uma publicação do FAO/INCRA, referente ao projeto UTF/BRA/036 de 1994, apresenta alguns elementos que diferenciam os sistemas de produção da agricultura familiar e patronal na sua essência.

<b>Modelo Patronal</b>	<b>Modelo Familiar</b>
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo

**Quadro 2: Comparativo entre os modelos patronal e familiar de agricultura**  
**Fonte: FAO/INCRA, Projeto UTF/BRA/036 de 1994**

A ausência de criações ou a pouca área para as mesmas sempre afetou a possibilidade de fertilização natural, o que o camponês compensava (e ainda compensa) com constantes deslocamentos em busca de áreas de cultivos. A mobilidade espacial sempre foi sua forma de assegurar o projeto para o futuro. O compromisso com a reprodução da família se dava pela prática de uma agricultura itinerante e pelo sistema de posse precária da terra. “*De uma certa forma, o patrimônio transmitido era o próprio modo de vida*” (Wanderley, 1999, p. 38).

A agricultura familiar tem importância na produção de alimentos, especialmente voltados para o autoconsumo e na absorção de empregos. Ela tem uma função social e econômica. A produção familiar, além de ser um fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias de baixa renda, contribui de forma expressiva para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário, mas do próprio país. (Guilhoto et al, 2006, p. 356). A pluriatividade é outra característica intrínseca nas unidades de agricultura familiar. Ela não é resultado apenas das transformações estruturais na agricultura, constitui o exercício de várias atividades dentro de um mesmo estabelecimento; é uma característica que faz parte do “modo de funcionamento” de unidades de trabalho familiar. (Schneider, 2005).

As unidades de produção familiares podem ser mais ou menos integradas ao mercado, destinando sua produção exclusivamente à comercialização ou comercializando apenas o

excedente da produção, que não representa o principal meio de reprodução da unidade familiar.

Um sistema de produção que, ao longo do tempo, veio conformando agroecossistemas, revelando-se como portadora de múltiplas geo-histórias com variados sistemas de organização socioeconômica e tradições culturais. Portanto podemos classificar a agricultura em:

<b>Modelos de Agricultura</b>		
<b>Atributo</b>	<b>Agricultura camponesa</b>	<b>Agricultura Capitalista</b>
Quanto ao tipo	Camponesa	Capitalista
Modo de organização da produção e do trabalho	Familiar	Gerencial
Quanto à finalidade	Renda	Lucro
Racionalidade/ Valores éticos	Dádiva	Dívida
Destino	Consumo familiar, alimentação animal, e pequeno excedente para troca mercantil e para dádiva	Mercados capitalistas
Prioridade da produção	Segurança e soberania alimentar	Produção para venda
Grau de especialização	Diversificada	Monocultivos
Força de Trabalho	Abdicação	Exploração
Relações sociais	Comunitária e cooperativa	Individual e competitiva

**Quadro 3: Comparativo entre modelos de agriculturas**  
**Fonte: Quadro elaborado pela autora: Souza, M, 2013**

A diversificação de culturas configura-se como parte da estratégia adotada pela família camponesa, que tem na combinação com a criação de animais sua alternativa de fertilização dos solos e melhoria na produtividade dos cultivos. Aliado à estratégia para o autoconsumo encontram-se saídas para os diversos mercados acessados pelas famílias.

O mercado é central para o conjunto das populações rurais, assim como o é para as populações urbanas ou para atividades empresariais. Esta ideia desconsidera as práticas dos camponeses em relação à formação de reservas e valores, como aponta Ribeiro (1993):

As unidades de produção camponesas têm formas muito particulares de lidar com valores, raramente utilizam dinheiro para conservar riqueza, porque não dominam muito bem sua ciência de circulação e multiplicação... A partir da produção vão construindo reservas, estrategicamente transformadas em animais ou estoques, de preferência produtos que reúnam as características de poderem ser repartidos, conservados e transformados em alimentos... Esses agricultores gostam de trabalhar com formas de valores que dominam, as formas concretas (como bens de uso e mercadorias) dão oportunidade às trocas e vendas e permitem aumento do patrimônio, que em limites podem se transformar em propriedades ou outros tipos de riqueza material. (RIBEIRO, 1993 p. 40).

Conforme dados do último censo agropecuário, a diversificação na produção indica que os sistemas adotados pelas famílias são características comuns das estratégias de sobrevivência da agricultura familiar camponesa que é o “costume” de não investir toda a força de trabalho e os poucos recursos em uma única atividade. A opção em diversificar consiste na possibilidade de que, se um dos produtos plantados não “vingarem” eles podem ter sucesso em outro produto, além da importância atribuída à questão da soberania alimentar, diferentemente dos agricultores profissionais especializados. O Campesinato não é uma agricultura profissional, é um modo de vida.

#### **1.4 Redes, fluxos e circuitos de comercialização**

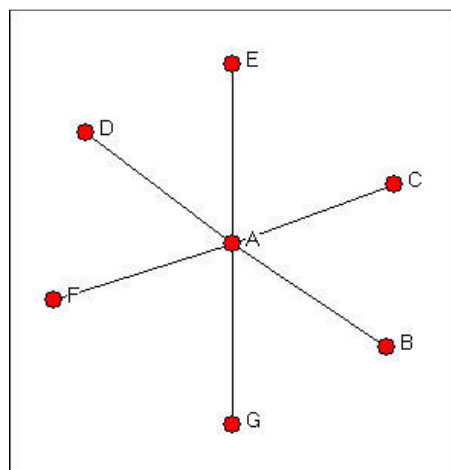
Após a discussão acerca da lógica da produção camponesa, nesta seção, as reflexões estão organizadas em torno da compreensão de conceitos e abordagens acerca de redes, fluxos e circuitos de comercialização da agricultura camponesa. Como instrumento de análise para entendimento das estratégias de comercialização, este trabalho utiliza como base teórica a vertente da Sociologia Econômica. De acordo com Lévesque (2009, p. 305), tal abordagem “propõe uma definição mais ampla da economia” e reconhece a pluralidade de formas econômicas, pois o desenvolvimento econômico, embora dominante, ao longo dos últimos séculos, não tendeu a eliminar outras modalidades econômicas e nas últimas décadas reforçou a presença e o papel de novas estratégias econômicas no seio do sistema capitalista, uma vez que, “mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outras

economias, porque é incapaz de inserir dentro de si toda a população economicamente ativa” (Singer, 2005, p. 86).

Entrando na discussão sobre *Redes*, Haesbaert (2002) afirma que este conceito nasce com o capitalismo, sendo utilizado pelos pesquisadores no século XIX, ao tentar explicar determinadas formas espaciais disseminadas pelo sistema capitalista. Para Guerrero (1999), a rede é constituída por um conjunto de atores sociais que atuam como emissores ou receptores, e os vínculos ou elementos relacionais atuam como canais de comunicação. Sobre redes, Dias (2008) enfatiza que “o mais importante é a constatação empírica de diferentes formas ou intensidade das relações sociais num determinado campo social de parentesco, amizade, vizinhança” (2005, p. 30). Esta autora destaca que “estas redes transcendem as organizações empiricamente delimitadas, e que conectam, simbólica e solidariamente, os sujeitos indivisíveis e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico” (2005, p.36).

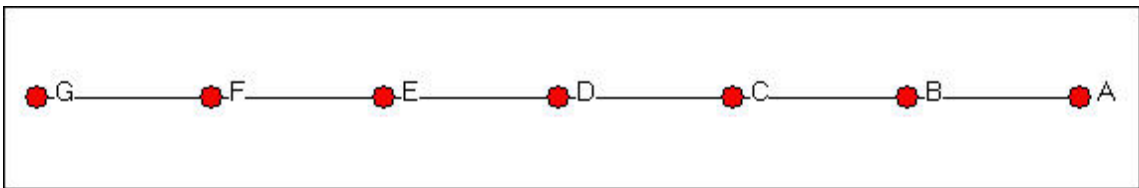
Uma rede pressupõe a existência de três elementos: (a) nós (atores); (b) vínculos (relações, recursos); e, (c) fluxos. Os nós, representados por círculos, podem ser pessoas, instituições da sociedade civil e do Estado, empresas, empreendimentos solidários e outros. Os vínculos, representados por linhas, são os laços estabelecidos entre os nós. O fluxo indica a direção do vínculo, podendo ser uni ou pluridirecional. As figuras a seguir buscam representar as relações sociais e as relações de poder em diferentes tipos de rede.

A FIGURA 2 mostra relações sociais de uma rede na forma de uma estrela. Nota-se, neste tipo de rede, a existência de um nó central mais próximo de todos os membros do que qualquer outro nó, em que A tem uma posição estrutural mais favorável, está mais próximo dos demais atores e possui maior quantidade de vínculos, o que pode indicar maior poder e que este pode ser exercido de forma direta.

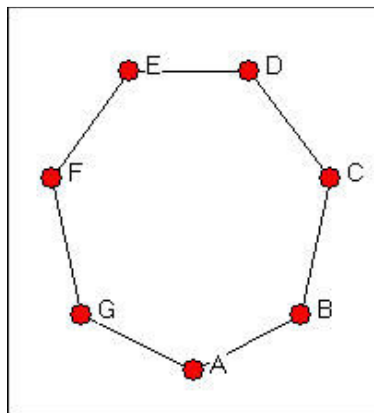


**Figura 2: Representação de uma rede na forma de Estrela**  
**Fonte: Hanneman, R. A. and M. Riddle (2005).**

A FIGURA 3 mostra uma rede na forma de linha. Observa-se nesta figura que os atores G e A estão em desvantagem estrutural relativamente aos demais atores. A FIGURA 4 ilustra uma rede na forma circular. Nesta forma, cada ator apresenta o mesmo número de alternativas de relação.

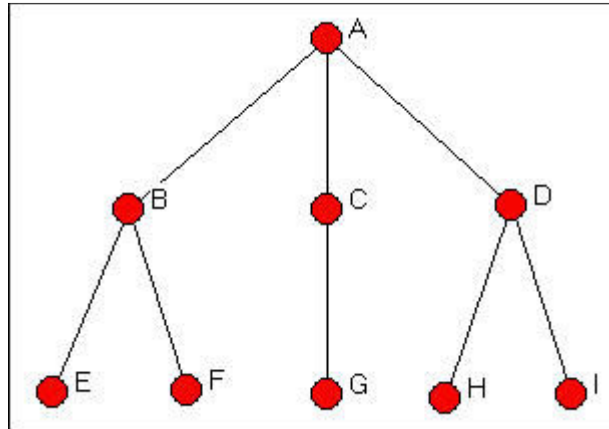


**Figura 3: Representação de uma rede na forma de Linha**  
**Fonte: Hanneman, R. A. and M. Riddle (2005).**



**Figura 4: Representação de uma rede na forma de Círculo**  
**Fonte: Hanneman, R. A. and M. Riddle (2005).**

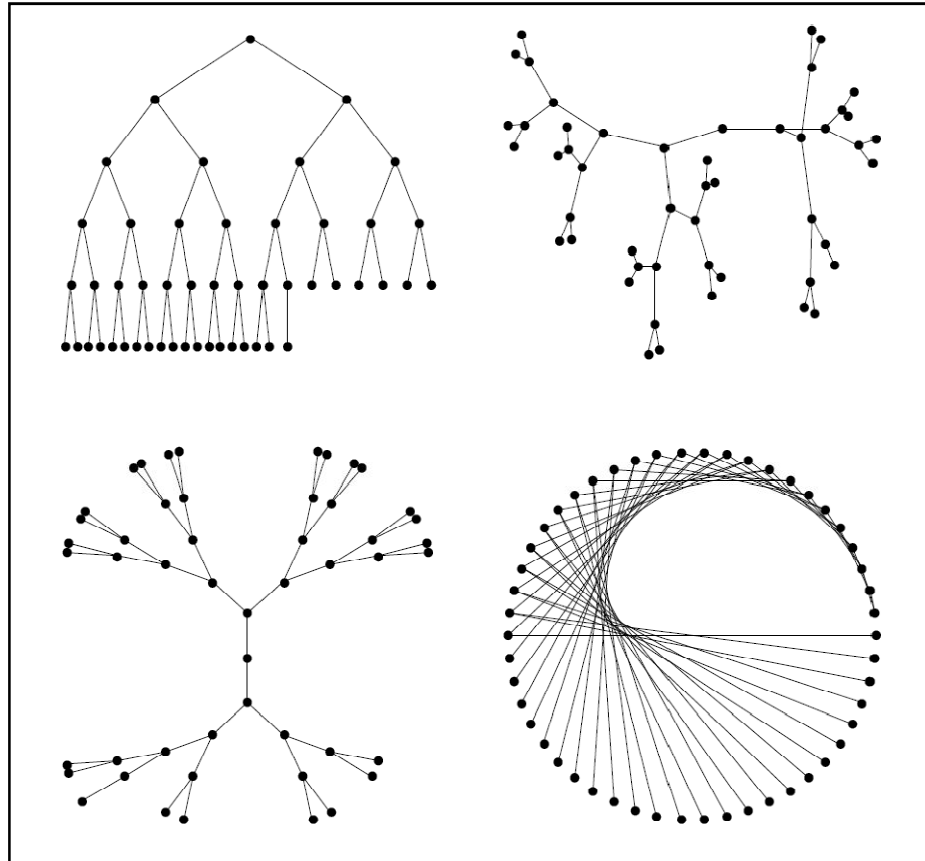
O poder é uma consequência dos padrões de relação e o montante de poder numa estrutura social pode variar. As três formas apresentadas nas FIGURAS 2, 3 e 4 podem resultar diferentes representações como a FIGURA 5 que mostra classes de equivalência distintas.



**Figura 5: Rede de Wasserman-Faust para ilustrar classes de equivalência**  
**Fonte: Hanneman, R. A. and M. Riddle (2005).**

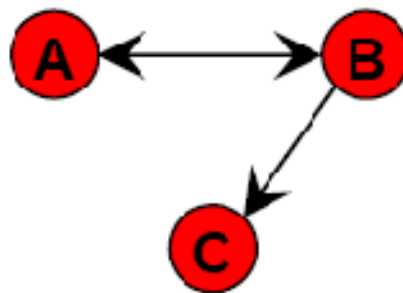
A FIGURA 5 oferece um exemplo claro de diferença estrutural de equivalência. Dois nós (atores) apresentam exata equivalência estrutural se possuem a mesma relação com todos os demais nós. Neste caso, não existe nenhum ator que possui os mesmos laços que A, então A é uma classe por ele mesmo. O mesmo é verdadeiro para os atores B, C e D. Cada um desses atores apresenta um único conjunto de laços, então eles formam três classes, com um membro cada. E e F, possuem o mesmo padrão de laços, a mesma equivalência estrutural, cada um com laço singular com o ator B, sendo, portanto, equivalentes estruturalmente. O ator G é uma classe por ele mesmo; Os atores H e I possuem a mesma classe de equivalência estrutural, o mesmo padrão de laços. Análise semelhante pode ser aplicada à FIGURA 6, que ilustra diferentes formas de representar as mesmas classes de equivalência estrutural.





**Figura 6: Diferentes representações do mesmo padrão de laços.**  
**Fonte: Izquierdo & Hanneman (2006)**

O estudo da extensão dos laços de reciprocidade pode dar ideia do grau de coesão, confiança, capital social presente na rede assim como das relações de hierarquia e igualdade. Redes com predominância de relações de reciprocidade são mais estáveis e iguais do que aquelas com relações mais assimétricas (hierárquicas). A FIGURA 7 ilustra relações de reciprocidade de (A para B, e de B para A), partes de uma estrutura de reciprocidade entre seis possibilidades de laços (AB, BA, AC, CA, BC, CB).



**Figura 7: Campo de reciprocidade**  
**Fonte: Izquierdo & Hanneman (2006)**

Como pode ser visto, uma rede é um conjunto de pontos interligados entre si, através dos quais circulam fluxos (capitais, recursos materiais e simbólicos, finanças, conhecimento e outros). A rede não funciona sem comunicação entre os pontos, sem transmissão de fluxos.

Randolph (1993, p. 788) usa o termo redes no sentido relacional: relações familiares (rede familiares), de amizade, de ajuda mútua (redes de vizinhança), de contatos e organização de movimentos sociais (redes sociais). A importância adquirida pelas redes na sociedade atual está relacionada ao papel conquistado por elas na circulação de bens, pessoas e informações. Em grupos de pessoas face a face, os atores podem ter conexões emocionais e afetivas, partilhar relações, afinidades, focos e outras conexões. Organizações trocam pessoal, recursos monetários, bens e serviços, informação, formam grupos e alianças. As redes podem comportar diversos tipos de intercâmbio entre eles trocas culturais, econômicas e políticas. As características e comportamentos das populações dependem de múltiplas dimensões de integração/separação. A solidariedade pode ser estabelecida nas trocas econômicas, na partilha de informação, afinidades e outros laços, operando simultaneamente.

Para Castells (2000), as pessoas socializam-se e interagem em seu ambiente local, seja no povoado, na cidade e constroem redes entre vizinhos. Essas redes são frutos de histórias em comum e confiança, que crescem no cotidiano de pessoas com objetivos semelhantes. Diante desse contexto, verifica-se que a rede comercial ou de circulação comanda esses fluxos de forma contínua, programada entre os membros envolvidos, interagindo-se diariamente e impulsionando as mudanças exigidas pelo mercado. Ainda sobre as redes de circulação, Milton Santos (1996) destaca que no processo global de produção, a circulação prevalece sobre a produção propriamente dita, os fluxos se tornam mais importantes ainda para a explicação de uma determinada situação. (Santos, 1996, p. 214).

Sobre o conceito de *fluxos*, percebemos que nossa sociedade está construída em torno de fluxos: fluxos de capital, fluxos de informação, fluxos de alta tecnologia, fluxo de interação organizacional, fluxos de imagens, sons e símbolos. Fluxos não representam apenas um elemento da organização social: é a expressão dos processos que *dominam* nossa vida econômica, política e simbólica. (Castells, 2000, p.436).

Conforme Milton Santos (1979), os fluxos podem ser compreendidos através dos circuitos inferior e superior. O fluxo do sistema superior é composto de negócios bancários, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, comércio atacadista e transporte. Já o sistema inferior é constituído por formas de fabricação sem a utilização intensiva de capital; por serviços não modernos, abastecidos pelo nível de venda a

varejo e pelo comércio em pequena escala. Ambos os sistemas são levados em conta no estudo da organização espacial em países subdesenvolvidos.

Os circuitos superiores e inferiores fazem parte do mesmo sistema económico, e para Santos (1979), os dois não são tratados isoladamente, já que ele classifica outro sistema chamado de circuito marginal, que possui tanto características do superior quanto do inferior. Por circuito superior, segundo Santos (1979), entende-se economia moderna, fruto de alta tecnologia e que atende somente uma parcela da população, enquanto o inferior é produto da falta das altas tecnologias para atender às demandas da classe pobre e que é caracterizado por pequenos lucros, já que os processos de comercialização são relativamente menores em relação aos circuitos superiores.

Entende-se que o conceito de circuito espacial produtivo apreende o papel da circulação no período histórico atual, pois reconhece a existência de uma lógica dos territórios e uma lógica das redes (Santos, 1979). A noção de “circuitos econômicos”, que aparece em várias obras de Milton Santos, amplamente desenvolvida no livro “O Espaço Dividido” (Santos, 1979), tem enorme aplicabilidade para o desenho do que seria uma “geografia do excedente alimentar”. Maluf (2004) faz uma distinção entre circuitos longos e curtos a partir da identificação das formas de inserção da agricultura familiar nos mercados de alimentos, as quais seriam duas: uma delas com cadeias integradas nacional e internacionalmente e outra com circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos. Outra abordagem acerca de circuitos longos e curtos, e que é adotada neste estudo, tem a ver com a ideia de mediação. Para François *et al.* (2000), a noção de circuito curto e circuito longo não faz referência à distância física entre produtores e consumidores e sim ao número de intermediários entre produção e consumo. Para o autor, o conceito de proximidade é que considera a distância física. Já o quilômetro zero citado na introdução deste trabalho, refere-se igualmente às distâncias percorridas pelos produtos, associado ao componente de produção local/regional.

O circuito econômico é o conjunto de relações que se estabelecem entre os vários agentes de uma economia e neste estudo estamos tratando da economia rural e como os produtos da agricultura camponesa se inserem nele. A noção de circuitos econômicos possibilita analisar também a natureza e a forma de participação da agricultura camponesa no espaço social, pois revela as conexões entre lugares como um processo de construção socioespacial. Desta forma, podem ser pensadas estratégias de ação sobre o espaço social e os caminhos que visem beneficiar este ator social no processo de desenvolvimento.

Silva (2007) afirma que a noção de circuitos econômicos permite investigar as formas de participação da agricultura familiar como produtora de alimentos. Conforme o autor, as formas de comercialização da agricultura familiar revelam as conexões entre os lugares e os processos de construção de um território socioespacial, assim o sistema alimentar pode ser “construído de modo a criar condições favoráveis à continuidade social e promoção econômica das famílias”. Por sua vez, o mapeamento dos circuitos espaciais de produção, distribuição e consumo possibilitam o exame da estrutura do espaço social alimentar, revelando a cartografia dos fluxos e conexões que expressam hierarquias e solidariedades entre lugares.

Participam das cadeias integradas às cooperativas de grande porte, as corporações agroindustriais, a indústria alimentar, a intermediação mercantil e as redes de supermercados. Seu horizonte de atuação são os mercados nacional e internacional, ainda que os agentes de grande porte (corporações agroindustriais e redes de supermercados) possam definir estratégias regionais diferenciadas no interior do país. (Maluf, op. cit., p. 307).

É preciso considerar que as diferenças de escala – circuitos curtos X circuitos longos – não necessariamente revelam o grau de modernização incorporado no interior da cadeia produtiva, mas tendem a configurar relações de dependência e reciprocidade muito distintas no sistema alimentar. Assim, a agregação de valor e renda pela agricultura familiar seriam socialmente negociadas dentro do círculo de cooperação espacial que participam. Os benefícios obtidos pelos agricultores familiares estariam, portanto, condicionados à sua forma de inserção nos mercados de alimentos, revelada na sua relação com as instituições e os valores próprios das escalas onde se inscrevem.

O caminho percorrido por um produto, desde o momento de sua colheita e beneficiamento até a sua disponibilização ao consumidor final, é realizado por uma série de atividades distintas. Nesse caminho a matéria-prima sofre várias transformações operadas por intermediários, sendo que, a cada uma dessas atividades, são repartidos os valores agregados aos produtos. O caminho mais curto realizado pelo produto corresponde ao circuito curto de produção, em que o produtor vende diretamente seus produtos ao consumidor, independente de transformado ou não. (François *et al*, 2010). A comercialização em circuitos curtos traz vantagens econômicas, sociais e culturais; desenvolve condições para práticas de reciprocidade através de trocas e favores realizados entre vizinhos; impulsiona a criação de associações e cooperativas pela necessidade de formalização das relações; e promove o desenvolvimento local, alterando a dinâmica social e econômica com uma maior circulação de renda, serviços e produtos, (François *et al*, 2010).

Na União Europeia, de acordo com François *et all* (2010), os circuitos curtos são organizados como forma de desenvolvimento de pequenas cidades através do aproveitamento das vantagens comparativas e econômicas das regiões. Essas oportunidades são exploradas por meio da produção de produtos que carreguem uma identificação cultural com a região onde foram produzidos; assim, são criados comércios locais como rotas de queijos, vinhos, artesanatos e qualquer produto que possa ser explorado pela venda direta ao consumidor.

O mais importante aqui é destacar que os circuitos estão sob a inarredável influência das instituições e valores próprios das escalas onde se inscrevem. Desta forma, os circuitos curtos são os que mais comportariam particularidades em relação às características físicas do alimento, ao seu processamento, à sua qualidade (aspectos nutricionais, de saúde, ambientais) e às formas de controle social sobre processos e produtos (padronização, registro, informações ao consumidor, controle sanitário e outros). Os benefícios obtidos pelos agricultores familiares estariam, portanto, condicionados à sua forma de inserção nos mercados de alimentos, revelada na sua relação com as instituições e os valores próprios das escalas onde se inscrevem.

Desta maneira, o empenho no sentido de que agricultores camponeses adotem uma racionalidade estritamente econômica, que se voltem à busca de lucro ou à remuneração do capital e com isso passem a praticar rotinas administrativas próprias da empresa rural é um esforço inútil. Camponeses possuem uma racionalidade específica, que não se identifica com os princípios da gestão de empresas rurais.

Mas a agricultura camponesa vem se reposicionando com relação ao acesso aos mercados. Os programas públicos como PAA e PNAE (Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar, respectivamente), vêm sendo acessados por diversas associações e cooperativas em um contexto bastante interessante de valorização de produtos locais. Sendo inclusive, uma estratégia de sobrevivência frente às diversas tentativas de pasteurização por parte de programas e projetos anteriores que tenderam a enquadrar e alterar os sistemas produtivos tradicionais. Os camponeses vêm desenvolvendo sistemas produtivos bastante diversificados que associam ações de manejo da produção, criação de pequenos animais, fruticultura com venda *in natura* ou processadas, horticultura e produção diversificada de gêneros alimentícios, extrativismo e outros.

De forma taxonômica, com a ressalva de que podem estar vinculados em diferentes níveis de integração, os principais canais de comercialização dos produtos da Agricultura Camponesa podem ser classificados em quatro: venda direta ao consumidor, integração

vertical com o agronegócio processador, vendas para o setor de distribuição, cooperativas e mercados institucionais.

As vendas diretas incluem as operações de entrega direta do produto pelo produtor ao consumidor final, tais como: entregas em domicílios, feiras livres, feiras especializadas e eventos comerciais promocionais, lojas de produtores, vendas na propriedade. A integração vertical envolve venda de produtos como matéria-prima para beneficiamento pelo comprador (leite, fumo, tomate, suínos e aves, e outros). As vendas para distribuição podem incluir atacadistas, varejistas, distribuidores, restaurantes, lojas especializadas de agricultura orgânica e produtos naturais, supermercados e hipermercados, exportação. Os mercados institucionais são compras/aquisições feitas pelo Estado, como exemplo pode-se citar o PAA e PNAE.

Conforme Wilkinson (2003), os estudos sobre a dinâmica da agricultura familiar revelam marcada polivalência das suas formas comerciais e produtivas. Entre os limites da subsistência e da entrada em sistemas produtivos especializados, está presente a combinação de vários arranjos, desde atividades tipicamente de autoconsumo, trocas entre vizinhos, venda em feiras locais e atividades que se incorporam em circuitos formais de comercialização, até relacionadas com agroindústria, por meio dos contratos de integração.

Sabe-se que a agricultura camponesa é bastante diversificada com relação à integração aos mercados e com relação à renda do agregado familiar. Há grupos de agricultores altamente integrados a mercados de produtos e de insumos, grupos parcialmente integrados e grupos com baixa integração. De modo semelhante, há uma grande diversidade no que refere à renda do agregado familiar. Neste trabalho privilegiamos os agricultores que estão na franja do sistema, isto é, aqueles com baixa integração aos mercados tradicionais e simultaneamente com baixa renda agrícola, considerados em situação de extrema pobreza, tomando-se apenas a variável renda monetária per capita.

Partindo dos conceitos apresentados, a pesquisa busca verificar os circuitos espaciais produtivos desses agricultores, com destaque para os circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos; as redes de comercialização, os tipos e direção dos fluxos econômicos e simbólicos constituídos pelas famílias camponesas. O mercado, como o conhecemos, apresenta-se como uma etapa complexa entre a determinação sobre o que deverá ser produzido e a efetivação do consumo final. Para Polanyi (2000), o mercado originalmente correspondia ao local onde se compravam a preços estabelecidos, pequenas quantidades de gêneros de primeira necessidade. Até o final do século XVIII, a economia estava imersa na sociedade, e os mercados eram espaços dominados pelas atividades de redistribuição e reciprocidade.

Ainda segundo o autor, em uma economia não capitalista, as relações de proximidade favorecem trocas e reciprocidades não existentes em uma sociedade autorregulada pelo impessoal mercado de capitais. A sociedade industrial ocasionou a criação de um mercado autorregulável, em que as trocas desiguais ocorrem de forma a propiciar a acumulação de valor e a apropriação de excedentes. Procurando superar a dicotomia provocada pela racionalidade econômica que compartimenta e separa natureza e produção, vários segmentos sociais vêm realizando uma redescoberta do patrimônio cultural sertanejo como indicativo de um novo paradigma produtivo que integre a natureza e a cultura como forças produtivas. Surgem experiências que envolvem atividades baseadas no saber acumulado pelas antigas populações do sertão e no conhecimento técnico-científico. Como exemplo é possível citar o uso de plantas medicinais, a coleta de frutos nativos e sua industrialização, a captação da água de chuva, dentre outros.

Como afirma Menezes (2006) a rede faz e desfaz as prisões do espaço, tanto libera como aprisiona, mas é a força que constitui o espaço e o território que foi se adaptando ao saber cultural e histórico arraigados na comunidade, através dos laços, de compadrios, de afetos e desafetos. Há uma relação de solidariedade, ajuda e força mútua que os tornam sujeitos econômicos de um sistema econômico que muitas vezes o ignoram. As movimentações mercantis e não mercantis que ocorrem através das redes, dos fluxos e circuitos de comercialização movimentam uma economia regional que muitas vezes não entra nas estatísticas oficiais do Estado. É esta economia que acontece nas feiras, nos mercados institucionais e na própria comunidade que vem se reposicionando no contexto do desenvolvimento rural, a partir da participação de lideranças no núcleo diretivo do Território da Cidadania Serra Geral.

### **1.5 Território, territorialidade e desenvolvimento territorial**

Os conceitos e abordagens sobre território e territorialidade são polissêmicos. Cada ciência conduz a reflexão a partir de seu interesse e olhar. Para confirmar esta ideia basta recorrer a leituras e reflexões de geógrafos, antropólogos, economistas sobre este tema em todas estas leituras aparecem elementos relacionados ao “poder”. Para Brandão (2007),

Nenhum recorte espacial é natural como querem os conservadores. As escalas são construções históricas, econômicas, culturais, políticas e sociais e, desse modo, devem ser vistas na formulação de políticas”. É preciso repactuar relações,

reconstruir espaços públicos e canais de institucionalizados de conservação de interesses e estabelecer contratos sociais territorializados (BRANDÃO, 2007, p.5).

As ambiguidades do debate de território e territorialidade estão expressas em uma definição proferida por Souler<sup>7</sup> (2013) como: Território Geográfico dos espaços vividos e construídos de um povo, um espaço político das instituições públicas e privadas, um território natural de espaços protegidos. Ainda um território ritualizado das comunidades e ainda um território militar das relações nacionais e internacionais. Ou seja, em um mesmo território tendo vários territórios dimensionados a partir das políticas, dos interesses e necessidades.

A visão ratzeliana considera o território como espaço concreto apropriado por um grupo social ou por um Estado-Nação que o rege por meio de leis, e onde todos serão unidos por laços comuns, tais como a linguagem, os hábitos culturais, a sua formação social. Milton Santos (1979) afirma ser:

O Estado-Nação [...] essencialmente formado de três elementos: 1) o território; 2) um povo; 3) a soberania. A utilização do território pelo povo cria o espaço. As relações entre o povo e seu espaço e as relações entre os diversos territórios nacionais são reguladas pela função da soberania. A ação das sociedades territoriais é condicionada no interior de um dado território: 1) pelo modo de produção à escala internacional; 2) pelo sistema político; 3) pelos impactos dos modos de produção e dos momentos precedentes ao modo de produção atual. (SANTOS, 1979, pp. 189 - 190).

Raffestin (1993) diz que o espaço é anterior ao território, considera o espaço matéria-prima onde se desenvolverá um trabalho que caracterizará o território, por desencadear uma relação de poder. O território é a expressão de um conjunto de tessituras, redes e nós que se entrelaçam e permitem que as áreas de exercícios de poder (nós) se conectem por meio das redes e formem a tessitura territorial. Retrata também a tessitura como projeção de um sistema de limites ou fronteiras, mais ou menos funcionalizadas, é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala dos poderes. A tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes.

Para Mazzetto (2006), a noção de território abrange três dimensões fundamentais: (a) ela é relativa à apropriação social do espaço, implica, portanto, em uso deste espaço; (b) tem

---

<sup>7</sup>Palestra proferida em IV Colóquio Internacional na Faculdade de Ciências Sociais e Humana – UNL (Universidade Nova de Lisboa), nos dias 23 a 25 de janeiro de 2013. Professor de sociologia na Universidade de Friburgo, na Suíça, onde ocupa a cadeira de Sociologia, Serviço Social e Política Social e presidente do Domaine Sociologia, Serviço Social e Política Social e decano da Faculdade Letters.



tanto uma dimensão material (sobrevivência) como uma dimensão simbólica (identidade); (c) ela tem a ver com o acesso, domínio e controle sobre uma porção do espaço, remetendo, portanto, a relações de poder (Haesbaert, 2002a e 2002b; Santos, 2002 e 2003). E para este mesmo autor, citando (Little, 2002) territorialidades se referem então à forma como um grupo social específico exerce essa apropriação social, tanto no sentido da materialidade das formas de uso, como do sentido atribuído ao território e seu significado simbólico.

Segundo a definição do MDA/SDT (2003), “território” é:

(...) um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Santos *et all* (2000, p. 12) prefere distinguir o território como recurso, prerrogativa dos “atores hegemônicos”, e o território como abrigo, dos “atores hegemonzados”. As duas formas são distintas na produção do território: os dominantes privilegiando seu caráter funcional e mercantil – pois desenvolvem concomitantemente uma afetividade com o mesmo, uma vez que o domínio deste lugar gera-lhes uma identificação - enquanto os dominados valorizam a garantia de sua sobrevivência cotidiana.

Pela análise, torna-se tênue dissociar funcionalidade de simbologia, mesmo um território funcional desenvolve geossímbolos<sup>8</sup> que podem ser de atração (território visto como lugar afetivo), e de repulsão (considerado como não lugar). A respeito da categoria de lugar, Santos (1979) diz que:

[...] é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade, [...] (SANTOS, 1999, p. 259).

O território é um emaranhado de relações sociais manifestadas por meio das ações

---

8 Para Haesbaert (2006b) geossímbolos são manifestações de relações de poder por meio de imagens, simbologias, gerando um território íntimo, afetivo.

dos atores sintagmáticos<sup>9</sup>. Toda essa dinâmica demanda uma gestão/ordenamento. Sobre isso, Santos *et all* (2006) argumenta:

Ordenamento, aqui, tem um sentido bastante amplo de arranjo espacial; não se restringe, em hipótese alguma, à dimensão prática do “colocar em ordem” e da simples “gestão”. Ordenamento territorial, neste ponto de vista, é outra forma de dizer des-ordem territorial, pois se trata de um movimento dialético que se reproduz de forma aberta, nem sempre previsível, e que envolve as múltiplas dimensões das sociedades, desde sua base física, natural, até as representações construídas sobre o espaço a partir dos símbolos de uma cultura, passando pela dinâmica econômica-política. (SANTOS *et all*. 2006, p. 11)

Este mesmo autor tece críticas acerca do localismo exagerado e do desenvolvimento territorial que vem permeando o debate das políticas públicas. Segundo Brandão (2007),

(...) há uma cortiça de fumaça nas abordagens do tema, com a banalização de definições como capital social, redes, economia solidária, e popular... a crença em que os formatos institucionais ideais para a promoção de desenvolvimento necessariamente passam por parcerias públicas privadas, baseadas no poder da governança das cooperativas, agências, etc. (BRANDÃO, 2007 p.38).

A identidade territorial permite uma cooperação mais estreita entre os atores em presença, facilitando a busca de sinergias entre os diversos atores.

A FIGURA 8 sintetiza um debate acerca dos conceitos entre o Desenvolvimento Local adotado em diversos programas e projetos, e o Desenvolvimento Territorial.

	<b>Desenvolvimento Local</b>				<b>Desenvolvimento Territorial</b>
<b>Território (nível espacial)</b>	Identidade (local)	→	Identidades múltiplas	→	Arena de negociação (multiescalar)
<b>Atores (Institucionalidade)</b>	Parceria público/privado (GAL)	→		→	(Institucionalidade complexa)
<b>Objetivos</b>	Crescimento econômico	→	Outros	→	Objetivos múltiplos

**Figura 8: Análise conceptual do desenvolvimento local e territorial**  
 Fonte: Extraído de FERREIRA, 2009, p. 13.

9 Raffestin (1993) diz que ator sintagmático é aquele que realiza um programa em qualquer nível. Ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço.

Durante o segundo ano do governo do Presidente Lula e nos primeiros anos do governo de Dilma Rousseff, o debate da política territorial perdeu fôlego e força política na avaliação do coordenador do núcleo diretivo do Território da Cidadania Serra Geral. Segundo Elton Mendes, *“os processos de contratações dos mobilizadores territoriais ficaram desorganizados e os planos de trabalho sofreram significativas perdas financeiras”* O Estado convoca, estimula a participação das lideranças, propõe políticas públicas e nem sempre garante continuidade e qualidade nos processos para efetivamente fortalecer a agricultura camponesa.

## 1.6 Mercados e agricultura camponesa

Conforme Wilkinson (2003), os estudos sobre a dinâmica da Agricultura Familiar revelam marcada polivalência das suas formas comerciais e produtivas. Entre os limites da subsistência e da entrada em sistemas produtivos especializados, está presente a combinação de vários arranjos, desde atividades tipicamente de autoconsumo, trocas entre vizinhos, venda em feiras locais e atividades que se incorporam em circuitos formais de comercialização, até relacionadas com agroindústria, por meio dos contratos de integração.

Segundo Ribeiro *et all* (2003), a busca de mercados específicos, se baseia na agregação de valor aos bens agrícolas cuja produção esteja fundamentada em diferenciais qualitativos de natureza social, ambiental ou cultural. Dessa forma, o produto seria capaz de conquistar nichos de mercado, consolidados por uma demanda segmentada, composta de consumidores dispostos a pagar um preço também diferenciado.

Segundo Wilkinson (2008),

Paralelamente, a década de 90 viu o surgimento de muitos novos mercados de nicho e inclusive de mercados de maior abrangência potencial (orgânicos) que em principio ofereceriam novas oportunidades de inserção da agricultura familiar. No entanto, as novas exigências destes mercados em termos tecnológicos e mais ainda mercadológicos representam barreiras para os agricultores tradicionais. Sem políticas de promover os conhecimentos apropriados a maior parte destes mercados tende a ser ocupada por novos entrantes, sobretudo tudo profissionais liberais e outros empreendedores. Nas situações mais favoráveis, porém, a entrada destes atores pode até facilitar processos de reconversão da agricultura familiar. (WILKINSON, 2008, p. 2)

Wilkinson (2008) continua afirmando que na literatura convencional, costuma-se fazer uma distinção entre mercados locais e personalizados e mercados nacionais caracterizados por relações impessoais intermediados apenas pelo preço dos produtos. De fato, a maioria dos mercados de relevância para a agricultura camponesa é conquistada por distintos processos de fidelização, com base na identificação dos produtos e dos processos produtivos com características específicas. Assim, podemos distinguir entre o mercado de *commodities*, ainda de grande importância para a produção familiar e um conjunto de novos mercados, especialidades de nicho, orgânicos, artesanais, solidários e institucionais. Na FIGURA 9 apresentamos estes mercados com os seus perfis e desafios próprios.

<b>Mercado</b>	<b>Perfil</b>	<b>Desafios</b>
Commodities	Velhos e Novos Mercados Locais e à Distância	Padronização, legislação, Qualidade Mínima e Escala
Especialidades	Discriminado por Grau de associação com Localidade/Tradição	Concorrência de Novos Entrantes
Orgânicos	Grau de Associação ,Saúde e/ou à um Modo Específico de Produção	Certificação, Escala. Pesquisa
Artesanais	Denominação de Origem ou Não	Qualidade, Normas Técnicas, Autenticidade, Ação Coletiva
Solidários	Identificação ou não com a Agricultura Familiar, Mercados de Alta e Baixa Renda	Escala, Variedade, Qualidade
Institucionais	Licitações, Oferta para Varejo	Qualidade, Variedade, Escala

**Figura 9: Tipologia de Mercados para Agricultura Familiar**  
**Fonte: Wilkinson, 2008, p.3.**

Autores, entre eles Schneider (2004), Wilkinson (1999) e Mior (2005), defendem a participação da agricultura familiar nos mercados por meio da agregação de valor aos produtos, ou seja, a criação de agroindústrias familiares. Para esses autores, a agroindústria familiar representa uma alternativa de inclusão produtiva fora das cadeias agroalimentares.

Outro aspecto a ser considerado é que as famílias sempre realizaram trocas, doações e serviços sem que necessariamente houvesse a mediação do mercado. Desta forma, o mercado não é uma expressão ou espaço do modo de produção capitalista. Polanyi (2000) destaca que as relações econômicas não estão deslocadas das relações sociais, as relações econômicas estão imersas, enraizadas nas relações sociais, e que, portanto, os mercados são construções sociais. Isso remete para uma reflexão sobre o que é o mercado. Bromley (1997) argumenta

que o mercado não é um mecanismo para fazer escolhas sociais. Para o autor, os mercados são meios construídos socialmente e refletem muitas escolhas individuais que agregadas possuem implicações sociais. Hodgson (1994) define mercado como um conjunto de instituições sociais em que se verifica normalmente um grande número de trocas de mercadorias de um tipo específico, sendo essas trocas facilitadas e estruturadas por essas instituições. A troca implica acordo contratual e intercâmbio de direitos de propriedade, e o mercado consiste, em parte, de mecanismos para estruturar, organizar e legitimar essas atividades. Em resumo, os mercados são trocas organizadas e institucionalizadas. A ênfase é conferida às instituições de mercado que ajudam a regular e a estabelecer consensos sobre os preços e, de uma forma mais geral, a comunicar informação quanto aos produtos, preços, quantidades, compradores potenciais e vendedores potenciais.

Os estudos de Abramovay (1998) e de Van der Ploeg (1990; 1992) afirmam que a agricultura familiar precisa da integração mercantil para sobreviver e se reproduzir. A forma de integração pode ser total ou parcial aos mercados, mas, o importante é que vamos encontrar as duas situações e sem que necessariamente haja subordinação ou submissão. Como formulou Woortmann (1984) o grupo doméstico deve produzir tanto valores de uso quanto renda. Mas também não se pode achar que a reprodução social da agricultura familiar não passa pelos mercados tanto de mercadorias como de força de trabalho. Em resumo, é isso que mostra os estudos de Abramovay (1998) e de Van der Ploeg (1990; 1992), que a agricultura camponesa precisa da integração mercantil para sobreviver e se reproduzir. As unidades de produção familiares podem ser mais ou menos integradas ao mercado, destinando sua produção exclusivamente à comercialização ou comercializando apenas o excedente da produção, que não representa o principal meio de reprodução da unidade familiar.

## **2. Redes, fluxos e circuitos de comercialização dos camponeses de Várzea Comprida**

Este capítulo apresenta os dados da pesquisa de campo realizada junto às famílias moradoras da Comunidade Várzea Comprida. Descreve o modo de vida das famílias da comunidade, seus sistemas de produção, a organização para os processos de comercialização, suas relações sociais, de reciprocidade e trocas mercantis entre as famílias e com o entorno. A organização do material empírico foi feita à luz do enquadramento teórico apresentado no primeiro capítulo, a partir da relação *teoria-práxis-teoria*. O material empírico foi obtido por meio de procedimentos múltiplos de recolha de dados, a partir de instrumentos quantitativos e

qualitativos de pesquisa, que associam à pesquisa social, como afirma Minayo (1992), sensibilidade para captar interfaces entre pensamento e base material, entre objeto e suas questões. O método qualitativo, segundo a autora, permite a incorporação de questões do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e estruturas sociais, sendo estas últimas tomadas como construções humanas significativas.

Para além de questionários com informações acerca das famílias - desde a composição e perfil do agregado familiar, aspectos relacionados à atividade produtiva e circulação dos produtos -, o trabalho recorreu à história oral com as pessoas mais antigas da comunidade, entrevistas semiestruturadas com lideranças locais, organizações sociais e com pessoas-chaves, atores privilegiados no processo de desenvolvimento rural local. A base para análise das redes, fluxos e circuitos da agricultura familiar camponesa foi construída a partir de oficinas e diálogos com as famílias da comunidade.

A partir do reencontro com famílias antigas, do conhecimento de novas famílias, das visitas às propriedades e da observação do jeito de cada família camponesa manejar a terra, da decisão sobre quais culturas plantar, de como organizar o trabalho familiar buscou-se capturar elementos subjetivos e simbólicos não incorporados nos questionários. Um desses elementos que será abordado com mais profundidade neste trabalho e que chamou a atenção foi o papel desenvolvido pelas mulheres na produção e comercialização, como a ida para a feira. Os dados e as informações inseridos no trabalho foram frutos de conversas orientadas por um roteiro, cujo interesse circunscrevia em torno da produção e dos processos de comercialização.

Os momentos coletivos de reuniões das duas associações da comunidade de Várzea Comprida foram importantes para conferir e checar algumas informações coletadas individualmente. O ano agrícola de referência para a coleta de dados relativos à produção foi julho/2011 a junho/2012. A amostra consistiu em 33 famílias dentro de um universo de 45 que vivem na Comunidade.

As variáveis foram divididas nos seguintes blocos: composição da família, disponibilidade de bens, escolaridade, situação fundiária, créditos acessados, culturas permanentes, produtos que comercializam e mercados acessados. Além da comunidade de Várzea Comprida foram realizadas conversas e entrevistas nas feiras na sede do município de Porteirinha e entre o período de julho de 2012 a janeiro de 2013, entrevista com o coordenador geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha e coordenador do núcleo diretivo do Território da Cidadania Serra Geral, técnico da Emater e representante da Prefeitura local.

As entrevistas, em sua maioria foram realizadas com a presença da família (marido, esposa e filhos), visando à obtenção do maior número possível de informações sobre a situação familiar e o papel desempenhado por cada um nos sistemas de produção, beneficiamento e venda. A base de análise é a família, em consonância com o enquadramento teórico da agricultura camponesa. Após todo o processo de coleta de informações, os dados foram inseridos e tabulados no *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

Outra técnica utilizada para coleta de dados foi a pesquisa etnográfica que apresenta e traduz a prática da observação, da descrição e da análise das dinâmicas interativas e comunicativas das famílias. A etnografia permite compreender a vida e suas relações sociais que vão desde grau de parentescos, encontros e relacionamentos com outras famílias. E destes relacionamentos e encontros surgem variadas formas de solidariedade, valores, redes, transmissão, trocas, simbologias, cerimônias e conflitos.

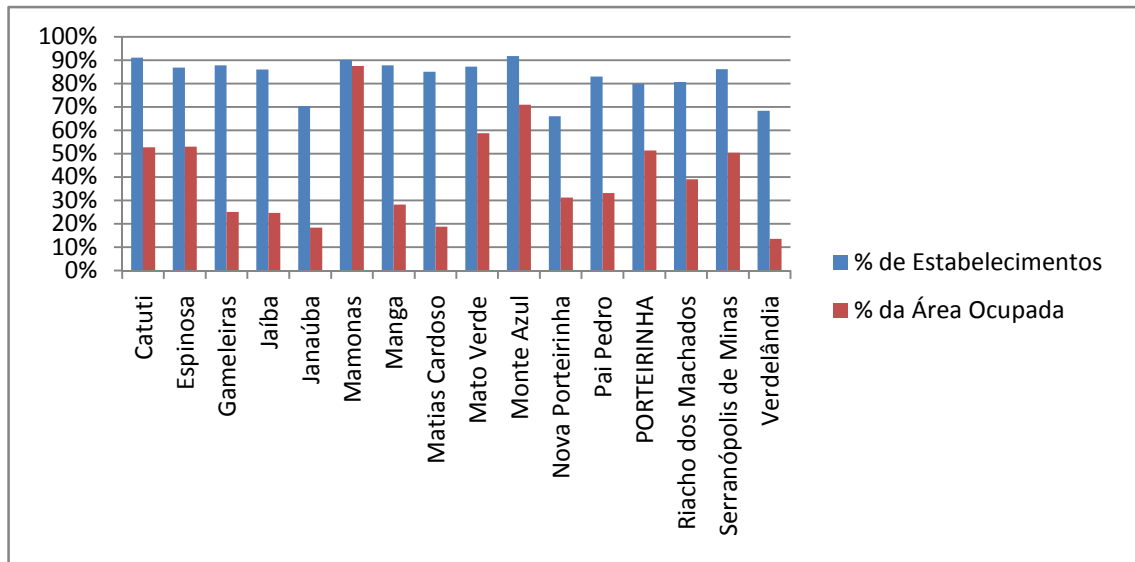
Portanto, este trabalho procura entrelaçar redes de conhecimentos de diversas áreas de estudo, dentro de uma abordagem interdisciplinar. Recorre a vários campos disciplinares, como a economia, na medida em que faz uma análise da atividade produtiva, dos sistemas de produção e dos circuitos da economia camponesa; da sociologia, na reflexão sobre as relações sociais, o papel das instituições no desenvolvimento, as redes de interação e na abordagem do campesinato brasileiro; da política, quando discute o papel do Estado e das políticas públicas para a agricultura camponesa; da antropologia ao examinar o modo de vida camponês, a racionalidade econômica específica, as relações de reciprocidade e simbólicas; e da geografia, quando se atribui centralidade à questão do território e aos circuitos espaciais de troca.

## **2.1 Caracterização do território envolvente da Comunidade Várzea Comprida**

A Comunidade de várzea Comprida encontra-se localizada no município de Porteirinha, no estado de Minas Gerais. Esse município, para fins de planejamento do desenvolvimento territorial, encontra-se no Território da Serra Geral - denominado de Território da Cidadania, espaço de conservação e negociações de políticas públicas para a agricultura camponesa e outras políticas de desenvolvimento social, econômico e territorial. O território compreende 16 municípios da região, cujo traço comum são os baixos indicadores socioeconômicos em relação aos demais municípios da região e a forte presença da agricultura familiar.

O território Serra Geral é composto por municípios com predominância de estabelecimentos familiares. Em todos eles, encontra-se um número expressivo de famílias

que residem e vivem da produção agrícola. O GRÁFICO 1 apresenta a proporção de estabelecimentos de agricultura familiar e a área ocupada por eles em cada município que compõe este Território.



**Gráfico 1: Proporção de estabelecimentos de agricultura familiar e a área ocupada por eles nos municípios do Território Serra Geral.**

**Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário, 2006.**

O Território da Serra Geral está inserido em um contexto de diversidade ambiental e de agriculturas e, mais recentemente, a partir dos anos 1970, pelo direcionamento de políticas públicas orientadas à constituição de “Polos de Desenvolvimento” gerados pelos Projetos de Irrigação do Gurutuba e do Jaíba, pelos grandes projetos de pecuária e de reflorestamentos com a monocultura do eucalipto.

Este território ganhou destaque nos últimos anos pela importância da sua produção, ao mesmo tempo em que sofre com a pequena quantidade de terras disponíveis para a agricultura familiar camponesa. Entre os elementos que dificultam a acumulação e comercialização na agricultura familiar está a limitação de escala, dado o acesso restrito à terra e a outros recursos como água, fomento, assistência técnica e outros para a ampliação da produção.

No Território Serra Geral foi possível observar e conhecer diversas unidades de beneficiamento de leite, entre elas unidades familiares e duas cooperativas de leite que atuam na região além do beneficiamento artesanal nas unidades domésticas. Há unidades de processamento de frutas, de beneficiamento do mel e de criação de aves para abate. O Território conta com organizações de representação e de apoio as famílias. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha cumpre um papel de liderança de processos, articulado



com outros Sindicatos como o de Espinosa, Mato Verde e outros. Essa orquestração de ações da sociedade civil se fortalece com a presença e atuação da Associação ACEBEV<sup>10</sup>, (Associação Casa de Ervas Barranco da Esperança e Vida) que desenvolve atividades na área da saúde com cuidado especial para as comunidades mais empobrecidas da região. Conta ainda com o Instituto IDS<sup>11</sup> (Instituto de Desenvolvimento Sustentável), criado no ano 2008 para atuar nas comunidades da região, com as cooperativas Grande Sertão, Crescer e Cristal.

Observando esta região é possível perceber que a natureza conseguiu se adaptar plenamente ao regime das estações de períodos de chuva e de seca prolongada. Nesse ambiente, o camponês desenvolveu estratégias de produção com experiências e observações acumulados durante anos de enfrentamento das condições climáticas. Ele começou a buscar formas de convivência, através de práticas de uma vida apropriada às condições climáticas, período curto com muita chuva, irregularidades anuais e estiagens prolongadas.

Na caatinga, se de um lado os solos normalmente são mais férteis, por outro lado são maiores as dificuldades no acesso à água. Os camponeses e camponesas dessa região desenvolveram a habilidade de cultivar plantas mais resistentes à seca, como o algodão e uma infinidade de variedades locais: feijão, milho, amendoim, mamona, entre outras. Também desenvolveram a habilidade de criar o gado na caatinga e de manejar pastagens nativas e exóticas, adaptadas às condições de semiaridez da região. Segundo Carvalho (2007, p.6), “*a diversificação da produção, com exceção do mel, se concentra em regiões possuidoras das melhores terras e clima mais favorável, além de abarcar produtores familiares com acesso mais facilitado a recursos naturais*”.

Na tabela 1 é apresentada a área ocupada pela agricultura familiar em cada um dos municípios do Território da Serra Geral em termos percentuais. Esta tabela nos apresenta algumas particularidades com relação à concentração das terras. Vemos que os municípios de Mamonas e Monte Azul além de apresentarem uma elevada concentração de estabelecimentos familiares, são os que apresentam maior área ocupada, ou seja, são os municípios do território que apresentam menor concentração fundiária, municípios em que a terra está mais bem distribuída. Por outro lado, municípios como Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Matias Cardoso e Verdelândia, além de apresentarem elevada concentração de agricultores familiares, são os que apresentam menor área ocupada, ou seja, são municípios em que a concentração fundiária

---

<sup>9</sup> Associação conhecida pelo trabalho com medicina natural e alguns projetos de apoio a geração e ampliação de renda com grupos locais.

<sup>10</sup> OSCIP criada com objetivo de organizar a agricultura familiar com projetos de ATER e de mercados institucionais.

é mais significativa. O adensamento da presença de estabelecimentos familiares no município selecionado para esta pesquisa justifica os motivos da escolha do local.

**Tabela 1: Quantidade de estabelecimentos familiares e proporção relativa de área ocupada (em %) – Território da Serra Geral**

<b>Agricultura Familiar</b>			
<b>Municípios</b>	<b>Quantidade de estabelecimentos de Agricultura Familiar</b>	<b>% de Estabelecimentos de Agricultura Familiar</b>	<b>% da Área ocupada pelos estabelecimentos familiares</b>
Catuti	698	91,1%	52,7
Espinosa	2839	86,9%	53,0
Gameleiras	699	87,8	25,0
Jaíba	1854	86,0	24,6
Janaúba	1037	70,4	18,3
Mamonas	1089	90,2	87,5
Manga	1125	87,8	28,2
Matias Cardoso	723	85,1	18,8
Mato Verde	875	87,2	58,7
Monte Azul	2290	91,8	70,9
Nova Porteirinha	425	66,0	31,3
Pai Pedro	898	83,0	33,2
Porteirinha	2831	79,8	51,4
Riacho dos Machados	928	80,7	39,0
Serranópolis de Minas	469	86,1	50,4
Verdelândia	577	68,4	13,5

**Fonte: IBGE, 2006.**

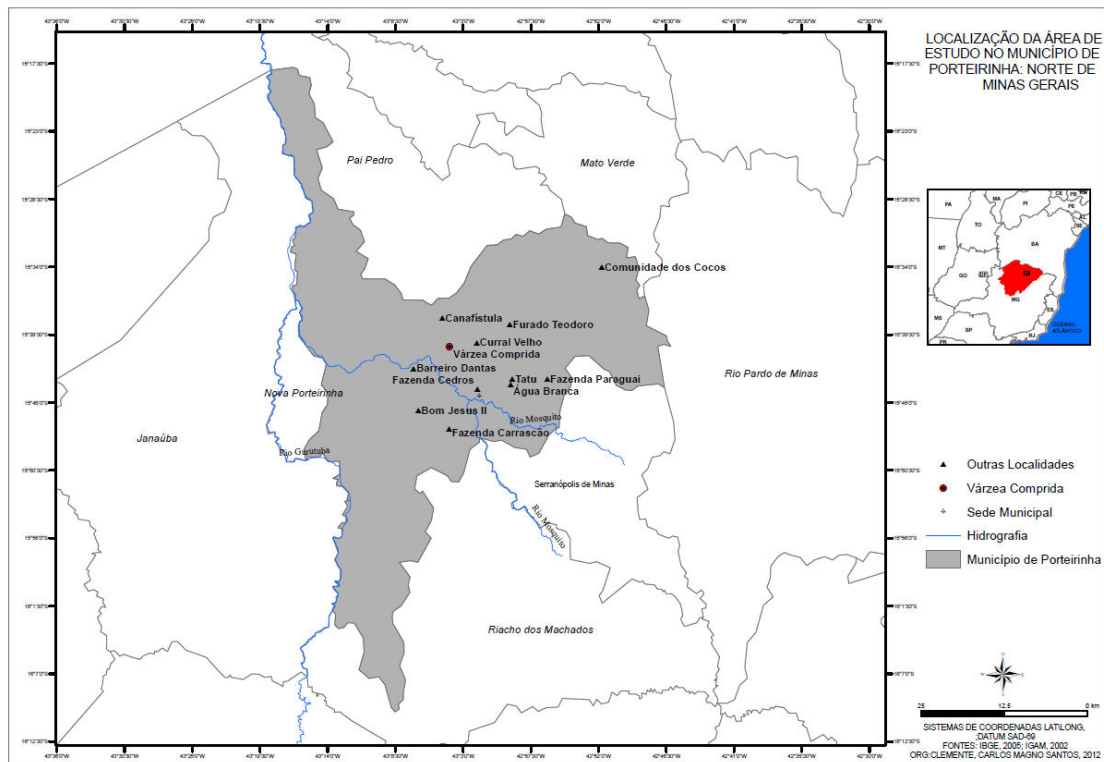
Municípios como Catuti, Espinosa, Mato Verde, Porteirinha e Serranópolis de Minas apresentam concentração fundiária média, onde cerca de 50% da área são ocupadas pelos estabelecimentos da agricultura familiar.

A escolha da comunidade de Várzea Comprida para análise do tema proposto nesta pesquisa se deu em função do modo de vida camponês, do desenvolvimento da agricultura de base camponesa, da observação da indissociabilidade entre terra, trabalho e família e das dinâmicas e estratégias próprias para os processos de comercialização da produção. É uma comunidade que em sua totalidade os camponeses possuem pouca terra e vivem da produção e que estão desafiados cotidianamente a se adaptar às transformações do mundo globalizado, sendo, portanto exemplo de diversas situações de norte a sul do país.

## **2.2 Alguns aspectos da campesinidade das famílias de Várzea Comprida.**

A perspectiva adotada neste estudo compreende as famílias rurais por meio de sua campesinidade (Woortmann, K. 1990), condição adjetiva que se manifesta na dinâmica dos modos de vida, evidenciada por uma teia complexa, em que terra, família e trabalho são elementos centrais e estão imbricados entre si, de acordo com a abordagem de Woortmann, E. & Woortmann, K. (1997). É o acesso à terra, onde a família realiza o trabalho de produção para o consumo, para as trocas recíprocas e para as trocas mercantis, elemento fundamental para os processos de reprodução campesina.

A comunidade foi uma das primeiras no município a ser ocupada por famílias de camponeses em função de estar localizada às margens do Rio Mosquito, afluente importante do Rio Gurutuba que deságua no Rio Verde Grande e este no Rio São Francisco. A origem do nome da comunidade, segundo uma moradora, está associada às cheias do rio que inundavam a várzea e que se estendia pelas terras planas utilizadas pelas famílias, “a várzea tinha uma grande extensão, era comprida, daí ficou o nome de Várzea Comprida”. Chega-se à Comunidade saindo de Porteirinha, no Norte de Minas pela via de acesso que vai para Montes Claros. A primeira entrada à direita, com distância de 8 km avista-se as primeiras casas, conforme MAPA 1.



**Mapa 1 : Localização da comunidade Várzea Comprida**

**Fonte: MAGNO. C. Agosto, 2012 .**

Com uma localização próxima à sede do município e com uma oferta de ônibus que passa pela BR 122 todos os dias em dois horários, um pela manhã e outro à tarde, as famílias se deslocam com facilidade, inclusive para venderem seus produtos na feira livre de Porteirinha. Não existe uma linha de ônibus específica para a Comunidade, os que passam pela BR 122 estão vindos de comunidades vizinhas.

A estrada que dá acesso à comunidade é de terra, encontra-se em boas condições de acesso. Logo na entrada da sede avista-se uma Igreja Católica, um Centro Comunitário que possui um grande salão para reuniões utilizado para formação de catequese e realização de festas, cursos, principalmente para mulheres. Neste espaço há um cômodo utilizado como barzinho em dias de festa ou promoção solidária, como eles mesmos afirmam. Este espaço constitui o cenário em que se desenrola a vida social local.

Não há prédios de outras igrejas na comunidade. Recentemente, como afirma uma Terezinha, moradora na comunidade, *“duas famílias falam que são evangélicas, mas eu não vejo elas indo a outras igrejas não”*. Não há prédio escolar e nenhuma oferta de ensino na comunidade. Crianças e jovens precisam se deslocar para outras comunidades para estudar,

seja para acessar o atendimento de creches e ensino fundamental, e quando alcançam o ensino médio precisam se deslocar até Porteirinha.

Dona Santa<sup>12</sup> relembra fatos e acontecimentos que marcaram o processo de ocupação na comunidade mas o que permanece vivo na memória recente dela são as transformações ocorridas na dinâmica social da comunidade.

*... a vida mudou muito aqui na comunidade de Várzea Comprida, tinha muita reza, festa e muitos jovens que fazia hora dançante todo sábado. Hoje o povo vai para a cidade arranjar trabalho, não tem gente para fazer serviço de roça. Aqui em casa mesmo só uma filha e um filho que trabalha, tenho dó deles, não acha ninguém para ajudar. Dos meus 10 filhos só mora um fora daqui, ele mora no Jaíba<sup>13</sup>, foi embora para trabalhar na roça, mas lá tem mais terra e apoio. Aqui o terreno dele e muitas aqui era pequeno (DONA SANTA, moradora da Comunidade).*

Dona Santa relembra que a igreja foi muito importante na vida dos moradores, como afirma Sabourin (2009), que a maior catalisadora das forças sociais e de referência para diversas comunidades, foi a igreja. Mesmo sem a presença do padre, as lideranças das associações, juntamente com o grupo de jovens, organizavam os cultos, os leilões e as festas.

Segundo Sabourin (2009),

A comunidade camponesa existe também em função de um sentimento de pertencimento a um grupo, de uma identidade coletiva e do compartilhamento de saberes, práticas e, sobretudo, valores que a constituem. Uma vez que a origem destas comunidades também é ligada à religião, esta constitui muitas vezes um dos principais valores simbólicos de referência comum. Para os camponeses, por definição, a comunidade é aquela que reúne as famílias que rezam juntas. (SABOURIN, 2009, p.51).

A igreja continua sendo um espaço de encontro das famílias. Nos domingos são realizados cultos e uma vez por mês um Padre vem de Porteirinha celebrar a missa. Todos os avisos, seja para reuniões das associações, sejam recados com informações da Emater, Prefeitura, Sindicato e outros são repassados após o culto. As datas celebrativas da comunidade são: Festa de Santa Luzia que é a padroeira da Comunidade e festa de folia de reis que inicia no dia 20 de dezembro e vai até o dia 06 de janeiro. Os foliões percorrem as casas da Comunidade, rezam, cantam, bebem e depois seguem noite e dia festejando os reis

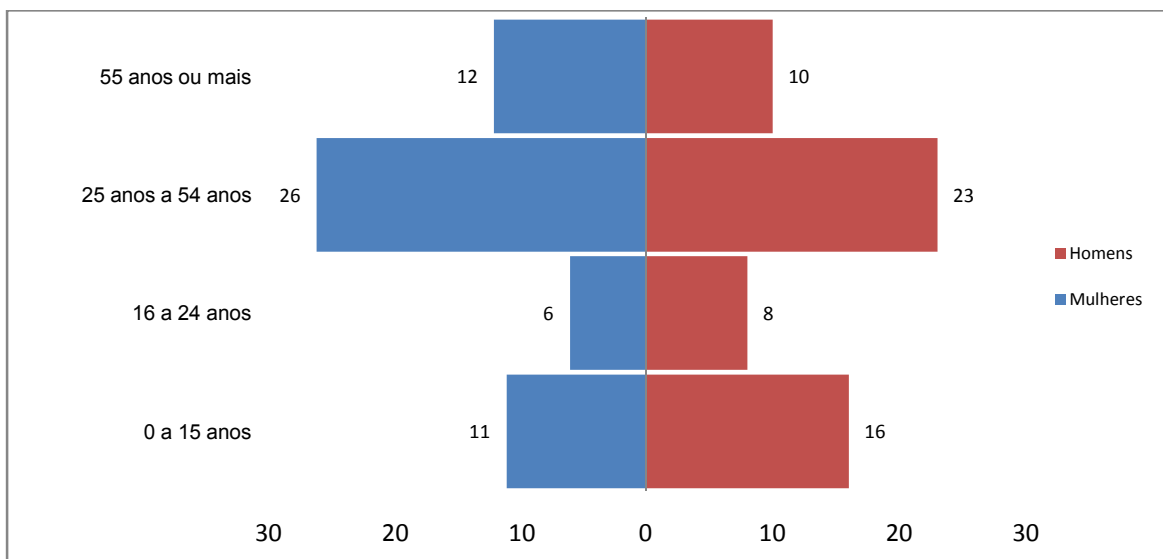
<sup>12</sup> Santa de Jesus, moradora mais antiga da comunidade, com 94 anos de vida e muita lucidez para lembrar fatos e acontecimentos importantes da comunidade. Ela nasceu na comunidade das Lajes no município de Porteirinha e assim que se casou mudou-se para a Várzea Comprida.

<sup>13</sup> Município próximo de Porteirinha, com um dos maiores projetos de irrigação do País.

magos. Realizam bingos e leilões para as ações de solidariedade principalmente para as famílias que enfrentam dificuldades para tratamento de saúde.

Além dessas atividades coletivas na comunidade, têm-se relações de parentesco, de vizinhança, doações, apadrinhamento de crianças. Dona Santa, a matriarca de Várzea Comprida, tem inúmeros afilhados e afilhadas, alguns netos e netas.

Quanto à composição de gênero e faixa etária da comunidade de Várzea Comprida como mostra o GRÁFICO 2, há equidade numérica entre homens e mulheres; e quanto à idade das pessoas que compõem a comunidade, pode-se verificar que a faixa etária de idosos e crianças apresentam certa proporcionalidade com uma pequena diferença a mais entre a quantidade de crianças do sexo masculino em relação ao feminino. Encontramos a faixa etária dos adultos em maior quantidade, demonstrando que a comunidade tem atualmente um predomínio da fase adulta. Observa-se, portanto, que o gráfico com os dados etários da comunidade não tem a forma de pirâmide com base alargada e parte superior afunilada, o que está em consonância com as transformações demográficas ocorridas no Brasil.



**Gráfico 2: Faixa etária e gênero das famílias da Comunidade de Várzea Comprida**  
**Fonte: Dados da pesquisa de campo.**

Os jovens, em sua grande maioria, estão residindo em Porteirinha, Belo Horizonte e São Paulo. As motivações para este deslocamento estão associadas a continuidade dos estudos, à oferta de trabalho, mesmo que seja temporário e a casamentos realizados com outras pessoas de fora do lugar. Normalmente as mulheres quando casam com jovens de outros lugares tendem a mudar, enquanto os homens permanecem compartilhando a pequena terra com os pais.

### **2.2.1 Capital social e redes de organização social, política e econômica das famílias de Várzea Comprida**

O termo comunidade traz em si vários significados de pertença, laços sociais fortes e proximidade. Segundo Sabourin (2009, p. 48),

...é um termo muito utilizado em função de sua história, esta palavra, além da localidade e da proximidade, carrega noções de parentescos, espiritualidade (religiosa) e compartilhamento de recursos, o que aproxima do conceito de reciprocidade de forma singular... A comunidade doméstica ou rural é marcada por um território, um sistema de vida baseado no parentesco, na interdependência econômica e em atividades e instituições locais... é possível apontar os princípios de base da comunidade camponesa no Brasil: parentesco, localidade, sentimento de pertencimento (Tonnies, 1944) e reciprocidade. TONNIES, 1944, p. citado por (ou *apud*) SABOURIN, 2009, p. 48)

As características destacadas por Sabourin (2009) acerca da adoção e definição do termo comunidade se encaixam nas características de Várzea Comprida. O grau de parentesco entre as famílias tem como base a família de Dona Santa, a mais antiga moradora do lugar. O sentimento de pertencimento ao lugar é traduzido na vida daqueles que passam um tempo fora, seja por motivos de trabalho ou estudo e retornam para a comunidade. Alguns jovens que saíram para estudar ou trabalhar uma temporada voltam para a casa dos pais na expectativa de encontrar alguma oferta de trabalho no município ou próximo dele. Internamente encontramos três movimentos fortes de organização que contribuem para o desenvolvimento do capital social<sup>14</sup> da comunidade: uma associação feminina e outra de

---

<sup>14</sup> De acordo com Sabourin (2009 p.250): “A noção de capital social foi aplicada ao desenvolvimento econômico, partindo dos trabalhos de Putnam (1993) na Itália. De acordo com Putnam, o capital social corresponde às características das organizações sociais, bem como a redes, normas e a confiança que facilitam a cooperação para um benefício mútuo ou graças aos quais os participantes de uma ação coletiva podem, juntos, adquirir maior eficácia quando tentam alcançar seus objetivos comuns ou compartilhados. Em seguida foi

agricultores e o grupo que articula os eventos da igreja católica local estabelecendo fortes laços de interação na própria comunidade. Externamente há relações institucionais com algumas organizações que atuam no município através de diálogos que procuram fazer uma conexão entre a vida da comunidade e as políticas públicas de fortalecimento da agricultura camponesa na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

A confiança, o grau de parentesco e o sentimento de pertencimento têm sido os pilares para posturas e práticas adotadas na comunidade quando as famílias são envolvidas nas atividades realizadas, seja do campo da produção, da política, da mobilização. Segundo Feedman (1987), uma sociedade contém muitos atores, os quais mantêm diferentes tipos de relações entre si. Segundo o autor, *“a rede é uma abstração de primeiro grau da realidade, e contém a maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde”* (Feedman, 1987 p.166).

A sociedade de Várzea Comprida estabelece uma extensa rede de relações sociais e políticas, conforme a FIGURA 10. De acordo com a intensidade destas relações, os laços fortes, relatados pela comunidade se situam nas duas associações locais e nas pastorais da Igreja Católica. A ação da Igreja Católica acontece por meio das atividades de catequese e grupo de casais. A Associação dos Agricultores Familiares da Várzea Comprida é a mais antiga organização interna e de representação da comunidade. É uma organização que procura participar das dinâmicas políticas do município. *“Participamos do Território da Cidadania e do CMDRS<sup>15</sup> (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável)*, afirma o Presidente. A Associação Feminina é uma organização mais recente. Segundo a Presidente da Associação feminina, Dona Eva,

...a criação da associação de mulheres foi uma iniciativa da Emater e não uma iniciativa da comunidade, em uma época que tinha financiamento específico para grupos de mulheres, que o recurso do projeto só vinha se tivesse associação de mulheres. Ficou muito tempo sem reunião. Agora começamos um curso para aprender a fazer sorvete, por que a Irmã Mônica<sup>16</sup> nos repassou máquinas e equipamento para a produção. Estamos animadas novamente. (EVA, Presidente da Associação).

---

aplicado ao desenvolvimento rural por diversos autores: Evans (1996); Narayan&Pritchett (1997); Durston (1998); Winter e outros (2000), entre outros.

<sup>16</sup> Freira da Congregação Filhas de Jesus que coordena a ACEBEV



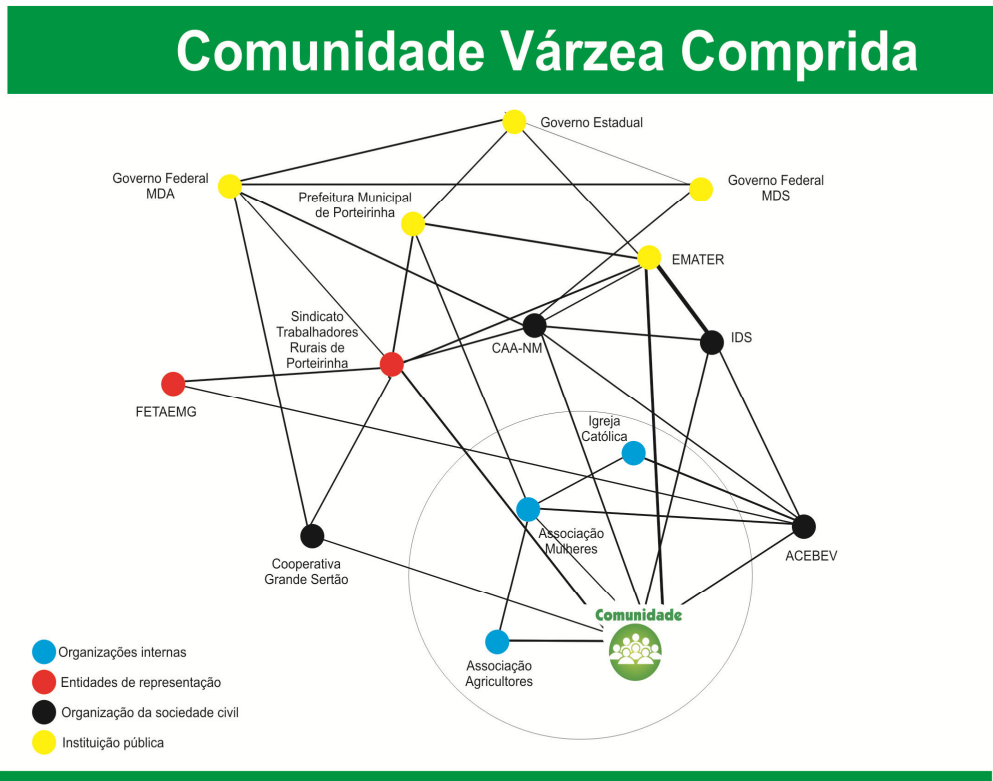
A rede de relações externas e que mantém vínculos fortes com a comunidade acontece com o IDS- Instituto de Desenvolvimento Sustentável com sede em Porteirinha e que apoia a Associação de agricultores por meio de elaboração de projetos públicos como o Programa de Aquisição de Alimentos. A Associação Casa de Ervas Barranco da Esperança – ACEBEV , com sede em Porteirinha e coordenada pela Irmã Mônica, realiza um trabalho com saúde alternativa e acompanha a comunidade nas atividades com as mulheres.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha vem executando projetos de convivência com o semiárido em parceria com a ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro, executando projetos de captação e armazenamento de água de chuva para a produção, P1+2<sup>17</sup>. Como a comunidade se localiza à margem do Rio Mosquito, ela não se enquadra nos critérios do programa e conseqüentemente as famílias não podem ser incluídas no programa que prioritariamente insere comunidades com escassez e falta de água. Na relação com a comunidade, *“o Sindicato foi e continua sendo uma ferramenta de luta em defesa dos interesses dos agricultores e agricultoras”*, afirma Terezinha, ex-diretora da Instituição e moradora da comunidade.

A cooperativa Agroextrativista Grande Sertão aparece na mesma hierarquia do Sindicato, assim como o CAA/NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Estas duas organizações têm sede em Montes Claros, possuindo a cooperativa uma filial em Porteirinha com uma unidade de beneficiamento de frutas e do mel. O trabalho do CAA/NM na comunidade se dá através do acompanhamento técnico em parceria com o Sindicato e Cooperativa nas atividades relacionadas com práticas agroecológicas que inclui manejo de solos, pragas, com mel, frutas e sementes. A Emater aparece na mesma posição na relação com a comunidade. O acompanhamento técnico ocorre com algumas famílias, principalmente as que estão envolvidas no Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE.

---

<sup>17</sup> Projeto negociado e articulado pela Articulação do semiárido brasileiro – ASA que é o Programa de Formação e mobilização social Uma Terra e Duas águas, uma para beber e outra para produzir.



**Figura 10: Rede de relações sociais e políticas da Comunidade de Várzea Comprida**  
**Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa de campo – Junho- 2012**

Estamos falando de redes hierárquicas e de democracia. Redes são formas de organização baseadas nas conexões entre sujeitos independentes. A rede é caracterizada por relações horizontais de troca, baseadas no conceito da distribuição, ao contrário da centralização ou subordinação, conceitos típicos das formas verticais e autoritárias de organização social, como é o caso das relações estabelecidas pela comunidade.

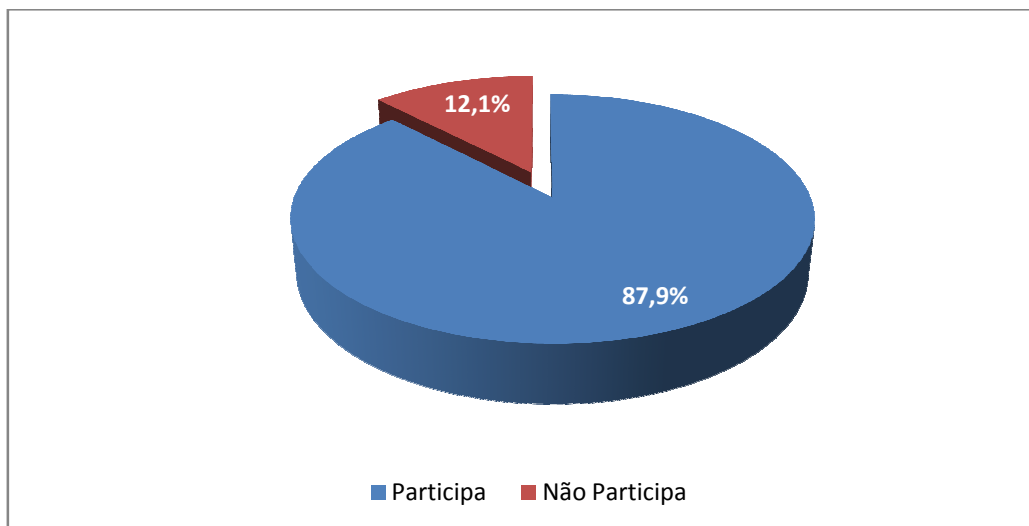
Organizações em rede são organizações democráticas, pois estão abertas à livre participação, à adesão voluntária, são ambientes onde cada um fala por si. A democracia não é referida aqui como um procedimento de escolha de representantes, mas como um método de convívio entre diferentes, um método de negociação de conflitos e de produção de consensos.

A relação no campo das políticas públicas acontece principalmente com os gestores municipal e estadual. A relação com a Prefeitura Municipal oscila entre momentos de intensidade e fragilidade. A comunidade permanece unida em momentos de eleições municipais e neste último processo eleitoral, o candidato majoritariamente apoiado pela comunidade venceu as eleições. *“A gente procura conversar com as pessoas, mas aparece uma ou outra que não fecha com a gente, mas passou a eleição, as coisas voltam ao normal”*, afirma Adão Custódio, Presidente da Associação.

No âmbito do poder federal, a comunidade acessa projetos e programas do Governo por meio do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Estas duas relações são as mais distantes, na avaliação da comunidade e são inconstantes, depende sempre das forças políticas que operam nesses dois espaços.

Ao longo desses anos a comunidade foi aprendendo a “tomar conta” do debate e da importância na participação dos espaços públicos de construção de políticas públicas. A presença de lideranças nos espaços do STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), dos Conselhos e no Território da Cidadania vem gabaritando as famílias a cada vez mais conquistas políticas para o desenvolvimento de suas atividades.

Esta rede de relações externas reflete na participação social e política e no capital social existente na comunidade. A participação das famílias em espaços de representação social, religioso e político pode ser verificada no gráfico 3 que mostra que cerca de 88% das pessoas representantes das famílias pesquisadas participam de alguma organização local/municipal.



**Gráfico 3: Participação em organizações local/municipal**

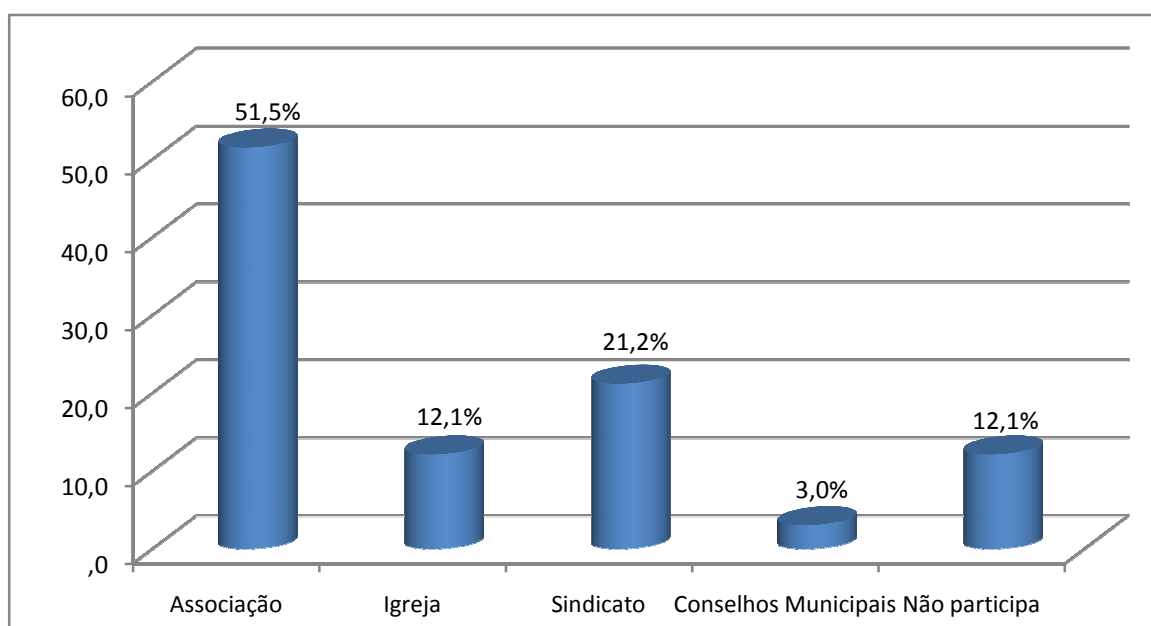
**Fonte: Dados da pesquisa de campo realizada entre agosto a novembro de 2012.**

Ao indagar um morador sobre os motivos da não participação em alguma organização social, a resposta foi que “já participei muito, hoje não vejo muitos resultados das reuniões realizadas”. De fato, a intensidade e a regularidade das reuniões diminuíram consideravelmente. Segundo o atual Presidente da Associação, os motivos alegados são que “há grupos locais, como o do pessoal do leite, o pessoal da feira, as mulheres vêm se

*reunindo com mais frequência e que de fato não há muitos assuntos a serem tratados na reunião mais ampla*”. Ele considera ainda que, nos momentos celebrativos, seja da igreja ou das associações, as famílias se encontram, conversam, trocam ideias e quando o assunto é de interesse coletivo, marcam-se reuniões.

Este processo de organização social e de relações institucionais no âmbito da comunidade se altera a cada ciclo de projetos ou problemas vividos pelas famílias. Reúnem sempre em torno da necessidade coletiva ou de alguma família que passa por dificuldades. Como a estrutura comunitária atende às necessidades da comunidade e não há no momento nenhuma demanda mais específica a ser tratada pela associação, a regularidade das reuniões diminuíram. Há representantes da comunidade que participam do Território da Cidadania Serra Geral.

O GRÁFICO 4 identifica as principais instituições que constituem os espaços de participação social e política dos camponeses locais. Para as famílias, o maior percentual de participação é nas Associações locais. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais aparece também como um espaço prioritário de participação da comunidade. O motivo de optarem pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais é o reconhecimento do trabalho realizado por aquela organização que vai além dos processos de aposentadoria e de outros benefícios conquistados, há uma política deliberada de fortalecimento da agricultura familiar com execução de diversos projetos e uma equipe técnica contratada.

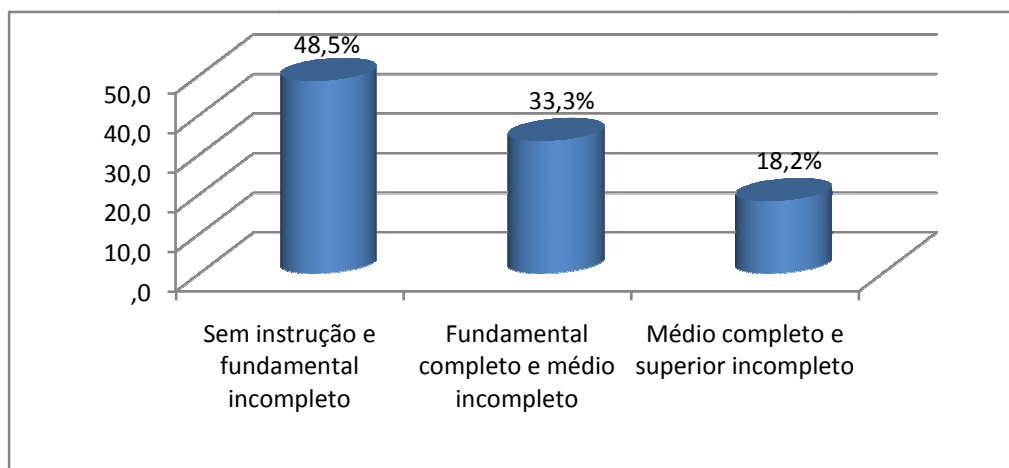


**Gráfico 4: Instituições sociais e políticas/espços de participação social das famílias entrevistadas.**  
**Fonte: Pesquisa de campo realizada de agosto a novembro de 2012.**

Bourdieu (1980), Putnam (1996) e Coleman (1994) trataram do papel e da importância do capital social no contexto do desenvolvimento sustentável. Para Putnam (1996),

O capital social diz respeito às características da organização social, tais como confiança, normas e sistemas de redes que para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. O capital social facilita cooperação espontânea e voluntária [...] assim como outras formas de capital; o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se não existisse [...], por exemplo, em uma comunidade rural onde os implementos agrícolas são mutuamente emprestados, cada agricultor pode realizar seu trabalho mediante o uso comum de ferramentas, equipamentos graças ao capital social entre vizinhos. (PUTNAM, 1996, p.177).

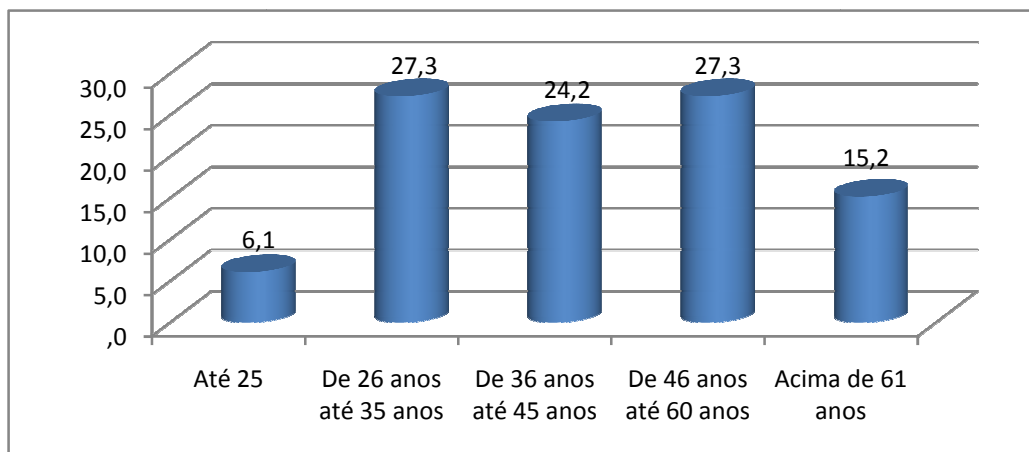
Nesse contexto, o capital social local confirma as características citadas acima no que diz respeito às conquistas importantes que a comunidade alcançou como o acesso a algumas políticas públicas, bem como o fortalecimento dos laços de confiança e de solidariedade presente entre elas. Quanto ao grau de escolaridade dos componentes e chefia das famílias, utilizou-se a mesma forma de agrupamento adotado pelo IBGE. O GRÁFICO 5 apresenta dados das pessoas que responderam o questionário. Ao deparar com famílias, cujos filhos estavam frequentando alguma instituição de ensino superior a entrevista se estendia a estas pessoas para saber quais cursos elas estavam fazendo e qual instituição estudavam. Todos frequentam instituições privadas em Porteirinha e Mato Verde e os cursos são semipresenciais de licenciaturas. Os que não apresentam instrução escolar foram às pessoas mais velhas da comunidade.



**Gráfico 5: Grau de escolaridade dos entrevistados das famílias**  
**Fonte: Pesquisa de campo realizada de agosto a novembro de 2012**

Outro componente importante na caracterização da comunidade está relacionado ao tema geracional. Segundo Castro, E. (2005), em seu livro “Entre ficar e sair” uma etnografia da construção social da categoria de jovem rural, afirma que a juventude a ser identificada como problema social da migração do campo para a cidade. Um dos fatores associados a esta saída é a imagem de desinteresse e distanciamento do mundo rural por parte dos jovens.

Até pouco tempo esta categoria era invisível, segundo Castro E. (2005), e ao avaliarmos os projetos direcionados ao fortalecimento da agricultura familiar não havia nenhuma política destinada aos jovens rurais. Recentemente o PRONAF abriu uma modalidade, chamada PRONAF Jovem que possibilita que a juventude apresente projetos produtivos específicos. Dentre as famílias visitadas durante o trabalho empírico foi possível identificar uma jovem que acessou este crédito, mas todos eles foram para ampliar as condições dos pais em melhorar a produção familiar. O GRÁFICO 6 apresenta a faixa etária das pessoas que responderam o questionário sendo que a maioria se encontra entre duas faixas de idade entre 26 a 35 anos e de 46 a 60 anos, todos respondendo como responsáveis pela unidade de produção da família.



**Gráfico 6: Faixa etária dos entrevistados das famílias**  
**Fonte: Pesquisa realizada entre agosto e novembro de 2012**

O número significativo de mulheres jovens que permanecem na comunidade indica que apesar das dificuldades de continuidade dos estudos no município - que só oferece instituições privadas de ensino - e da falta de trabalho, elas ajudam a família na organização da produção e dos processos de comercialização.

A locomoção das famílias da comunidade até a sede do município ocorre com o uso de ônibus de transporte coletivo que não entra na comunidade. De segunda a sábado há ônibus duas vezes ao dia, pela manhã e à tarde, garantindo assim dois horários disponíveis para as famílias. Além disso, as famílias apresentam outras formas de transporte, conforme famílias. As pessoas precisam se deslocar até o asfalto para terem acesso a este tipo de transporte, conforme TABELA 2.

**Tabela 2: Famílias pertencentes à Comunidade Várzea Compridas que possuem algum tipo de transporte**

Veículo	Casos				
	Não	1	2	3	Total
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Automóveis	87,9	12,1	-	-	100,0
Bicicleta	24,2	48,5	21,2	6,1	100,0
Motocicletas	45,5	45,5	9,1	-	100,0

Fonte: Pesquisa de campo realizado entre agosto a novembro de 2012.

De modo geral, a situação socioeconômica das famílias da comunidade de Várzea Comprida é compatível com as condições de produção e comercialização das mesmas apresentando, conforme dados, boas condições de vida, com moradias de alvenarias, banheiros com vasos sanitários, pias, e bens duráveis nos domicílios como geladeira, televisores, DVD e outros. Ver TABELA 3.

**Tabela 3: Quantidade de bens duráveis no domicílio das famílias pertencentes à Comunidade Várzea Comprida**

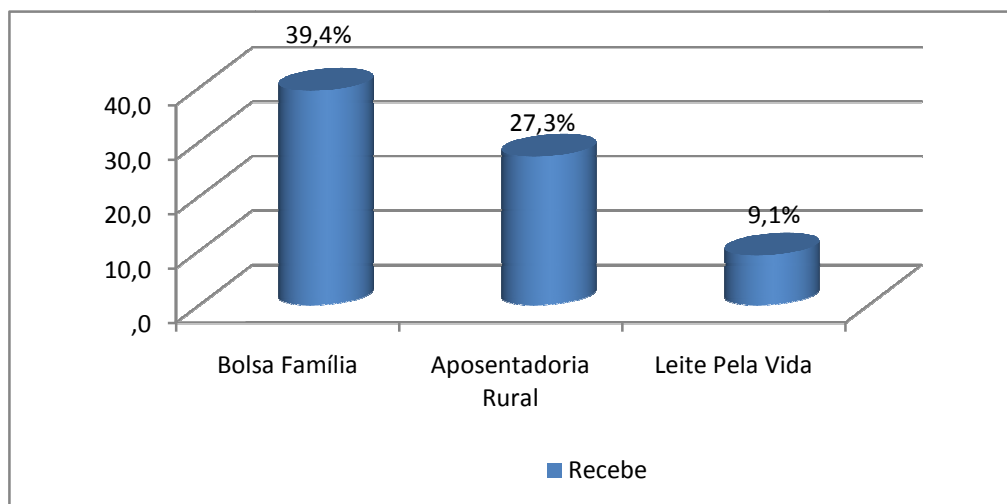
Bens Duráveis	Não possuem	Casos em que possui				Total
		1	2	3	4	
		(%)	(%)	(%)	(%)	
DVD players	42,4	57,6	-	-	-	<b>100,0</b>
Antenas parabólicas	9,1	90,9	-	-	-	<b>100,0</b>
Aparelhos de som (e rádio)	39,4	57,6	3,0	-	-	<b>100,0</b>
Fogões a gás	6,1	93,9	-	-	-	<b>100,0</b>
Fogões a lenha	30,3	69,7	-	-	-	<b>100,0</b>
Freezers	100,0	-	-	-	-	<b>100,0</b>
Geladeiras	-	100,0	-	-	-	<b>100,0</b>
Microcomputadores	93,9	6,1	-	-	-	<b>100,0</b>
Microondas	97,0	3,0	-	-	-	<b>100,0</b>
Máquinas de costura	75,8	24,2	-	-	-	<b>100,0</b>
Máquinas de lavar roupa	90,9	9,1	-	-	-	<b>100,0</b>
Telefones	100,0	-	-	-	-	<b>100,0</b>
Celulares	3,0	63,6	24,2	6,1	3,0	<b>100,0</b>
Televisores	15,2	84,8	-	-	-	<b>100,0</b>

**Fonte: Pesquisa de campo realizada de agosto a novembro de 2012**

Segundo relato de algumas moradoras, grande parte dos bens duráveis foram adquiridos com recursos vindos do governo, “*compramos televisão nova, vasilhas e sempre damos um jeito de economizar para comprar uma vaca, porco, galinha e ajudar na roça*”. Afirma Lourdes, moradora local.

Quanto aos projetos de transferência de renda e benefícios acessados pelas famílias, conforme o GRÁFICO 7, o Bolsa Família apresenta o maior percentual de acesso, seguido pela aposentadoria rural. As famílias que estão no Programa Leite pela Vida são as que possuem menos estrutura produtiva e as mais jovens da comunidade.





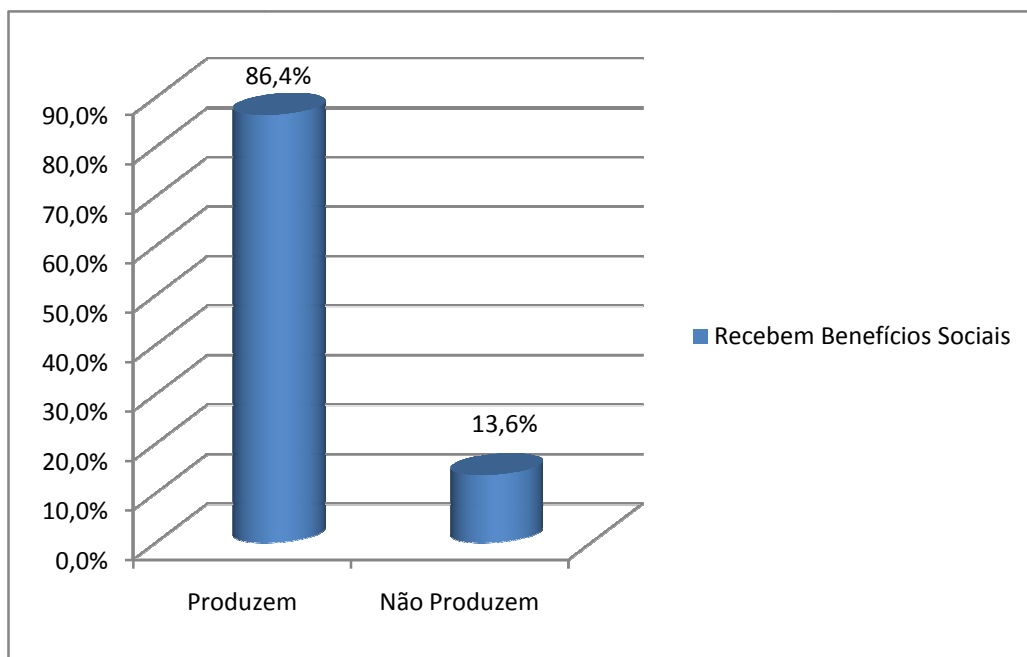
**Gráfico 7: Benefícios e programas acessados pelas famílias**

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada em agosto a novembro de 2012.

Uma questão que permeia os debates no campo do desenvolvimento social está relacionada à transferência de renda para famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade. No caso das famílias camponesas, existem críticas de que haveria um efeito negativo das transferências sobre a atividade agrícola. Cumpre questionar se existe uma relação entre acesso ao benefício e desenvolvimento da atividade produtiva, isto é, se a produção familiar vem diminuindo com a entrada desses recursos na propriedade? Os dados da comunidade de Várzea Comprida não corroboram as afirmações acerca de que com a entrada dos benefícios sociais, as famílias estão diminuindo suas áreas de produção. Muitas vezes estes recursos entram na composição da receita que será destinada aos investimentos da roça ou da criação animal, potencializando assim a atividade produtiva e a renda global da família. A aposentadoria rural também representa um aporte financeiro da família que entra para compor os investimentos a serem realizados na propriedade e para dinamizar as economias locais, na medida em que o comércio é aquecido pelas compras realizadas pelos aposentados. Ou seja, existe uma relação positiva entre benefícios sociais e investimentos na atividade agrícola.

Conforme pesquisa realizada no município de Porteirinha por Barbosa (2003), “(...) as aposentadorias representaram no ano de 2000, 43% do PIB do município de Porteirinha. Os dados de sua pesquisa realçam a importância da previdência social rural para as economias dos municípios, sobretudo aqueles localizados nas regiões mais empobrecidas do país. (BARBOSA, 2003, p.70).

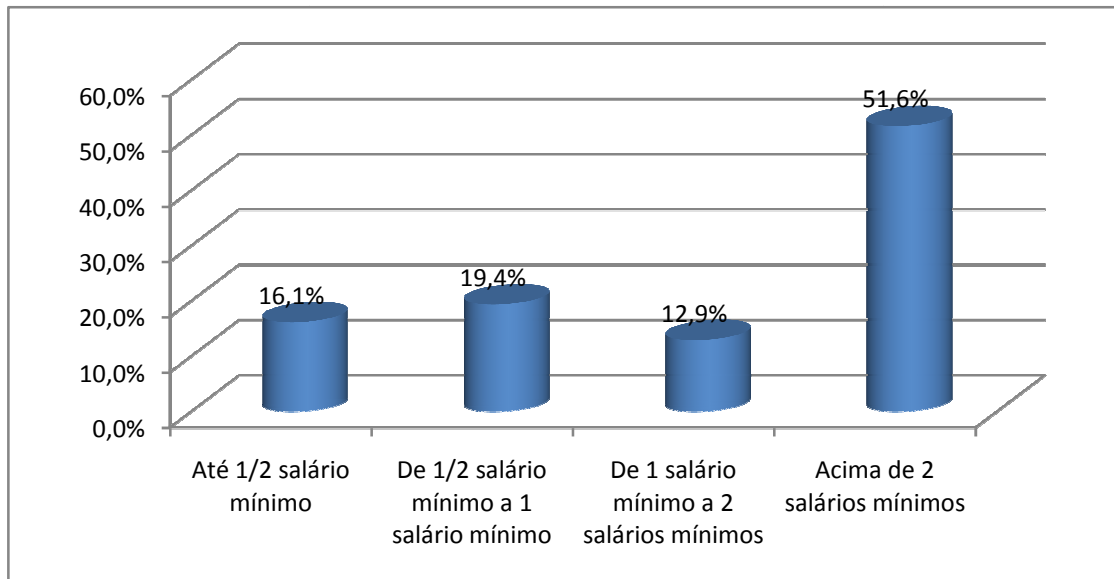
Neste caso foi realizado um cruzamento de duas variáveis importantes, a primeira foram os dados relativos aos programas de transferência de renda e benefícios e outra os dados da produção das famílias. Os resultados apontam que mais de 80% das famílias que recebem estes recursos também realizam atividades de produção e que 14% vivem somente dos benefícios recebidos do Governo Federal.



**Gráfico 8: Famílias pertencentes à Comunidade Várzea Comprida que receberam benefícios sociais e realizaram ou não produção.**

**Fonte: Pesquisa de campo realizada de agosto a novembro de 2012.**

Caso estes benefícios sejam retirados estas famílias vão continuar vivendo a partir dos resultados das atividades produtivas da propriedade, ou seja, estas famílias não são dependentes dos programas mesmo que estes recursos tenham sido utilizados para aquisição de bens que melhoraram a qualidade de vida das crianças e de todos os componentes familiares.



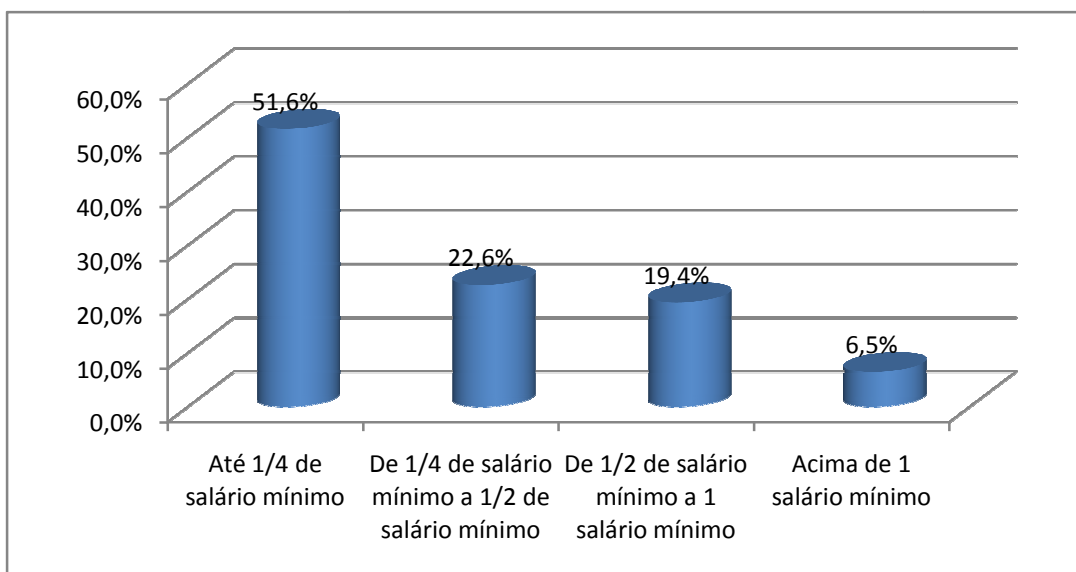
**Gráfico 9: Renda declarada das famílias da comunidade de Várzea Comprida**  
**Fonte: Dados da pesquisa de campo realizada entre os meses de agosto a novembro de 2012**

Quanto à renda declarada pelas famílias, do total de 33 famílias, 31 declararam a renda, conforme gráfico 9. Foi considerado o salário mínimo de R\$ 622,00 (Valor oficializado no ano de 2012). Não foi possível identificar a origem da renda declarada, pois as informações estavam incompletas nas fichas do PSF (Programa de Saúde da Famílias) da comunidade. Mas, foi possível a identificação da origem da renda de algumas famílias vinda principalmente de aposentadoria, BPC (Benefício de Prestação Continuada) e Bolsa Família. Como há somente uma família que possui a prática da migração sazonal, outras rendas declaradas são oriundas do serviço público municipal (professora e serviço de saúde – 02 casos citados). As demais rendas são oriundas das atividades produtivas e mercados.

O GRÁFICO 10 mostra a renda *per capita* das famílias pesquisadas. Chegou-se a estes valores dividindo a renda declarada do agregado familiar pela quantidade de membros das famílias da Comunidade. Pode-se verificar que se na renda declarada havia um percentual significativo de famílias com mais de 02 salários mínimos, quando o resultado da renda *per capita* aparece pode-se constatar que o percentual é significativo para as famílias que vivem com até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo.

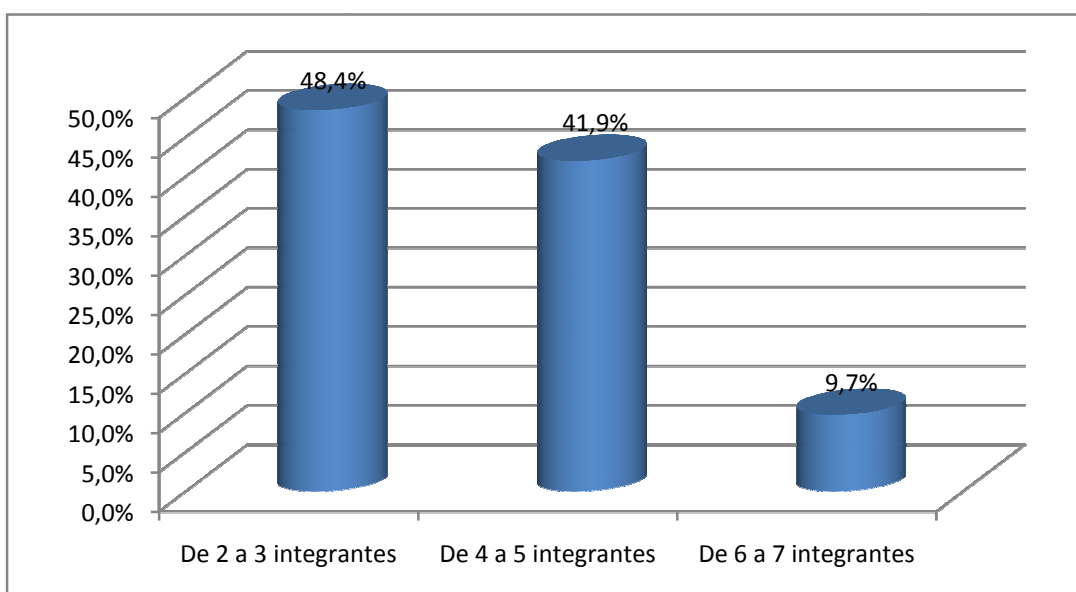
A renda monetária é relativamente baixa, o que não quer dizer que estas famílias encontram-se em situação de extrema pobreza na medida em que a produção para autoconsumo aparece fortemente entre as famílias, as moradias apresentam características que

as colocam em boas condições de habitação e de acesso aos serviços públicos elementares como água, energia elétrica e educação.



**Gráfico 10: Renda Per Capita das famílias da comunidade de Várzea Comprida**  
**Fonte: Dados da pesquisa de campo realizada nos meses de agosto a novembro de 2012.**

O GRÁFICO 11 mostra a quantidade de integrantes por família. Diferentemente da tradicional família camponesa, nota-se que as famílias de Várzea Comprida não são numerosas, apenas 9,7% possui de seis a sete integrantes. A maior proporção (48,4%) tem de dois a três membros e 41,9% de quatro a cinco integrantes.



**Gráfico 11: Tamanho das famílias da comunidade de Várzea Comprida**  
**Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de agosto a novembro de 2012.**

Após breve apresentação de características sociodemográficas das famílias, o item a seguir analisa alguns aspectos relacionados aos sistemas de produção dos camponeses de Várzea Comprida.

### 2.3 Sistemas de produção da agricultura camponesa de Várzea Comprida

Segundo Woortmann K. (1990), nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Esta trilogia citada se configura nas falas e no contexto das famílias da comunidade. A terra como lugar de trabalho das famílias e garantia da sobrevivência e de reprodução. A família como elemento que motiva os processos de produção e de trabalho.

Os sistemas de produção das famílias da comunidade têm como base produtos que tradicionalmente foram consumidos pelas famílias e em segundo plano, produtos que além do consumo familiar podem ser comercializados. As propriedades estão organizadas em sua maioria da seguinte forma: Área de roça com culturas consorciadas, de pasto e criação de animais, quintais produtivos com frutas e hortas.

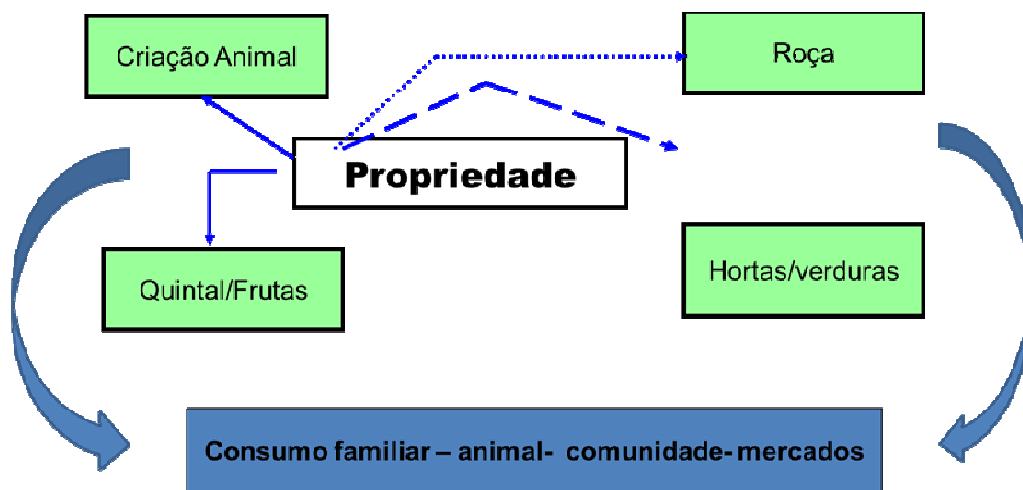


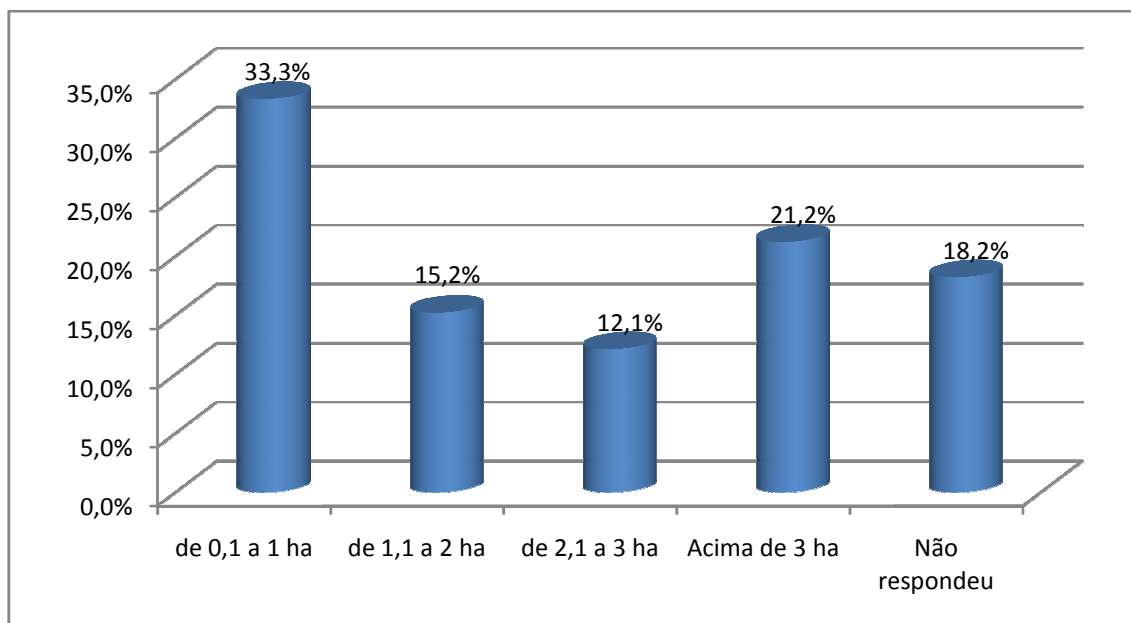
Figura 11: Esquema simplificado dos sistemas de produção das famílias na comunidade  
Fonte: Pesquisa de campo. Souza , 2012.

Esta forma de organizar a produção varia em função dos tamanhos das propriedades da comunidade e da força de trabalho familiar disponível para o desenvolvimento da atividade. O quintal é usado como espaço complementar da produção das roças. Planta-se frutas como acerola, umbu, manga, laranja e outras. Porcos e galinhas também são possuem instalações próximas da casa da família, no caso das aves são criadas soltas pelo quintal. As famílias que têm hortas destinadas somente ao consumo familiar destinam áreas próximas à casa e as que têm produção para além do consumo, comercializam na feira, destinam áreas maiores próximas do rio, pouco distantes da casa.

Os mais jovens, principalmente os homens, ajudam os pais nos serviços da roça, as mulheres ficam no apoio do serviço da mãe na unidade doméstica, na produção do quintal, no beneficiamento e comercialização. Quando casam constroem seus domicílios na propriedade dos pais e ocupam um pedaço da terra com pequenas lavouras, situação que agrava ainda mais a falta de disponibilidade de terra para a produção.

A realidade agrária das famílias pesquisadas e das propriedades visitadas é de minifúndios, conforme informações no GRÁFICO 12. Somente 20% das famílias possuem mais de 3 hectares de terra, 33% produzem com menos de 1.0 hectare. As áreas ocupadas pelas famílias são de herança. Não existem meeiros, posseiros e nem grandes fazendas na comunidade. Todos são proprietários de suas terras.

Como a disponibilidade de terra é um elemento fundamental para os processos produtivos e reprodutivos das famílias camponesas, o que se percebe neste contexto é que mesmo nestas condições as famílias vêm desenvolvendo estratégias que envolvem a diversificação na produção com o plantio de sequeiro de culturas como milho, feijão e sorgo. No caso do feijão, algumas famílias utilizam pequenos sistemas de gotejamento utilizando a água do rio.



**Gráfico 12: Tamanho das propriedades da comunidade de Várzea Comprida.**

**Fonte: Pesquisa de campo realizada entre agosto a novembro de 2012.**

Sobre o uso de insumos agroquímicos – agrotóxicos e fertilizantes para a produção, somente em uma propriedade foi relatada a utilização pontual de herbicida (Tordon). A maioria utiliza insumos naturais da própria comunidade para o manejo do solo. É comum o uso de esterco animal e outros elementos materiais orgânicos nas hortas e quintais.

Uma forte característica da agricultura camponesa é a utilização da mão de obra familiar nos sistemas de produção. No contexto da produção da comunidade pesquisada, pode-se verificar que mais de 80% das famílias não contratam mão de obra externa para as atividades produtivas, de acordo com os dados pesquisados. As famílias que contratam mão-de-obra relataram que não ultrapassam mais de duas contratações eventuais por ano, limite esse permitido para o acesso ao PRONAF.



**Gráfico 13: Famílias que apresentam contratação de mão de obra externa**  
**Fonte: Pesquisa de campo realizada de novembro a dezembro de 2012.**

Segundo, Heredia (1979);

No cotidiano de uma família camponesa, geralmente o pai organiza as atividades a serem feitas no roçado, enquanto a mãe fica encarregada das tarefas relacionadas com a casa. As atividades são iguais para todos os dias da semana, exceto sábados e domingos. O dia de trabalho começa às cinco e meia da manhã. Aqueles ligados aos trabalhos agrícolas se dirigem ao roçado, para cumprir as tarefas dirigidas pelo pai, enquanto a mãe ou algumas filhas designadas para as tarefas domésticas permanecem em casa preparando a primeira refeição do dia para todos os membros da família. (HEREDIA, 1979, p. 39).

Na comunidade o trabalho das mulheres começa às cinco horas da manhã. Fazem o café que é sempre servido com alguma “mistura” feita por elas mesmas, como bolo, biscoito, queijo e requeijão, e organizam a ida dos filhos menores para a escola. Segundo Terezinha, “o trabalho aqui em casa é dividido com meu irmão... eu faço até silo e carregio para o curral, além disso, trabalho na capina da roça, no plantio e na colheita”. Cuido da casa, faço o almoço e cuido do meu filho e minha mãe que está idosa. Mas, na realidade geral das propriedades visitadas, há uma divisão sexual do trabalho, sendo mais evidente a criação de bovinos, pois nesta atividade há uma participação efetiva e quase exclusiva dos homens e as hortas e cuidados com os pequenos animais são atividades das mulheres. As demais atividades contam com o trabalho das mulheres não significando “uma ajuda”, e sim trabalho árduo e pesado. São elas também as responsáveis por boa parte dos processos de comercialização nas feiras do entorno.



No que diz respeito à produção das famílias com a disponibilidade de terra que cada uma possui, podemos verificar que essa relação depende da localização da propriedade na comunidade. Uma família que ocupa uma terra nas margens do Rio Mosquito ou próximo apresenta melhores condições na instalação de um sistema simplificado de irrigação em relação à outra família que está distante da margem do rio. Ou seja, uma família com até um hectare nas margens do rio tem uma maior produtividade, produzi mais feijão do que uma família que está distante do rio. Outro resultado é com relação à quantidade de leite produzida equivalente à quantidade de vacas das famílias. Neste caso, quanto maior a propriedade, maior a produção do leite. O milho e o sorgo que ocupam áreas maiores na propriedade também têm produção maior na propriedade de famílias que possuem mais de três hectares.

**Tabela 4: Produção das Famílias pertencentes à Comunidade Várzea Comprida segundo o tamanho da propriedade.**

Produto	Tamanho da propriedade (hectares)	Produção (%)			
		Até 100 Kg	De 101 a 500Kg	Acima de 500 Kg	Total
Feijão	De 0,1 a 1	-	22,2	77,8	<b>100,0</b>
	De 1,1 a 2	-	25,0	75,0	<b>100,0</b>
	De 2,1 a 3	25,0	25,0	50,0	<b>100,0</b>
	Acima de 3	33,3	16,7	50,0	<b>100,0</b>
	Não respondeu	25,0	25,0	50,0	<b>100,0</b>
Milho	De 0,1 a 1	11,1	11,1	77,8	<b>100,0</b>
	De 1,1 a 2	-	-	100,0	<b>100,0</b>
	De 2,1 a 3	-	50,0	50,0	<b>100,0</b>
	Acima de 3	-	20,0	80,0	<b>100,0</b>
	Não respondeu	-	-	100,0	<b>100,0</b>
Sorgo	De 0,1 a 1	-	100,0	-	<b>100,0</b>
	De 1,1 a 2	-	100,0	-	<b>100,0</b>
	De 2,1 a 3	50,0	50,0	-	<b>100,0</b>
	Acima de 3.	25,0	75,0	-	<b>100,0</b>

continua

Produto	Tamanho da propriedade (hectares)	Produção (%)			
		Até 100 Kg	De 101 a 500Kg	Acima de 500 Kg	Total
	Não respondeu	100,0	-	-	100,0
Frutas	De 0,1 a 1	50,0	50,0	-	100,0
	De 2,1 a 3	100,0	-	-	100,0
	Acima de 3	33,3	66,7	-	100,0
	Não respondeu	-	100,0	-	100,0
Legumes	De 0,1 a 1	50,0	50,0	-	100,0
	De 1,1 a 2	-	100,0	-	100,0
	De 2,1 a 3	100,0	-	-	100,0
	Acima de 3	50,0	50,0	-	100,0
	Não respondeu	50,0	50,0	-	100,0
Mandioca	De 0,1 a 1	100,0	-	-	100,0
	De 1,1 a 2	100,0	-	-	100,0
	De 2,1 a 3	100,0	-	-	100,0
	Acima de 3	60,0	40,0	-	100,0
	Não respondeu	-	-	100,0	100,0
Mamonas	Acima de 3	100,0	-	-	100,0
		<b>Até 10 dúzias</b>	<b>De 11 a 50 dúzias</b>	<b>Acima de 50 dúzias</b>	<b>Total</b>
Ovos	De 0,1 a 1	50,0	50,0	-	100,0
	De 1,1 a 2	100,0	-	-	100,0
	De 2,1 a 3	100,0	-	-	100,0
	Acima de 3	60,0	20,0	20,0	100,0
	Não respondeu	100,0	-	-	100,0
		Até 100 L	De 101 a 500 litros	Acima de 500	<b>Total</b>
Leite	De 2,1 a 3 hec.	50,0	0,0	50,0	100,0
	Acima de 3hec.	50,0	33,3	16,7	100,0

**Fonte: Pesquisa de Campo realizada entre agosto a novembro de 2012.**

O manejo dos sistemas de produção desde o preparo das roças ao manejo dos solos é realizado com uso de arados e de um trator da Associação, que é utilizado pela comunidade

com normas de uso estabelecido em reunião coletiva. O uso de queimadas não é uma prática comum entre as famílias. Alguns adotam o plantio em curva de nível, com faixas de retenção com andu, capim e outros que evitam a erosão e permitem uma melhor infiltração da água no solo. Utilizam a técnica de consorciação de culturas para melhor aproveitamento da terra e da água disponível, “*a água que molha o feijão, molha o pé de mamão*”, afirma um entrevistado.

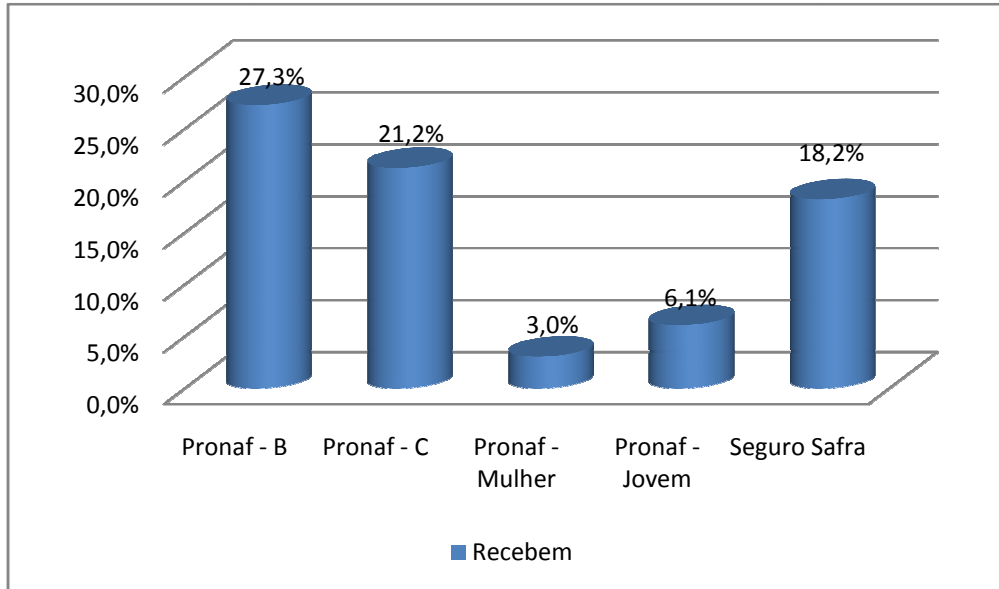
Na relação histórica da comunidade com a assistência técnica pública houve um determinado período em que a presença da Emater foi sistemática, principalmente no período em que contavam com uma técnica do “bem estar social”. Nesta época havia muitas reuniões, projetos que envolviam toda a comunidade. “*Se houvesse uma assistência técnica mais permanente e presente na comunidade poderíamos ter melhores resultados na produção, no beneficiamento e na comercialização de nossa produção*”. (Osmar, morador da comunidade de Várzea Comprida). Segundo a análise dele não é falta de vontade dos técnicos de visitar as famílias, são as condições de trabalho deles que muitas vezes se limitam a burocracia da empresa ou pelo excessivo número de famílias para acompanhar.



**Gráfico 14: Famílias que recebem assistência técnica**

**Fonte: Pesquisa de Campo realizada nos meses de agosto a novembro de 2012**

O GRÁFICO 14, com dados das famílias da comunidade, confirmam que o principal crédito acessado nos últimos anos tem sido o Pronaf nas modalidades B e C. Timidamente aparece um percentual pequeno no PRONAF jovem que, neste caso, integra o crédito de uma das famílias pesquisadas. Segundo uma das beneficiária do programa, “*o dinheiro foi utilizado para comprar vaca e porco*”.



**Gráfico 15: Famílias que acessam o crédito**

Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de agosto a novembro de 2012

A TABELA 5 apresenta as máquinas e os equipamentos utilizados pelas famílias pesquisadas. As famílias que possuem desintegrador para beneficiar o alimento para o gado afirmam que caso alguma família da comunidade que não tenha este equipamento queira utilizá-lo é sempre combinado anteriormente para uso desta família.

**Tabela 5: Famílias pertencentes à Comunidade Várzea Compridas que possuem equipamentos**

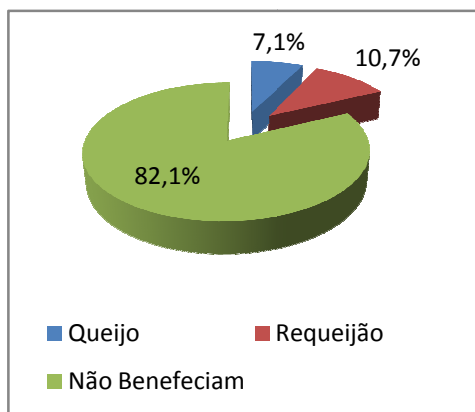
Equipamentos	Casos					
	Apresenta		Não Apresenta		Total	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Arados	11	33,3	22	66,7	33	100,0
Desintegrador	3	9,1	30	90,9	33	100,0
Engenhos	0	0,0	33	100,0	33	100,0
Tratores	1	3,0	32	97,0	33	100,0
Outros	2	6,1	31	93,9	33	100,0

Fonte: Pesquisa de campo – novembro a agosto de 2012

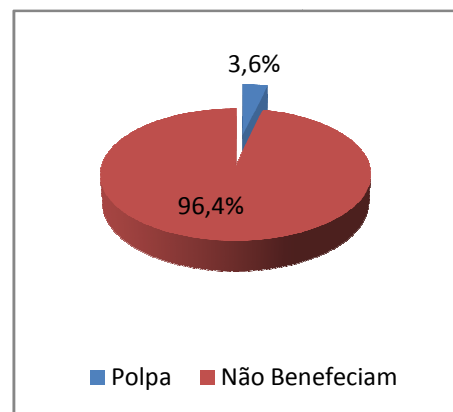
Nos sistemas de produção das famílias os investimentos em relação a criação de animais aparece de maneira diversificada em toda propriedade. As famílias que se dedicam à

atividade da cadeia do leite possuem em média 20 a 25 cabeças de vaca. Demais famílias possuem números que vão de 3 a 10 cabeças de vaca. O dado relacionado à criação de abelhas aparece somente em 01 família, que possui caixas instaladas na própria comunidade. Outras famílias que integram à cadeia do mel se articulam com outras famílias da comunidade vizinha onde as caixas estão instaladas. Das 45 famílias somente 08 não possuem criação de aves, indicando portanto, que a maioria possui galinhas que entram no consumo familiar e na produção de ovos que vão para a feira.

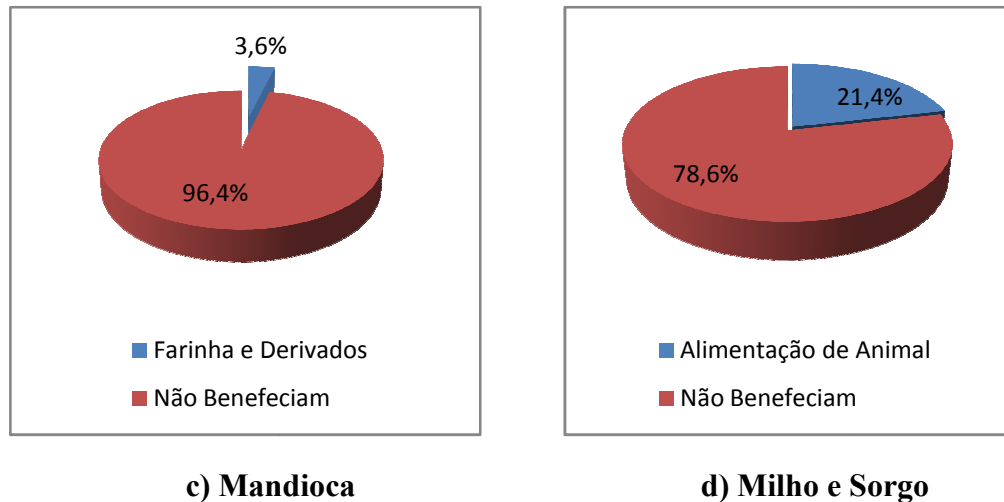
Na comunidade não existem estruturas de beneficiamento da produção. Os produtos que entram na rota do beneficiamento são transportados para outra comunidade que possui estrutura e capacidade de realizar o processamento. O leite é processado na propriedade de duas famílias que produzem queijos em pequena escala e requeijões que são vendidos na feira de Porteirinha. O Umbu e a acerola são beneficiados em Porteirinha, na Cooperativa Grande Sertão. O gráfico 16 confirma a ausência de estruturas de beneficiamento na comunidade com capacidade de processar a produção local. Verifica-se que os produtos oriundos das famílias apresentam um percentual baixo de beneficiamento. No caso do leite, as famílias fizeram pequenas adequações nas instalações das cozinhas para fazerem o beneficiamento do queijo e requeijão em pequena escala, visando comercializarem na feira livre de Porteirinha e Janaúba.



**a) Leite**



**b) Frutas**



**Gráfico 16: Famílias que beneficiaram a produção segundo tipo de produto no ano agrícola 2011/12**

**Fonte: Pesquisa de Campo realizada nos meses de agosto a novembro de 2012**

Na região e comunidade os sistemas de produção ficam vulnerabilizados pelas variabilidades climáticas e muitas vezes por políticas inadaptadas (com liberação do crédito, da semente e outros que chegam tardiamente as famílias).

#### **2.4 Valores e ética da economia camponesa: Soberania Alimentar e Reciprocidade na Comunidade Várzea Comprida**

Em sua obra *Plantar, Colher, Comer* Brandão (1981) realiza uma pesquisa em uma comunidade de Goiânia e descreve etnograficamente todo o processo de produção da comida, desde a escolha do que produzir para consumir até a relação das crenças locais a partir da alimentação. Esta pesquisa, realizada em 1975, já abordava o tema da segurança e soberania alimentar praticado pelas famílias do lugar. Assim como em Goiânia, diversas comunidades espalhadas pelo Brasil realizam tais práticas, pois este é um dos traços constituintes da economia camponesa, a preocupação com a soberania alimentar. Mais do que produzir comida é compreender culturalmente o que, como e quando se planta a comida numa perspectiva de ação individual e coletiva que está presente como um fato social. Trocas materiais e simbólicas estão presentes neste ato de produzir para comer e para vender, como é o caso da comunidade de Várzea Comprida.

Nota-se que a partir das conversas e visitas às famílias da Comunidade opera-se um tipo de economia cuja destinação principal é a manutenção da família e não a maximização dos meios de produção através da inserção integral em grandes mercados. O lucro não é o fim principal ou último de sua produção. Contudo, isto não exclui a perspectiva de que se almeje o lucro.

Chayanov (1924), ao focar sua análise em um viés economicista, traduz a lógica da reprodução socioeconômica do campesinato como estratégias diversificadas para maximizar os fatores de produção e garantir seu padrão de consumo. Analisando isoladamente a unidade doméstica, esse autor não ultrapassa os limites da família, restringindo-a a resultados de cálculos econômicos para reprodução do grupo doméstico na medida em que não trata das relações mercantis das famílias. De acordo com E. Woortmann (1995), Chayanov (1924) não consegue atingir uma visão qualitativa sobre o campesinato e mantém submersos (e por vezes ausentes) em suas análises aspectos importantes da economia camponesa.

De acordo com K. Woortmann (1990), a economia camponesa é carregada de valores e ancorada principalmente sobre a instituição família. Não que a economia camponesa não possa ser analisada sob o ponto de vista da unidade de produção e consumo, mas se limitar a ela é negar que esteja circunscrita em uma moralidade. A dimensão moral da economia camponesa é construída socialmente no interior dos grupos domésticos. São muitas vezes normas sociais e obrigações morais - acordos tácitos que condicionam as atividades econômicas. Considera-se, então, que as dimensões moral e simbólica são determinantes da economia camponesa (E. Woortmann, 1995; K. Woortmann, 1990).

#### **2.4.1 Soberania Alimentar em Várzea Comprida**

Por meio da TABELA 6, podemos constatar que na quantidade de alimentos produzidos, consumidos e comercializados na comunidade a primeira tiragem vai para o autoconsumo. Os percentuais que indicam quantidade comercializada são maiores que a quantidade consumida o que, está diretamente associado a períodos de safras e baixa capacidade de armazenamento. O caso das frutas, verduras e legumes quando estão no ponto de colheita são consumidas pela família e como não é possível armazená-los são levados para a feira livre. Além do autoconsumo das famílias parte da produção é destinada à alimentação animal, conforme tabela.

**Tabela 6: Destino da Produção das Famílias pertencentes a Comunidade Várzea Comprida segundo a finalidade autoconsumo, reserva/alimentação animais e troca mercantil no ano de 2012.**

Produto	Autoconsumo (%)	Troca mercantil (%)	Reserva/alimentação animais (%)	Quantidade Total
Feijão (Kg)	62,2	37,4	0,4	100,0
Milho (Kg)	41,2	12,8	46,0	100,0
Sorgo (Kg)	10,8	13,0	76,2	100,0
Frutas (Kg)	33,5	49,4	17,2	100,0
Verduras/Legumes (Kg)	33,3	59,2	7,4	100,0
Mandioca (Kg)	45,3	54,7	0,0	100,0
Mamona/Girassol (Kg)	0,0	100,0	0,0	100,0
Leite (L)	59,3	40,7	0,0	100,0
Mel (Kg)	22,0	78,0	0,0	100,0
Ovos (Dúzias)	69,3	30,7	0,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo realizada de agosto a novembro de 2012.

Na maior parte das famílias pesquisadas, as refeições são preparadas, predominantemente, a partir de alimentos produzidos na propriedade ou obtidos em trocas com vizinhos. Conforme descrito anteriormente o uso de agrotóxicos na produção dos alimentos é praticamente nulo, muitas famílias utilizam receitas alternativas para controle de pragas e doenças. Observa-se ainda o aproveitamento integral dos alimentos de cada época.

Segundo Maluf e Menezes (2000), existem três pontos norteadores da segurança alimentar: a qualidade nutricional dos alimentos, incluindo a ausência de componentes químicos; os hábitos e cultura alimentares específicos de cada comunidade; e a sustentabilidade do sistema alimentar, ou seja, a contínua produção e presença de alimentos. Então, a produção voltada ao autoconsumo, como nos casos de pequenos produtores rurais, tende a garantir a segurança alimentar dessa população, pois a disponibilidade de frutas e hortaliças ocorre durante o ano todo (Menasche; Marques; Zanetti, 2008). Desta forma, a produção diversificada e regular associada à qualidade do alimento produzido na comunidade, que primeiro vai para a mesa da família, para depois seguir nos circuitos da comunidade e de outros mercados, garante e potencializa a segurança alimentar e nutricional.

Conforme relatos das famílias havia muita fartura de alimentos antigamente, da mesma forma como constatado por Brandão (1981) quando as famílias faziam referência ao passado, quando a terra produzia mais e as chuvas eram mais regulares. “*Comprava pouca*



*coisa, tinha quase tudo na propriedade, tinha a necessidade de dinheiro para outros gastos, não com comida”, afirma Lourdes, moradora da comunidade pesquisada.*

Culturalmente, no Norte de Minas e em muitos lugares do Brasil, um tema que mobiliza as mulheres é água e comida. Elas se sentem responsáveis pela segurança alimentar da família e isto provoca o distanciamento da atividade agrícola da roça e as aproxima das atividades de cuidar das hortas e dos pequenos animais. Nesta comunidade as mulheres estão diretamente envolvidas com os processos produtivos da família, no cuidado com as aves e porcos, com o manejo da horta, com as afazeres da casa e ainda na comercialização dos produtos. Ou seja, tudo isso não pode significar “ajuda”, conforme descrito anteriormente e sim trabalho árduo.

#### **2.4.2 Lógicas de reciprocidade e de solidariedade na comunidade**

Karl Polanyi (1944, 1957), dando continuidade a Malinowski (1922) e Mauss (1925;2003) identificou a reciprocidade como categoria econômica diferente da troca e associada à redistribuição. Polanyi identificou três formas de integração social: a reciprocidade, a redistribuição e o intercâmbio ou troca. A reciprocidade, definida por Temple (1995, 1997) é a matriz do sentido que dá significado à dádiva. É a dinâmica de reprodução de prestações, geradora de vínculo social. Temple, (2003), de acordo com Sabourin (2009), define a reciprocidade como o redobramento de qualquer ação ou prestação, que permite reconhecer o outro e participar de uma comunidade humana.

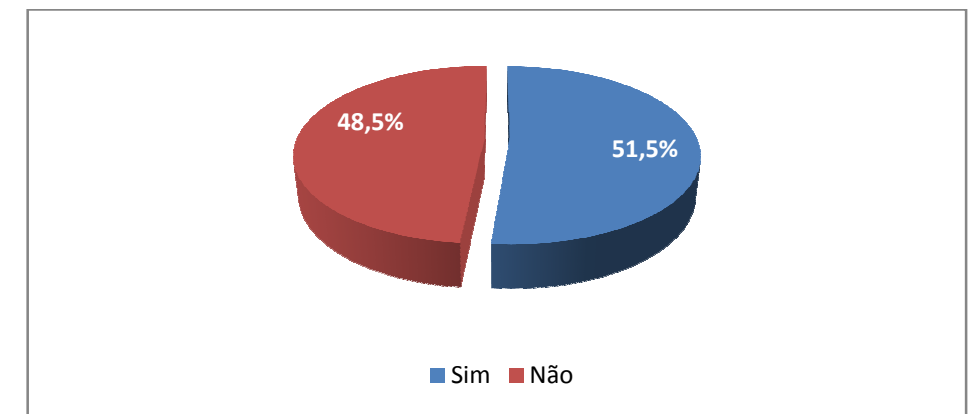
A redistribuição, segundo Polanyi (2009), é um ato coordenado por um chefe ou liderança local que arrecada, armazena e redistribui e o intercambia ou troca. Segundo Sabourin (2009),

A troca é motivada pelo interesse que se dá as coisas por ela mesmas ou por seu valor simbólico. Ela é feudatária da posse e até o acúmulo. Pelo contrário, com a dádiva recíproca, o ato prevalece sobre a coisa. Mas a troca é por vezes dita recíproca, por que satisfaz o interesse de cada parceiro...[.....]

As prestações da dádiva correspondem ao “fato social total” identificado por Mauss, na medida em que as relações de reciprocidade implicam o ser humano (indivíduo ou grupo) em sua totalidade, tanto do ponto de vista material (econômico) quanto simbólico e social. É neste sentido que Temple (1998) identifica a produção de valores humanos, associando-os a estrutura de reciprocidade e redistribuição (SABOURIN, 2009 p.56).

Pesquisando comunidades camponesas do Nordeste Brasileiro, Sabourin (2008) afirma que há duas instituições estruturantes da reciprocidade, uma é a ajuda mútua e o compartilhamento de recursos comuns (água e pastos), que envolvem tanto a reciprocidade na produção quanto na vida familiar e doméstica (alimentação, habitat, etc). A ajuda mútua é caracterizada pelos mutirões para construções coletivas ou quando recebem convites para trabalhar em benefício de uma família (Sabourin, 2007a).

A reciprocidade, presente em algumas práticas, regula relações entre famílias da comunidade. O vínculo de reciprocidade, observado na Comunidade de Várzea Comprida, está presente na doação de produtos entre as famílias, o que representa uma dádiva e não trocas praticadas por elas.



**Gráfico 17: Famílias que praticam doação solidária**  
**Fonte: Pesquisa de campo realizada de agosto a novembro de 2012**

Outra prática observada em um grupo de seis famílias é o aluguel de forma coletiva do pasto para os animais no período da seca, quando a comida fica escassa. Simultaneamente a este processo o grupo faz também a negociação do preço do leite e das condições para entrega para as unidades de beneficiamento regional. Os produtos trocados entre as famílias são principalmente, frutas, verduras e hortaliças. “*A gente faz assim, se aqui em casa produzir muita acerola e a vizinha produziu muito abóbora a gente troca*”, relato de Terezinha, moradora local. A troca de dias de serviços é praticada entre as famílias que possuem grau de parentescos

Acontece também uma prática de empréstimos com sementes. Nestes anos com intensa seca, o que exige mais de um plantio, muitas famílias acabam com pequenos estoques

de sementes, armazenadas em paióis, vidros e garrafas pet. O empréstimo acontece entre as famílias de uma safra a outra, ou seja, conforme relato de Terezinha *‘eu peguei emprestado de um vizinho uma semente de milho para plantar, pois eu usei a semente daqui de casa e plantamos duas vezes e perdemos. “Agora nós plantamos de novo, só que foi emprestado e depois que a gente colher a gente devolve”*.

A solidariedade entre as famílias com os doentes da comunidade se efetiva com visitas, apoios no período de preparar a roça, quando a comunidade organiza para ajudar a família em pequenos mutirões. Realizam bingos, leilões e festas para arrecadar dinheiro para ajudar as famílias quando o tratamento é longo e às vezes distante do município. Assim, para Mauss (2003, p. 211), o objetivo da dádiva *“é produzir um sentimento de amizade entre as duas pessoas envolvidas”*. Não são apenas bens e riquezas que são trocados, ou seja, bens econômicos, mas, sobretudo, *“amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente”* (Mauss, 2003, p. 191). A ideia substantivista que considera a economia sob a ótica da satisfação das necessidades. Troca ou reciprocidade? Ou ambas?

Polanyi (2000, p.63), afirma que não seria possível a uma sociedade sobreviver se não possuísse uma economia de alguma espécie, e que *“Adam Smith sugeriu que a divisão do trabalho na sociedade dependia da existência de mercados ou, como ele colocou, da propensão do homem de barganhar, permutar e trocar uma coisa pela outra”*.

Na comunidade Várzea Comprida encontramos algumas tipologias definidas por Polanyi (2000) em suas teorias acerca da integração social de uma comunidade: a primeira da reciprocidade definida como movimentos entre pontos de correlação de grupos sociais simétricos”. O exemplo da sociedade tribal citado por Polanyi (2000) quando o interesse econômico individual só raramente é predominante, pois a comunidade vela para que nenhum de seus membros esteja faminto. Segundo relato de Terezinha,

... por aqui todo mundo ajuda todo mundo, neste ano de seca, por exemplo, aqui em casa não tinha mais semente para plantar, nós pegamos emprestado para devolver quando a gente colher...há gente fraco na comunidade e o trabalho de ajuda é realizado na coletividade, ajuda com alimento (feiras) e promoções em momentos de dificuldades com doença. Fazemos leilões e festas na igreja para arrecadar dinheiro. (TEREZINHA, moradora da Comunidade de Várzea Comprida, 2012).

Evidencia-se, assim, que essas trocas mercantis são impregnadas pelo simbólico, pela confiança e mesmo pelo prestígio, que atualizam um modo de vida, em um mundo em transformação. A campesinidade é aqui apreendida como dinâmica, e não a partir de visão substantivada, em que estaria associada a um modo de vida estático, característico de épocas passadas ou de situações rurais integradas de forma tênue ao mercado.

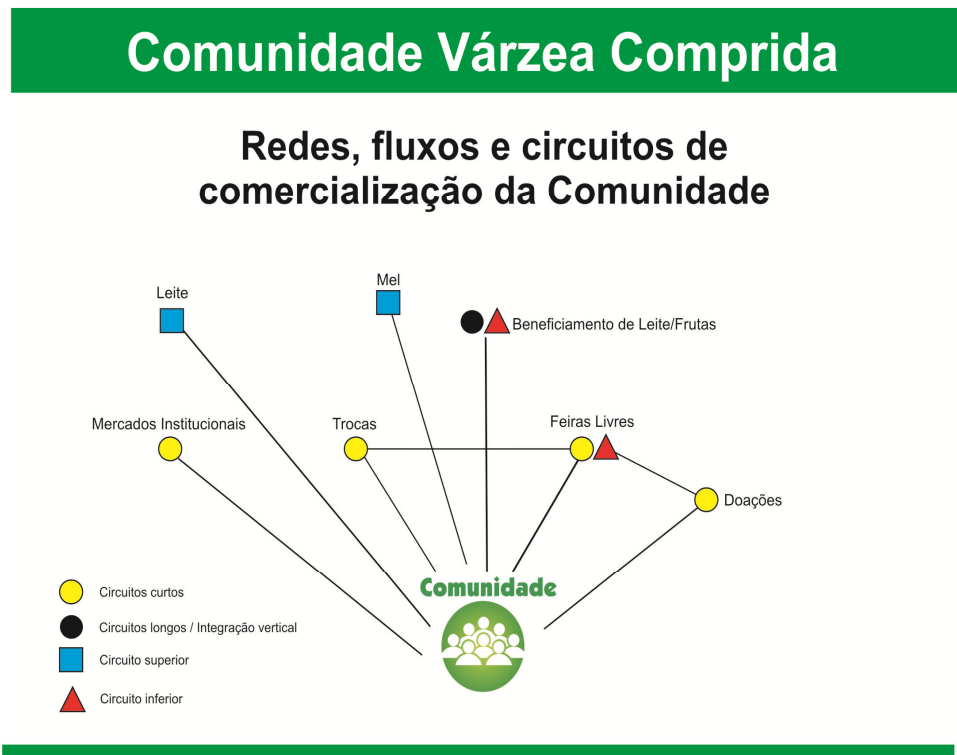
## 2.5 Redes, fluxos e circuitos de comercialização da Comunidade de Várzea Comprida

Para compreender as diversas formas de fluxos e circuitos presentes na comunidade, selecionamos três produtos (Leite, Mel e Frutas/Hortaliças/Verduras) e procuramos construir sua teia de movimentação (fluxos) e destinos juntamente com as pessoas que estão envolvidas diretamente com a produção destes produtos. A FIGURA 11 retrata a diversificação na produção e nas estratégias de reprodução que vêm sendo realizadas pelas famílias através das redes, fluxos e circuitos de comercialização.



**Figura 12: Redes, fluxos e circuitos de alguns produtos da Comunidade de Várzea Comprida.**  
**Fonte: Pesquisa de campo, agosto a novembro de 2012.**

Que redes, fluxos e circuitos existem nas dinâmicas econômicas da comunidade? A partir do desenho acima podemos destacar as redes de troca presentes na comunidade. Para além dos “negócios”, o aspecto dialógico permeia as relações com as unidades de beneficiamento e com os consumidores finais. Exemplo disso é a relação dos camponeses com a Unidade de beneficiamento do leite instalada na comunidade vizinha. A cada fase, seja nas águas ou na seca, o preço e as condições para a entrega do produto são negociados.



**Figura 13: Redes, fluxos e circuitos dos produtos da comunidade**

**Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados, agosto a novembro 2012.**

Quanto aos fluxos eles podem ser compreendidos através de circuitos, conforme definição de Santos (1979), podendo ser classificado em circuito inferior, já que não há utilização de grande capital financeiro; nem tecnologias de ponta, sendo a produção de pequena escala. O circuito superior, representado pelo leite e mel, indica a necessidade de investimentos altos nos processos de beneficiamento para atingir os padrões de qualidade e de exigências fitossanitárias. Em alguns casos, como o da produção de frutas, verduras e hortaliças, podemos considerar como um circuito curto, em que a produção é vendida diretamente ao consumidor, independente de transformado ou não. Os circuitos longos ou de

integração vertical representam a comercialização de produtos com intermediações ou atravessadores que alongam a distância entre a comunidade e o consumidor.

O GRÁFICO 18, aponta que um percentual considerável de famílias na comunidade comercializa seus produtos. Como os dados da produção são referentes à safra 2011/2012 e em função da pouca chuva em 2011, conforme informações da Embrapa<sup>18</sup>, os resultados não foram satisfatórios. Segundo um entrevistado, “*a cada ano estamos sentindo que a chuva está mudando, quando a gente plantou na primeira, no pó, não deu nada e na segunda a produção foi ruim demais. Chove tudo de uma vez e fica muitos meses sem nada*”.



**Gráfico 18: Famílias que comercializaram produtos**

**Fonte: Pesquisa de campo realizada entre os meses de agosto a novembro de 2012.**

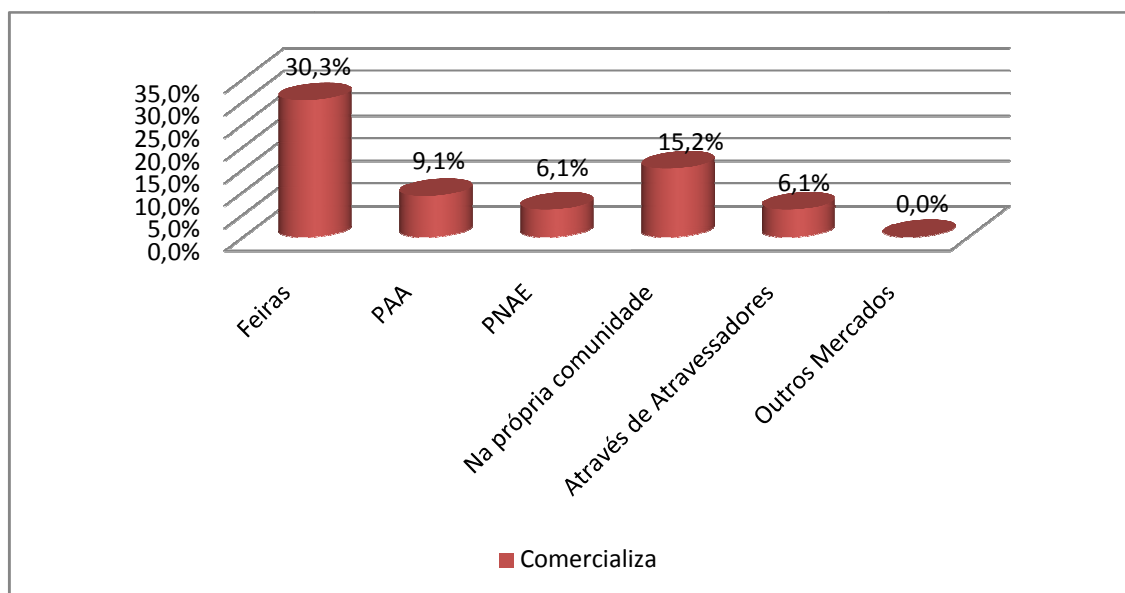
Para dar destino à produção colocada para a venda, as famílias buscam diversas oportunidades procurando sempre canais de comercialização que não exigem logística de transporte e que estejam próximos da comunidade. O GRÁFICO 18 apresenta estas possibilidades e as estratégias de venda utilizadas pelas famílias. No mercado institucional

<sup>18</sup>Este trabalho apresenta informações que permitem a caracterização das chuvas em Minas Gerais. Baseou-se na análise de séries históricas de dados diários de 490 estações pluviométricas, a partir da qual foram geradas informações espaço-temporais e gerados mapas representando os índices pluviométricos. Além das normais climatológicas de precipitação média mensal e anual, são apresentados resultados referentes ao período de retorno de chuvas de altas intensidades, suprimento hídrico mensal do solo, zonas homogêneas de precipitação, determinação do início, duração e término da estação chuvosa e frequência de incidência de chuvas com magnitudes superiores a 50 e 100 mm/dia. O município de **Porteirinha**, localizado na região norte, apresentou uma precipitação média anual de 650 mm e foi identificado como o local mais seco do estado. **Grifo nosso.**

algumas famílias acessam o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos e o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

No PAA, há uma estratégia coletiva de entrada no programa. Uma ou duas famílias cadastram para entregarem o produto e para garantir a quantidade que nem sempre estas famílias têm, elas articulam com outras famílias para somarem a produção de entrega. Quando o pagamento é realizado elas pagam os valores correspondentes do peso dos produtos para estas famílias. Os produtos do PAA são destinados a creches, asilos e APAE do município. “*Quem faz o projeto é a associação, apoiada pelo IDS*”, afirma um morador. O PNAE é organizado pela Emater e os produtos são entregues nas escolas do entorno.

O papel do atravessador aparece na intermediação de dois produtos, o mel e o leite. No caso do mel, um morador da comunidade é quem faz este papel e no leite há duas situações: a primeira acontece quando a negociação é realizada com uma pessoa de fora da comunidade, que vem e negocia diretamente com a família, e a outra é através da organização de sete produtores de leite que negociam em grupo com um representante da unidade de beneficiamento que fica próxima da comunidade.



**Gráfico 19: Locais de comercialização da produção**

Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de agosto a novembro de 2012

Segundo dos dados do GRÁFICO 19, nota-se que as feiras livres de Porteirinha e Janaúba são os espaços mais utilizados pelas famílias para realizarem seus processos de

comercialização. A feira livre constitui o mais importante canal de destinação dos excedentes das famílias de Várzea Comprida.

Em todas as famílias participantes da feira livre de Porteirinha são as mulheres que arrumam as bancas e vendem os produtos. Em alguns casos, os homens ajudam a levar os produtos, de ônibus de linha, de charrete ou de carro e depois vão conversar resolver assuntos na cidade e outras atividades. Todos os processos de negociação de preços na venda dos produtos ficam por conta das mulheres. Pergunto o que é feito com o dinheiro da venda dos produtos e a resposta é quase unânime, *“é para pagar as despesas da casa, comprar o que a gente não tem na produção, pagar a conta de energia e outras despesas”*.

Para compreender melhor os caminhos percorridos pelos produtos, da Comunidade até a mesa dos consumidores, selecionamos três produtos o mel, a fruta e o leite por apresentarem produção significativa e fazerem parte das redes de troca mercantis da comunidade. A criação de vaca leiteira é uma atividade antiga na comunidade e na região. Apesar dos inúmeros projetos implantados na região, as famílias sempre mantiveram um plantel de vacas mesmo experimentando outras atividades agrícolas. No caso do mel, a comunidade tem um potencial de produção por contar com uma florada diversificada e que garante produção em todo o período do ano. Em todos os quintais há pequenas produções de frutas que possibilitam alternativas de ampliação da renda, seja pelo beneficiamento em polpas, pelo mercado institucional e pela feira livre.

### **2.5.1 Redes, fluxos e circuitos de comercialização do mel**

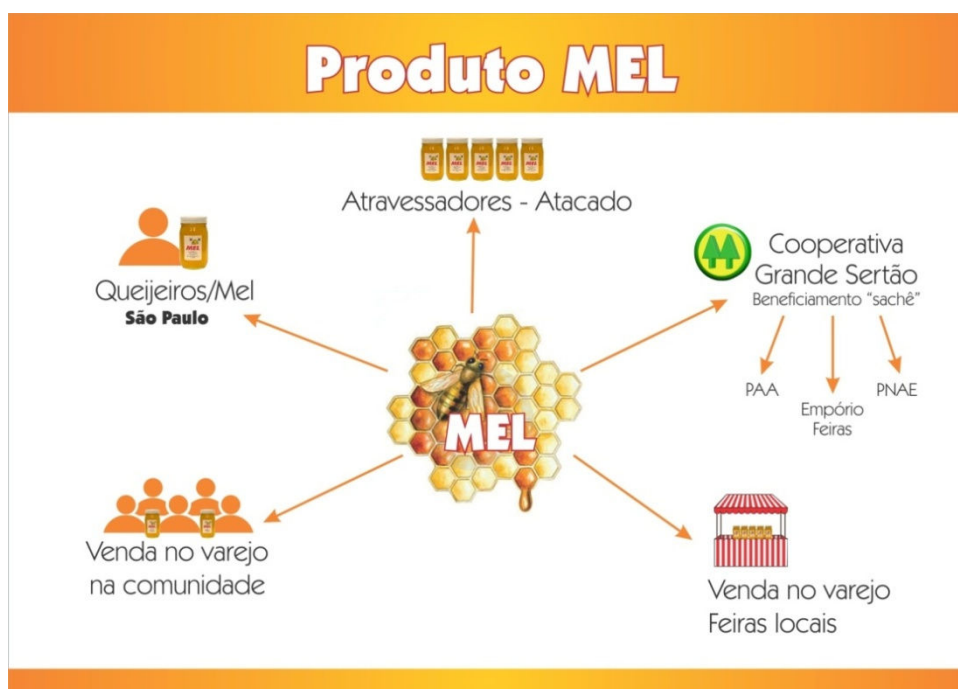
Os apicultores da comunidade articulam o trabalho com o mel com outros apicultores da comunidade vizinha. É no Barreiro Dantas, comunidade que faz divisa com Várzea Comprida que todo o material como caixas, fumegador e decantador estão instalados. A produção vem sofrendo perdas nos últimos anos por causa da florada que não tem sido boa. Segundo um morador, *“havia mais gente trabalhando com o mel, aos poucos foram diminuindo por causa da baixa produção”*.

O mel produzido tem sido negociado com um comprador da cidade de Porteirinha. Ele é dono de um laboratório e também é um apicultor. “Uma pessoa daqui mesmo vê quem tem o mel e negocia a compra”, relata um morador. “Ele, o moço da cidade organiza a produção, faz as compras do produto em diversas comunidades do município e comercializa o produto para empresas de São Paulo”, segundo relato de uma moradora há alguns anos atrás *“ele exportava*



o mel”. Os “queijeiros”<sup>19</sup> ao levarem os requeijões e queijos da comunidade levam também o mel, a rapadura e a cachaça quando “pegam” encomendas, relata uma moradora. Além disso também é vendido na própria comunidade para uso medicinal.

Engarrafado em litros e garrafas, o mel produzido no município de Porteirinha está na rota dos melhores produtos originados na região. São diversos grupos e famílias que dedicam parte do tempo nesta atividade. Em Porteirinha a unidade de beneficiamento de frutas da cooperativa Grande Sertão funciona uma pequena unidade de processamento do mel. Nesta unidade os equipamentos permitem o envazamento do produto em saches e em embalagens de 500 kg.



**Figura 14: Circuitos do Mel**  
**Fonte: Elaboração da autora – novembro de 2012.**

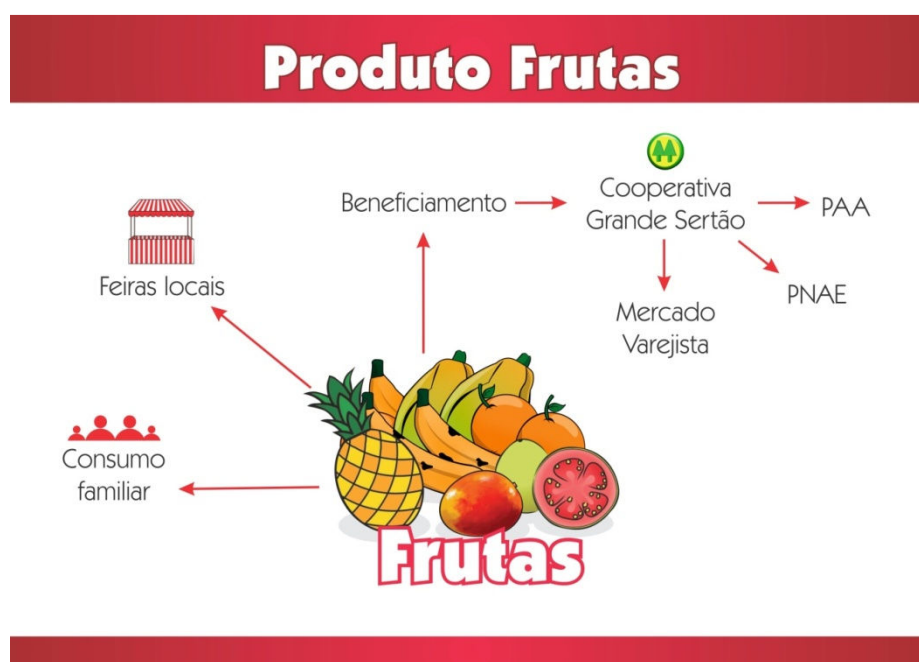
Segundo dados da cooperativa Grande Sertão, em 2010, a produção chegou a 26 toneladas comercializadas através do PAA e em 2011 cerca de 20 toneladas. Nesse arranjo envolvem-se aproximadamente 150 famílias que trabalham em pequenos grupos locais. Este produto tem um mercado aberto pelos “queijeiros” que deslocam principalmente para São Paulo. Outro circuito praticado é a compra por atacadista do Sul de Minas que chegam ao município e estabelecem uma relação direta com algum apicultor e este organiza a produção

<sup>19</sup> Denominação dada pela própria comunidade às famílias que ainda comercializam o queijo em SP.

para ser negociada. Portanto, o mel tem uma relação de proximidade com a sede do município e o denominamos como um produto de circuito longo, já que há diversos intermediários em seu caminho até o consumidor final.

### 2.5.2 Redes, fluxos e circuitos de comercialização de frutas e legumes

As cooperativas de leite, frutas e unidades familiares localizadas no Território da Serra Geral se constituem como elos de redes nos processos de comercialização dos produtos caracterizando se como redes de negócios que possibilitam a abertura de outros mercados. Esta articulação com estes sujeitos econômicos foram se distanciando em função de baixa produção, de dificuldades com a logística de transporte e com a entrada do PAA e PNAE na comunidade que encurtou a distância para a entrega dos produtos. Já a produção de frutas, legumes e hortaliças ocorre basicamente em áreas de quintais, com algumas famílias mais próximas do rio que fazem pequenas irrigações com gotejamento e as mais distantes, com pomares mais antigos com frutas mais resistentes como manga e umbu principalmente. A produção frutífera na comunidade se concentra na produção de acerola, umbu, manga, banana, Abacaxi, pinha e limão. Grande parte da produção vai para o consumo familiar, doações na comunidade e o excedente vão para o beneficiamento na Cooperativa Grande Sertão e para a Feira Livre.



**Figura 15: Circuito da frutas- Município de Porteirinha**  
**Fonte: pesquisa de campo**

O umbu é a fruta nativa que mais circula na comunidade e no município de Porteirinha. A fruta é vendida *in natura* nas feiras, nas beiras de estradas e é beneficiado na Unidade de Polpas da Cooperativa Grande Sertão, instalada em Porteirinha. Depois esta polpa segue para Montes Claros e é comercializada. As Verduras frescas são comercializadas na Feira local, na sede do município caracterizado como circuito curto já que não há intermediários neste processo. Quando entra para o mercado varejista, ou quando é processada e/ou entregue para o PAA e PNAE classificamos como longo em função das intermediações realizadas nos produtos.

### **2.5.3 Redes, fluxos e circuitos de comercialização do leite**

O lucro da comercialização do leite tem sido utilizado como reserva financeira ou como poupança para as famílias que participam desta cadeia. Esta atividade tem tradição em diversas comunidades do município. Vejamos como o leite incorpora nas dinâmicas econômicas das famílias em circuitos curtos e longos e inferiores e superiores como afirma Santos (2004). A figura 16 indica os circuitos e a importância deste produto para a economia local, para o município e cidades vizinhas a Porteirinha. A presença de Laticínios de Mato Verde, Espinosa, Taiobeiras, Janaúba e de Porteirinha, unidade nova montada por um ex-cooperado da Cooperativa Crescer indicam a importância desta cadeia para as famílias do município.



**Figura 16: Circuitos do leite**  
**Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro a julho de 2012.**

O leite é um produto que faz parte da cultura produtiva, alimentar e comercial das famílias da comunidade de Várzea Comprida. Mesmo em propriedades que não há produção há sempre um vizinho ou parente que fornece o produto para aquela família que não tem. Esta prática evidencia a presença de lógicas de uma racionalidade camponesa de solidariedade e partilha.

Na comunidade há famílias que fazem o queijo que vai para o mercado paulista duas vezes ao mês. Uma vez, elas próprias levam no ônibus convencional. Outra vez, enviam os queijos no ônibus para uma pessoa pegar e entregar na cidade. Tudo sob encomenda. É utilizada a mão de obra de toda a família para o processamento e preparo das caixas que fazem um longo caminho até chegarem ao consumidor que fideliza a relação com estas famílias.

Algumas famílias fazem o requeijão individualmente em suas casas e vendem o produto na feira de Porteirinha e Janaúba. Neste caso, o requeijão ganhou o formato de tamanho de uma xícara de café. São pequenas unidades que seguem para as feiras. Indago por que mudaram o tamanho e a forma do produto, respondem que *“é por causa dos clientes, como o requeijão é considerado alimento forte não precisa de muita quantidade, um do tamanho da xícara dá para uma semana, em comparação com o grande que fica velho, pois dá para mais de uma semana”,* ou , *“as famílias diminuíram de tamanho e tem muita gente morando sozinho também”* relatos das famílias entrevistadas.

Uma prática comum, observada na comunidade de Várzea Comprida e que ocorre na cadeia do leite, é a presença de “atravessadores” que compram o leite para ser utilizado no processamento do queijo em unidades familiares mais estruturadas no próprio município. O comprador vai até a comunidade buscar o produto, o que facilita, segundo um entrevistado, no quesito transporte e armazenamento e o beneficia na fabricação do queijo, que é vendido principalmente em São Paulo. Desta forma este produto se enquadra no circuito longo, em função das intermediações e em circuito superior em função da necessidade tecnológica e de logística para o beneficiamento e a comercialização deste produto.

## **2.6 A feira livre como espaço de trocas materiais e simbólicas: lugar de negociação, encontros e sociabilidades.**

A feira livre foi o mercado mais acessado pelas famílias. Segundo Ribeiro (2007),

Estas feiras, comuns em quase todo o estado de Minas Gerais, representam um dos mais importantes locais para a comercialização da produção da agricultura familiar. Geralmente públicas, criadas e apropriadas por feirantes, elas se transformam em espaços movimentados de comércio, onde circulam alimentos, bens, pessoas e muita cultura. As feiras também se constituem em uma importante estratégia de reprodução social da agricultura familiar...Além de reprodução social, é um espaço também de reprodução cultural, pois na feira agricultores se encontram, socializam-se, trocam idéias e produtos. (RIBEIRO, 2007, p.4).

A Feira livre de Porteirinha inicia sua movimentação entre o meio dia e treze horas de sexta-feira<sup>20</sup>. Acompanho desde o dia anterior, a tardezinha, uma das famílias da comunidade de Várzea Comprida. A família começa a organizar os produtos que vão pra a feira, as duas filhas ajudam no trabalho. Suely, esposa de Osmar está no tanque lavando as cenouras que acabaram de ser colhidas no entardecer de uma quinta-feira. Na varanda da frente estão os produtos que foram colhidos no fim do dia, bananas e melancias. As hortaliças e os tomatinhos, cerejas produzidos e que irão para a feira, vão ser colhidos de manhã, para chegarem mais frescos ao consumidor.

---

<sup>20</sup>Um fato ocorrido recentemente em Porteirinha foi a mudança do dia da feira. Tradicionalmente ela ocorria aos sábados, com ônibus e charretes transportando os produtos das comunidades. As famílias saíam nas madrugadas dos sábados e retornavam para suas casas no final da tarde. Um deslocamento das barracas e dos feirantes em função da reforma do mercado, fez com que as condições para venda piorassem consideravelmente e o pior foi o longo período que ficaram nestas condições. Ao reocuparem novamente o espaço com a reinauguração do mercado, gradativamente a feira foi se transferindo para a sexta-feira.

Tudo é colocado na caminhonete *pickup*, um modelo saveiro que transporta os produtos até a feira. Osmar, Suely e Érica (pai, mãe e filha) chegam e descarregam as caixas com os produtos. Suely e Érica arrumam a banca, se instalam e Osmar vai embora. Outras famílias seguem para a feira transportando seus produtos, algumas de charretes e outros com cestas e caixas de produtos aguardam no ponto de ônibus no asfalto.

Aos poucos os consumidores começam a chegar e o movimento se intensifica no final da tarde e no início da noite. É uma feira silenciosa, não fazem propaganda de seus produtos. Ao percorrer o mercado, reencontro com outras famílias da comunidade. Em todas as bancas, mulheres vendendo os produtos que trouxeram para a feira.

A relação com alguns consumidores são antigas, na banca de Suely, eles procuram o feijão, banana, maçã produzidas sem veneno e hortaliças. O movimento de mulheres comprando na banca é maior do que de homens. Elas preferem a feira porque o produto é fresco, sem veneno e tem boa aparência, além da relação semanal que estabelecem. É possível verificar um ambiente que movimenta não somente os processos de compra e venda de produtos retratando o mesmo ambiente descrito por Ribeiro *et all* (2005), sobre a feira livre de Turmalina que,

...além de locais de compra e venda de produtos da Agricultura Familiar local, são espaços públicos onde circulam alimentos, bens, pessoas e culturas. É o local de encontro, de socialização, de articulação política, sindical, local de reprodução da identidade e da cultura de um território. Justamente por isso, são espaços privilegiados, que guardam grande potencial para ações coletivas. (RIBEIRO *et all*, 2005, p 2.)

O mercado não se restringe ao espaço onde se realiza a compra e a venda, mas sim ao conjunto de todas as operações e relações que ocorrem desde o momento em que está sendo planejada a produção até a efetivação da compra pelo consumidor final. Nesse intervalo de tempo, uma complexidade de relações se desenvolve, e informações sobre preferências, oportunidades e nichos de mercado estão sendo repassadas. É dessa forma que o mercado se reproduz: “a noção de mercados consiste de estruturas que são reproduzidas através da sinalização ou comunicação entre os participantes” (White, 1981, p. 268).

No Brasil, há evidências de feiras livres desde os tempos da colonização e, apesar da modernidade, elas resistem, sendo em muitas cidades do interior do país, o único local de comércio da população, funcionando também como centros de educação, cultura e entretenimento (Forman, 1979). Conforme Braudel (1998) acredita-se que a principal causa

da origem das feiras foi a formação de excedentes de produção, havendo a necessidade de troca de mercadorias, primeiramente, entre grupos vizinhos e, posteriormente, disponibilizando os produtos para grupos do entorno das comunidades.

As feiras livres constituem o princípio fundamental dos mercados. Numa abordagem socioeconômica elas representam um ponto de encontro entre vendedores e compradores – feirantes e fregueses – entre camponeses e consumidores, para realizarem todo o tipo de troca de produtos (Braudel, 1998). Nos tempos modernos, as feiras têm diversificado o oferecimento de produtos. Especialmente, as que conhecemos hoje, dispõem de hortifrutigranjeiros, artesanato, quitandas, desde produtos sofisticados até mínimas coisas para as camadas mais populares.

Encerrando a feira do mercado de Porteirinha na banca de Suely sobraram poucos tomates e algumas pencas de banana, Érica<sup>21</sup> pergunta à mãe que produto ela gostaria de realizar troca pelo que restou na banca. E assim, ela começa pela banca ao lado trocando os tomates que restaram por outras hortaliças. Todo fim de feira é assim, todos começam a realizar trocas de produtos, evitando retornar para casa com os mesmos itens que levaram para a feira. Não há preocupação com equivalência praticada de valores dos produtos trocados. Mas sempre realizam as trocas por produtos similares, abobora por cenoura, tomate por cebolas, e assim por diante. No espaço da feira de Porteirinha, foi possível perceber concretamente a realização de trocas mercantis, relações de reciprocidade e trocas simbólicas; a reprodução da identidade e da cultura de um território, consoante com Ribeiro (2007).

## **2.7 Redes, atores e circuitos comerciais**

Criada em 2006, a Associação dos Agricultores Familiares de Porteirinha, sediada no prédio do IDS<sup>22</sup>, conta atualmente com 23 sócios, mas atende cerca de 40 comunidades rurais do município de Porteirinha. Ela está responsável por fazer a mobilização das famílias, a elaboração da proposta para o PAA/Conab e prestação de contas dos projetos. Os produtos são armazenados no IDS, que funciona como uma grande central de distribuição dos produtos.

O movimento de entrega dos produtos pelas famílias quer seja de carro, motocicleta ou charretes, tem dias marcados; ao mesmo tempo a Associação cadastra as entidades que

---

<sup>21</sup>Érica, filha de Osmar e Suely que todas as semanas vai a feira com a mãe.

<sup>22</sup>Oscip criada em 2007 e que vem desenvolvendo diversos projetos no município de Porteirinha.

receberão a doação simultânea e as famílias empobrecidas do município. Asilos, creches, APAE, ACEBEV e cerca de 1000 (hum mil) famílias recebem os produtos.

Dona Maria, participante do programa através da Associação diz. “ *a única renda que tenho vem deste projeto, junto tudo para receber de uma vez só e ajuda muito nas despesas de casa*”. Os custos operacionais para realização do projeto são retirados dos recursos de cada agricultor(a), sendo cobrado o percentual de 3% para as despesas.

A Cooperativa Grande Sertão é fruto de um processo participativo e continuado de construção de um novo modo de relação que hoje está traduzido no movimento em defesa pela produção sustentável e comercialização solidária, e neste sentido vem acumulando forças e cabeças pensantes na construção de um novo mundo respaldado no respeito humano e ético, conhecimento costurado através do diálogo entre os que produzem e experimentam e os que estudam, abrindo portas para novos conhecimentos.

Costa (2005) afirma que o mundo do sertanejo é do tamanho de suas relações sociais. A partir do início dos trabalhos que resultaram na criação da Cooperativa, pode-se dizer que tal mundo foi se ampliando na medida em que ampliou o universo de relações das comunidades entre si e com atores externos. Comunidades de diversos municípios estão imbricadas pelo empreendimento que se relaciona com instituições de governos, organizações não governamentais, movimentos sociais e organizações comunitárias de outras regiões.

É esta capacidade criativa, associada à uma metodologia de trabalho participativa e investimento continuado na formação de um capital humano e político, que faz da cooperativa Grande Sertão não apenas um programa, mas um empreendimento concreto de enfrentamento das questões vivenciadas pelo sertanejo do Norte de Minas e por isso mesmo com habilidade para implantar o projeto aqui descrito. A Cooperativa atua no setor de industrialização da produção da agricultura familiar fornecendo polpa de frutas, rapadura, mel, derivados de pequi e óleos para o mercado institucional (escolas, creches, hospitais) e mercado de varejo local.





**Foto 1: Unidade de beneficiamento de frutas – município Porteirinha**  
**Fonte: Arquivo da Cooperativa Grande Sertão.**

Historicamente, o território da Serra Geral apresenta a tradição da criação de gado sendo, conseqüentemente, uma região produtora de derivados do leite. Na década de 1990, o Governo Federal inicia um trabalho de incentivo à criação de Associações de agricultores familiares voltadas para a organização da produção de leite e derivados. Foram criadas inúmeras associações formadas em torno das fabriquetas de queijo. Contudo, no fim daquela década, os obstáculos para adequação das Associações às exigências sanitárias passaram a dificultar suas atividades em relação à produção do queijo. Diante disso, o Governo Federal passa a incentivar a criação de Cooperativas voltadas para formação de uma estrutura de laticínios que reorganizasse os grupos de agricultores familiares que já atuavam nas fabriquetas de queijo. É no bojo desse processo que se dá a criação da Cooperativa Regional da Serra Geral de Porteirinha Ltda - CRESCER, em 1999. O empreendimento está localizado no Município de Porteirinha/MG e seu processo de institucionalização teve o apoio do Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), SEBRAE e EMATER.

Inicialmente a Cooperativa CRESCER produzia apenas o queijo. Em 2001, quando o empreendimento assume a condição de laticínio, a organização passa a produzir outros produtos derivados do leite. Atualmente são produzidos os seguintes produtos: muçarela; leite pasteurizado; queijo minas padrão; ricota e parmesão.



**Foto 2: Cooperativa Crescer - Município de Porteirinha**

Os produtos da Cooperativa são comercializados no mercado convencional em vários municípios do Norte de Minas. No mercado institucional, a Cooperativa vem, desde 2009, comercializando seus produtos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O Grupo produtivo do leite da comunidade não estabelece relações comerciais com a Crescer e com a Cristal, cooperativa de Riacho dos Machados, município vizinho. Eles trabalham com unidades mais próximas da comunidade, já que não possuem nenhuma estrutura de resfriamento nas propriedades. O leite retirado diariamente é transportado em motocicletas, armazenado em galões.

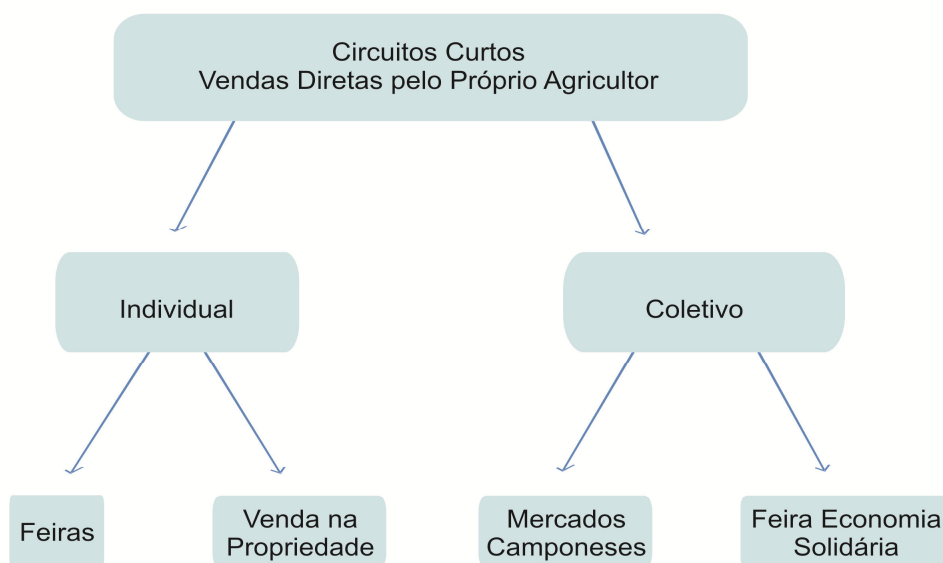
No caso das frutas, eles armazenam em caixas plásticas deixadas pela Cooperativa Grande Sertão e são recolhidas quando a carga fica completa com os produtos das famílias que entregam. Por não possuir estrutura de beneficiamento na comunidade, as famílias, de modo geral, não dominam e nem têm autonomia em todos os segmentos das cadeias produtivas. O processo vai da produção à comercialização direta dos produtos que são vendidos *in natura* na feira livre ou vendidos no mercado institucional.

## **2.8 Tipologia dos sistemas de comercialização dos camponeses de Várzea Comprida**

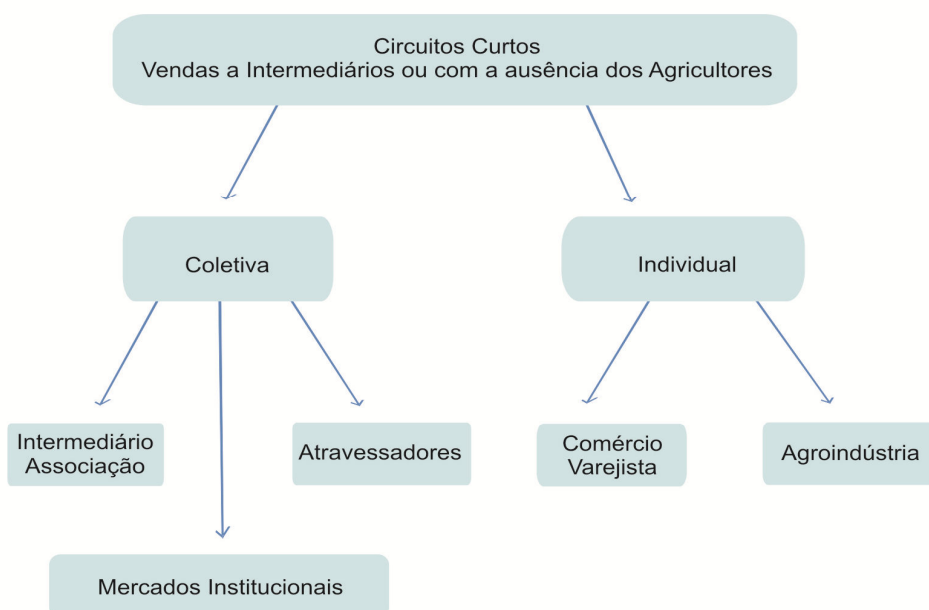
Em termos de canais de comercialização, a produção dos camponeses de Várzea Comprida pode chegar até os consumidores por uma diversidade de canais desde aqueles de venda direta aos consumidores, em que o produto continua a ser propriedade do produtor até sua atribuição para o consumidor, a aqueles em que os produtores vendem seus produtos a intermediários, que por sua vez, vendem para os consumidores, com ou sem agregação de valor. Os Camponeses de Várzea Comprida utilizam em geral os circuitos curtos de proximidade, vendem de forma individual e de forma coletiva, via Associação. Os circuitos curtos de comercialização são, portanto, mediações atuais de venda que fazem com que a produção camponesa chegue até os consumidores sem muita intermediação. Com base na pesquisa empírica, e nas figuras 8, 9 e 10 sobre a cadeia do leite, do mel e das frutas e legumes, apresenta-se uma tipologia dos canais de venda direta e dos circuitos curtos de comercialização.

A noção de circuito curto e circuito longo não faz referência à distância física entre produtores e consumidores e sim ao número de intermediários entre produção e consumo (François et al, 2000). Neste trabalho, consideramos que um circuito curto envolve no máximo um intermediário. Aliado a isso, consideramos a dimensão territorial, por meio do estabelecimento de distâncias em km para delimitar o circuito de proximidade. Assim, um produto que possui venda direta ou no máximo um intermediário, constitui um circuito curto de proximidade. Neste caso, considera-se a intermediação e a distância física percorrida pelo produto até o consumidor.

As tipologias das FIGURAS 16 e 17, construídas a partir da literatura e da pesquisa empírica, mostram uma sistematização da análise realizada até esta parte.



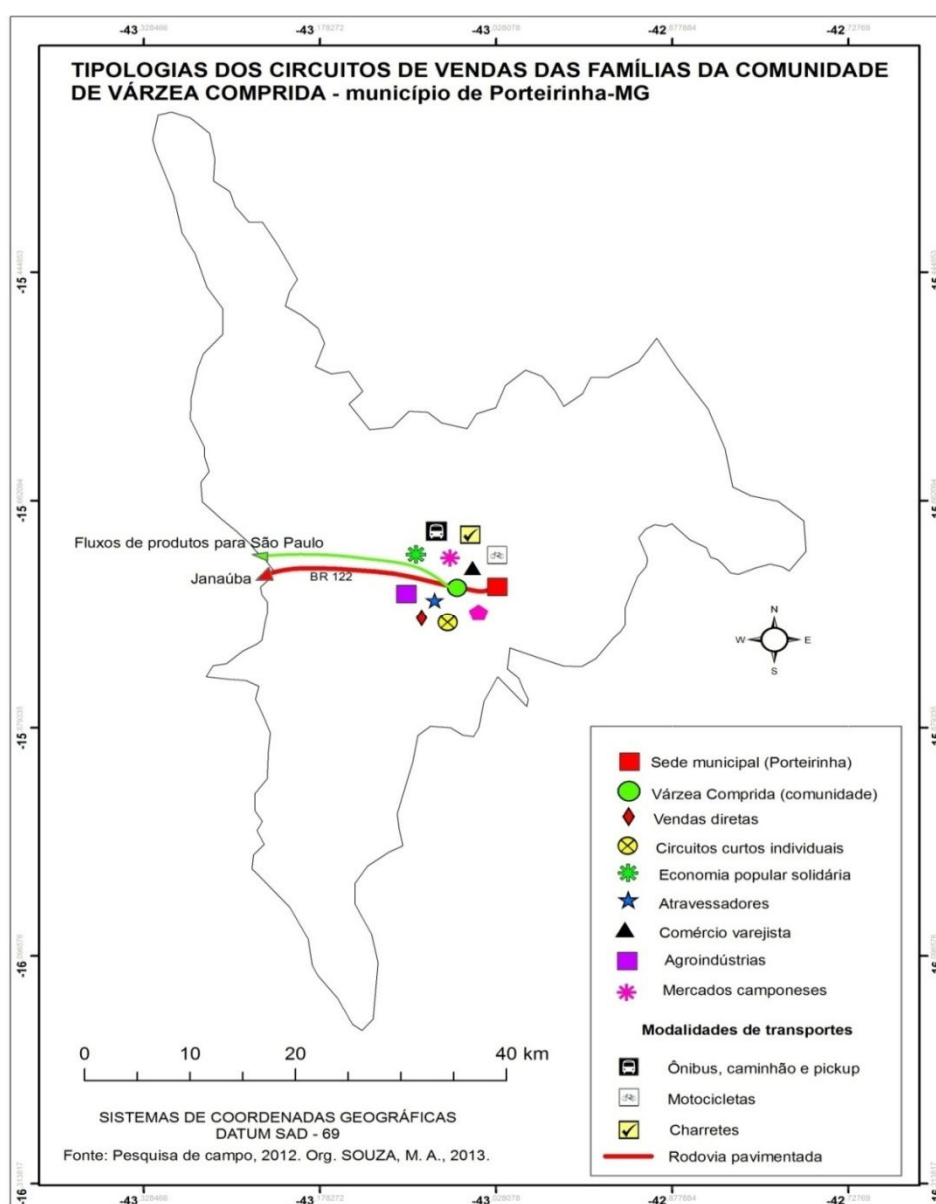
**Figura17: Tipologia dos sistemas de venda direta.**  
**Fonte:** Adaptação da autora a partir da publicação (2007) de *Typologie des systèmes de vente directe e em circuits courts. Uma experiência Francesa.*



**Figura18: Tipologia dos sistemas de venda em circuitos curtos.**  
**Fonte:** Adaptação da autora a partir da publicação (2007) de *Typologie des systèmes de vente directe e em circuits courts. Uma experiência Francesa*

O mapa 2 sintetiza as diversas formas e movimentações dos produtos da comunidade Várzea Comprida, incluindo todas as tipologias encontradas nos processos de comercialização das famílias. Além dos circuitos apresentados, mostra as modalidades de transporte utilizadas pelas famílias. Para as feiras, escolas e sede do município utilizam motocicletas, charretes, carros pequenos e ônibus. No caso dos mercados de São Paulo, o transporte utilizado tem sido os caminhões e ônibus, cujos bagageiros vão carregados de caixas de produtos.

O capítulo seguinte analisa o modo como o Estado, por meio de sua ação, tem apoiado ou dificultado o desenvolvimento da economia camponesa, especialmente no que refere à comercialização dos produtos.



**Mapa 2: Tipologias dos circuitos de vendas das famílias pesquisadas**  
Fonte: SOUZA, M. A., 2013.

O capítulo seguinte analisa o modo como o Estado, por meio de sua ação, tem apoiado ou dificultado o desenvolvimento da economia camponesa, especialmente no que se refere à comercialização dos produtos.

### **3. Políticas de apoio à agricultura camponesa e à circulação dos seus produtos**

A interferência do Estado na atividade agrícola e no modo de vida camponês pode ocorrer por meio de um conjunto de políticas que interferem sobre o acesso à terra, melhoria da infraestrutura; acesso a recursos; apoio à produção como pesquisa agrícola, assistência técnica, crédito; apoio à comercialização (garantia de preços, aquisição de produtos, armazenamento, transporte, compras preferenciais); sobre a tributação/subsídios aos produtos agrícolas; proteção social e políticas sociais (habitação, saúde, educação, entre outras).

Este capítulo busca analisar as políticas públicas de desenvolvimento rural que incidem na Comunidade de Várzea Comprida, com destaque às políticas e ações do Estado que contribuem para facilitar ou dificultar a circulação dos produtos agrícolas. Entendemos que a compreensão da ação do Estado sobre os fluxos, redes e a circulação dos produtos não deve ser isolada do *mix* de políticas que interferem nas esferas produtivas e na vida social, tais como as políticas de desenvolvimento territorial, de desenvolvimento social e de desenvolvimento econômico rural.

Por isso, a análise será feita considerando a interação ou não de um conjunto de políticas que interferem em várias dimensões da qualidade de vida, da atividade produtiva e da circulação dos produtos agrícolas, denominado *mix* de políticas para o rural. O capítulo começa com breve histórico acerca da presença do Estado na Comunidade com políticas pontuais, programas específicos até um conjunto mais amplo de políticas que buscam atuar de modo concertado em várias dimensões nos processos e dinâmicas locais. Busca analisar a ação do Estado através de seus programas e políticas evidenciando em que medida estas ações fortalecem ou fragilizam os processos de produção, beneficiamento e comercialização dos produtos oriundos da agricultura camponesa.

O Estado torna complexa sua ação na medida em que se organiza com muitas instâncias que pouco dialogam entre si. A organização em vários ministérios e secretarias ilustra essa fragmentação. No âmbito do poder federal, a agricultura familiar encontra-se subdividida em três secretarias: a Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, a Secretaria de

Reorganização Agrária – SRA e a Secretaria do Desenvolvimento Territorial – SDT, sob a orientação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF que elabora e executa as políticas públicas para a agricultura. No caso específico da comercialização, tem-se a interferência do MAPA que regulamenta a comercialização dos produtos agrícolas via CONAB<sup>23</sup> e legislação sanitária.

Segundo Sabourin (2009 ),

Indiretamente a ação do MAPA envolve também a agricultura familiar. Ele se encarrega da regulamentação da comercialização dos produtos e estoques, por intermédio da CONAB, da legislação dos controles sanitários ou de qualidade e também da pesquisa agrônômica, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Esta organização setorial dos ministérios leva a uma separação das políticas de desenvolvimento rural, agrícola, social e Ambiental, e a uma especialização das secretarias em função dos públicos-alvo, agricultores familiares, beneficiários da reforma agrária ou das infra- estruturas públicas de irrigação, produtores da agricultura patronal, etc (SABOURIN, 2009. p. 151).

Com capital social inscrito nas redes sociais e nas redes políticas, as famílias têm acessado importantes políticas de Estado para o fortalecimento de seus sistemas produtivos. Ao mesmo tempo, algumas medidas do Estado têm dificultado a circulação dos produtos agrícolas.

### **3.1 Políticas públicas na Comunidade Várzea Comprida: da intervenção pontual à ação concertada do Estado**

No intuito de perceber a partir de que momento o Estado se torna mais presente no município de Porteirinha, e em particular na Comunidade Várzea Comprida, utilizamos o recurso da história oral, especialmente com as famílias mais antigas. Inquiridas sobre o período em que o Estado começou a atuar na Comunidade, qual foi a primeira política que eles acessaram, os moradores mais velhos atribuem ao período em que o município era grande produtor de algodão (década de 1980). Na memória coletiva, durante o ciclo do Algodão o Estado se fez muito presente na Comunidade. Segundo relato de Terezinha Maria,

---

<sup>23</sup> Companhia Nacional de Abastecimento Agrícola

Meu pai fazia a “carteira”, nome que era dado ao crédito naquela época para roça de algodão. Tudo era difícil, tinha que ter avalista, tudo era começado em Montes Claros no Banco do Nordeste e terminava aqui em Porteirinha. Ele tinha maior prazer de fazer as roças junto com todos os meus irmãos, juntar o dinheiro, ir ao banco pagar e fazer outra carteira. Como ele foi avalista de muita gente daqui na época e o banco era muito rigoroso, ele teve que pagar muitas dívidas dos outros para deixar o nome dele limpo. Não havia parcelamento como tem hoje. Além da roça ele fez também “carteira” para comprar gado. (TEREZINHA, moradora de Várzea Comprida)

As famílias do município de Porteirinha e região tiveram seus sistemas de produção completamente alterados com a chegada do algodão na década de 1980/90, período também chamado de “ouro branco”. O algodão ocupou imensas áreas de terra dos fazendeiros e empresários como também ganhou espaço nas propriedades camponesas. Na região, o cultivo de algodão constituiu uma fonte importante de renda para diversos segmentos locais (agricultores, comerciantes, empresas de beneficiamento e indústrias têxteis). Com apoio do Estado, empresários construíram grandes galpões para armazenamento dos grãos para serem beneficiados, as famílias fizeram “carteiras” de financiamentos para a lavoura, o que gerou dinamismo econômico no período.

Os grandes produtores de algodão e as empresas instaladas no município dispunham de técnicos para monitorarem a produção planejada e as famílias camponesas não dispunham desta assistência pública e nem tinham condições de pagar este serviço. Este processo durou de cinco a oito anos. Em fevereiro de 1993 foram detectadas as primeiras lavouras infestadas pelo bicudo do algodoeiro (*Anthonomus grandis Boheman*) nos municípios de Espinosa e Matias Cardoso, e um ano após sua entrada ele já foi detectado infestando lavouras em toda região produtora de algodão. Aliado a isso, houve deslocamento de algumas unidades de beneficiamento para outros estados que entraram na produção comercial de algodão, como Mato Grosso e Bahia. Com isso, o parque industrial para o beneficiamento do algodão, composto por 26 unidades à época, com capacidade instalada para processar 14,2 milhões de arrobas de algodão tinha, no final da década de 1990, 19 unidades completamente paradas e as restantes trabalhando com capacidade ociosa acima de 80%. Fora algumas que foram transferidas para outros estados, como as instalações da Sical, que deslocaram para o município de Rondonópolis, no Mato Grosso, e também, a Acial, que foi transferida para Barreiras-Ba (Antunes Filho, 2000).

Em poucos anos os sistemas diversificados das famílias, destinados à produção de fibras, alimentos e criação de animais, cederam lugar à homogeneização dos sistemas considerados modernos (Dayrell, 1998). Em 1992, a crise gerada pela entrada do bicudo e



pelos baixos preços pagos pelo algodão obrigou a uma drástica diminuição do plantio do algodão. A pecuária de leite foi uma das poucas alternativas que restaram aos camponeses que possuíam uma gleba de terra um pouco maior e que resistiram durante este período crítico, entre eles, os que continuaram apostando na diversidade de cultivos.

Nos anos seguintes, com algumas famílias endividadas por causa da perda das lavouras em função da praga que dizimou roças inteiras de algodão, as políticas de crédito passaram a ser acessadas somente por aquelas famílias mais estruturadas financeiramente que conseguiram quitar as dívidas contraídas. *“Houve ainda uma fase curta que foi a implantação da monocultura da mamona, onde o Estado apoiou empresários que dominaram completamente a cadeia da oleaginosa e estes contratavam áreas dos agricultores camponeses para o plantio”*. Segundo relato de Aparecido Souza, ex-Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Paulatinamente as famílias foram retomando suas culturas tradicionais, dando lugar novamente ao milho, sorgo, mandioca e outras nas áreas que até então eram destinadas ao algodão. Este período foi para reorganizar a produção e o pagamento das dívidas contraídas com os agentes financeiros. Foi uma fase de buscar saídas e rumos para a agricultura na região.

No cenário político nacional, em Brasília/DF, ocorriam manifestações de pequenos agricultores de todo o país, inclusive com forte participação dos agricultores de Porteirinha. Liderados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e outras organizações que lançaram o *Grito da Terra Brasil* em uma campanha que reivindicava para a agricultura camponesa uma política de financiamento, assistência técnica e outros direitos sociais específicos. Tal reivindicação resultou na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

A criação desse Programa veio do reconhecimento público de que a ação do Estado por meio de suas políticas de crédito e subsídios para a agricultura foram viesadas em termos territoriais, sociais e de determinados produtos. Isto é, em termos territoriais a maior parte dos recursos foi direcionada para a região centro sul do país; em termos de grupos sociais, privilegiou os grandes produtores; em termos de mercados, priorizou os produtos de exportação em detrimento dos alimentares, produzidos majoritariamente pelos camponeses, conforme Kageyama (2000).

Tudo isso contribuiu para a intensa mobilização camponesa no período. Como parte das políticas de desenvolvimento do semiárido, como resposta às reivindicações, uma das iniciativas do Estado, no final dos anos 1990, por meio de uma de suas instituições de

desenvolvimento regional, o (Banco do Nordeste do Brasil - BNB) foi à instalação de uma nova modalidade de projeto que incluía além do crédito rural um agente de desenvolvimento em cada localidade. Esta modalidade ficou conhecida como Projeto *Farol do Desenvolvimento*<sup>24</sup>. A Comunidade participou ativamente das oficinas promovidas pelo agente e realizou diagnósticos produtivos e sociais a partir destes eventos. Destes diagnósticos, a produção do leite já aparecia como um produto de destaque da comunidade. Segundo, relato de Aparecido Alves de Souza<sup>25</sup>

O agente elaborava o projeto, a família assinava e ele comprava as vacas e entregava para as famílias. Este projeto chamava “vaca preta” na linguagem dos agricultores, pois eles receberam vaca que não se adaptava ao clima e às condições da região. Vinha vaca doente, vaca que era transportada de longe e quando chegava à propriedade morria logo, vaca da região do triângulo mineiro e outras regiões diferentes da nossa (APARECIDO Souza, ex-Diretor do STR de Porteirinha).

O relato acima aparece em outras falas dos moradores da comunidade. As famílias contam que a “carteira” era feita no Banco para comprar vaca, mas quem escolhia o plantel era o agente de desenvolvimento, *“todo mundo aqui comprou vaca, quer dizer fez a carteira para comprar vaca, mas quem comprou mesmo e entregou aqui foi o técnico”*. Segundo relato de um morador - que prefere não se identificar acrescentou que *“muita gente ficou no prejuízo, quando chegava o dia de pagar a “carteira” era preciso vender uma vaquinha e acabar com o patrimônio, o técnico nem aqui aparecia... a gente teve que se virar”*.

Outros moradores, que também preferem não se identificar, afirmam que este projeto funcionou diferente na própria comunidade, *“se por acaso eu e mais três pessoas ia comprar vaca, o técnico arrumava um vendedor de fora que juntava os animais que iriam ser vendidos por ele e trazia aqui e a gente escolhia”*. Simultaneamente a estes projetos públicos, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha procurou estimular a produção camponesa local, cujas bases se assentavam nos princípios da agricultura sustentável e agroecológica. Apoiava pequenos projetos de criação animal que incluía aves, suínos e abelhas em

---

<sup>24</sup>Foi lançado o Farol do Desenvolvimento, em todos os 1.873 municípios da área de atuação do Banco. O Farol do Desenvolvimento é um espaço aberto para discussões com as lideranças sobre a realidade local, objetivando diagnosticar a situação atual e desenvolver ações a partir de uma visão compartilhada do município, com organização e foco de atuação voltado para as oportunidades concretas de desenvolvimento do município. Com esse instrumento, o Banco reforçou a ação desenvolvimentista local e avançou na questão da cidadania, uma vez que o programa estimula a comunidade a decidir – e fazer – os caminhos de seu próprio desenvolvimento. FONTE: Site BNB, consultado dia 25/02/2013.

<sup>25</sup>Ex-diretor do STR de Porteirinha, nesta época ocupava a “pasta” da Secretaria de Formação da entidade em entrevista.

contraposição aos projetos públicos de desenvolvimento. “*A gente não era contra a criação de vaca, mas para nós do Sindicato, a agricultura do pequeno deve ser diversificada e a estrutura da propriedade não aguentava muitas vacas, a maioria do povo tem pouca terra*”, relata Aparecido Souza. Mais um ciclo de projetos encerrado e mais uma vez as famílias endividadas ao final.

O final dos anos 90 do século XX é marcado pela chegada do PRONAF na Comunidade. Ele entra por meio dos técnicos da Emater que prestam assistência técnica às famílias incentivando a produção familiar. Recursos de custeio e investimentos foram destinados à melhoria de pastos e aquisição de vacas, além de projetos na área da produção de hortaliças e roças. De acordo com o morador Adão Custódio<sup>26</sup>,

O Pronaf foi uma conquista nossa e ele foi e continua sendo importante para fortalecer a agricultura familiar. Aqui na comunidade, quase todas as famílias fizeram e fazem o Pronaf. É o crédito mais acessado e serviu muito para reestruturar as roças do povo aqui. As condições de pagamento são boas e não temos muitas inadimplências na Comunidade (ADÃO Custódio, liderança local/regional de Porteirinha).

Os beneficiários do PRONAF podem ser classificados em quatro grupos especiais: A, B, C e D. O grupo A é constituído pelos agricultores familiares assentados em projetos de reforma agrária; o B, por agricultores familiares, de renda mínima, que são assalariados rurais com estabelecimento rural ou famílias com estabelecimento rural que exercem atividades não agropecuárias; o grupo C, é constituído de agricultores familiares descapitalizados ou por trabalhadores rurais descapitalizados com atividades não agropecuárias em estabelecimento rural; e o D, por agricultores familiares com maior nível de capitalização e que exercem atividades não-agropecuárias em estabelecimento rural.

Em Várzea Comprida, o principal crédito acessado nos últimos anos tem sido o PRONAF nas modalidades B e C. Timidamente aparece um percentual pequeno no PRONAF Jovem<sup>27</sup> que neste caso integra o crédito familiar compondo os recursos para investimento na propriedade, e PRONAF Mulher. O GRAF. 15 (cap. 2) mostrou as modalidades de crédito acessados pelas famílias de Várzea Comprida: cerca de 24% das famílias são beneficiárias do

---

<sup>26</sup>Morador que nasceu e vive na comunidade, atual presidente da Associação local, ex coordenador geral do STR de Porteirinha e atual secretário de Governo da Prefeitura de Porteirinha em entrevista.

<sup>27</sup>PRONAF Jovem. Projetos específicos de interesse de jovens agricultores, de 16 a 25 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou que tenham participado de cursos de formação profissional.

Pronaf B; 21% do Pronaf C; 6,1 % do Pronaf jovem, 3,0% Pronaf mulher; e 18% do Seguro Safra.

Outro crédito acessado é o Seguro Safra, como é conhecido pelas famílias. Recentemente recebeu uma nova denominação pelo Governo que é o Garantia Safra<sup>28</sup> e tem sido acessado por algumas famílias. Este projeto é uma ação do PRONAF destinado a agricultores e agricultoras que residem e desenvolvem suas atividades agrícolas majoritariamente no semiárido brasileiro que sofrem perda de safra em função da seca ou do excesso de chuva. O estado e o município precisam aderir ao programa para que as famílias também possam ser atendidas por ele.

Dentre as várias categorias de políticas públicas de apoio à agricultura camponesa, a comunidade de Várzea Comprida não acessa o Programa *Água Para Todos/Cisternas*. Isso é explicado pelo fato de a comunidade está localizada nas margens do Rio Mosquito e não sofre com o problema da escassez de água como outras comunidades do município, embora tenha problemas com a qualidade da água em função dos dejetos que são lançados na zona urbana de Porteirinha. Não foi incluída nos Programas *Minas Sem Fome*<sup>29</sup>, *Bolsa Estiagem* e *Luz Para Todos*, já que a comunidade dispõe de energia em todas as residências, produz para a segurança alimentar e para mercados e com a quota pequena que o município dispõe do Bolsa Estiagem os recursos vem sendo destinados para comunidades que apresentam maior escassez de água e dificuldades no campo da produção.

Alguns atores locais apontam para a ação contraditória do Estado na promoção da economia local e citam como exemplo o Programa Minas Sem Fome:

---

<sup>28</sup>O Garantia-Safra (GS) é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) voltada para os agricultores e as agricultoras familiares localizados na região Nordeste do país, na área norte do Estado de Minas Gerais, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e na área norte do Estado do Espírito Santo — área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), majoritariamente Semiárida — que sofrem perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuvas. Para participar do Garantia-Safra, é necessário que, anualmente, estados, municípios e agricultores localizados na área de atuação da SUDENE façam adesão ao GS. Os agricultores que aderirem ao GS nos municípios em que forem detectadas perdas de, pelo menos, 50% da produção de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho ou outras atividades agrícolas de convivência com o Semiárido, receberão a indenização prevista pelo Garantia-Safra diretamente do governo federal, em até seis parcelas mensais, por meio de cartões eletrônicos disponibilizados pela Caixa Econômica Federal. O valor do Garantia-Safra e a quantidade de agricultores a serem segurados pelo GS são definidos anualmente durante a reunião do Comitê Gestor do Garantia-Safra. FONTE: Site do MDA.

<sup>29</sup>O Minas Sem Fome, executado pela Emater-MG, é um Programa do Governo de Minas Gerais, que tem o objetivo estratégico de buscar a segurança alimentar e nutricional, com redução da pobreza, resgate da cidadania e inclusão produtiva, conforme expresso no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2007–2023. FONTE: site: EMATER/MG

O projeto Minas Sem Fome distribui ração que vem de fora, enquanto temos aqui sorgo, milho e outros produtos que poderiam ser processados por nós mesmos. Traz os pintinhos de granja, enquanto temos ótimas variedades de galinhas caipiras na região e todas as sementes que trazem para a região são sementes híbridas, representando uma contradição já que temos tanto trabalho com sementes aqui no Sindicato. Ora se tem projeto do próprio Governo para fortalecer a produção, como o exemplo do PRONAF e na hora de comprar aves, sementes e adubos para famílias daqui do município e eles trazem de fora...alegando que precisam de notas fiscais, escala, etc...não deveria ser assim. O Estado deveria fazer projeto que valorizasse os produtos locais viabilizando inclusive uma legislação para garantir este tipo de venda para os projetos (ELTON Barbosa - Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais).

Apesar do reconhecimento de diversas conquistas de apoio à agricultura camponesa, permanecem algumas críticas em relação aos projetos públicos. Estas críticas estão relacionadas aos processos burocráticos para liberação dos recursos, ao trabalho da Assistência técnica que faz o projeto e não tem mecanismo e nem condições de acompanhar a execução. Existe um percentual que é pago na elaboração, mas não há recurso suficiente para a assistência técnica para todas as famílias.

De acordo com Sabourin (2009),

A política específica de agricultura familiar implantada desde 1995 constitui um progresso do ponto de vista de sua concepção e das tentativas de levar em conta as realidades do público alvo. Todavia ela apresenta duas grandes limitações. Em termos de estratégia, continua pouco diferenciada, focalizando um tipo de agricultor que é *minoritário*, sobretudo no Norte e Nordeste: o empreendedor familiar integrado ao mercado. Em termos de aplicação, o crédito e o apoio técnico continuam dependentes de instituições inadaptadas: os bancos generalistas, que só aceitam aplicar o crédito ao pequeno produtor em troca de garantias e de remuneração de seus serviços, e os serviços de extensão ultrapassados que carecem de meios suficientes. (SABOURIN, 2009 p. 144).

Conforme depoimentos de moradores da comunidade acerca do crédito e da assistência técnica, durante anos estes serviços estiveram condicionados a antigas estruturas do sistema financeiro que colocava dificuldades de aprovação a projetos diferenciados e inovadores, em acordo com Sabourin (2009). Segundo Aparecido Souza,

O grupo chegava com um projetinho de apoio a apicultura que incluía compra de caixas, roupas, fumegador e decantador e o banco falava que não tinha crédito para apoiar esta atividade. Tinha para vaca, cerca pasto, etc”. Segundo ele, “carteira de projetos para outras regiões do Nordeste era a mesma para o Norte de Minas. Nesta época havia somente o BNB que atuava como agente financiador da pequena agricultura. (APARECIDA Souza, ex diretor do Sindicato)

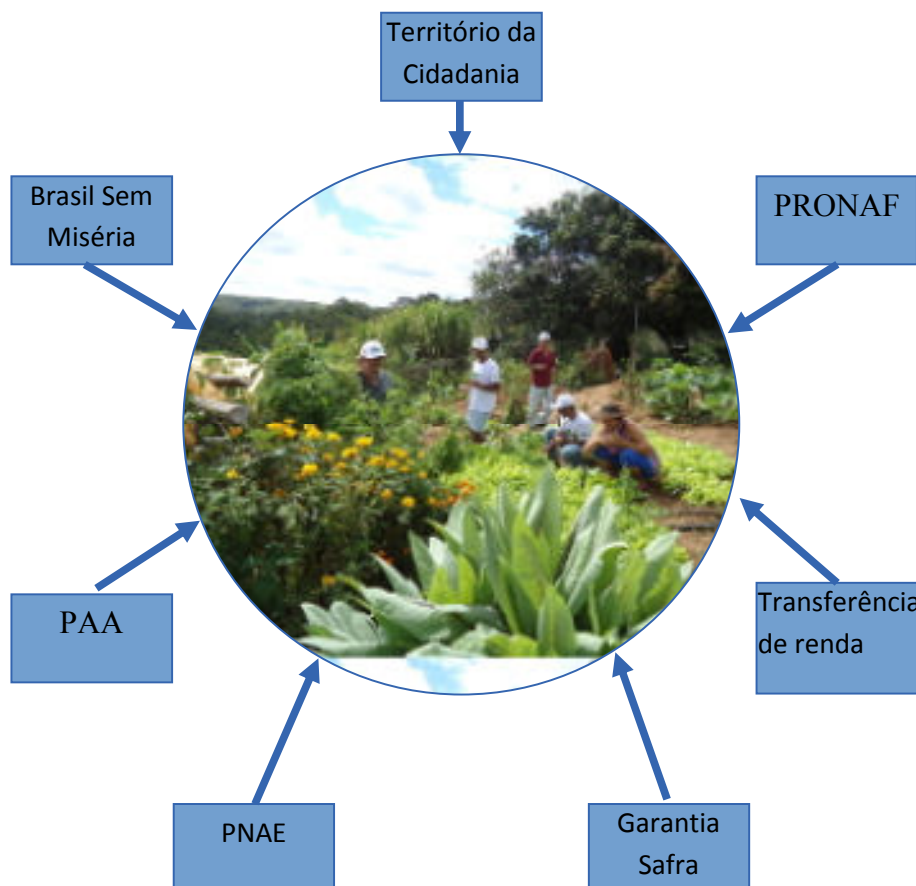
Alguns ensinamentos deste período serviram para que o próprio Governo reformulasse as modalidades de crédito, prazos e condições de pagamentos para as famílias e a criação de políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Aquisição Escolar (PNAE) entre outras ações concertadas com vistas ao desenvolvimento em suas dimensões territorial, rural e social.

### **3.2 Mix de políticas de desenvolvimento com incidência no território**

A intervenção do Estado na agricultura camponesa se amplia a cada fase do desenvolvimento brasileiro. Temos no período mais recente um *mix* de políticas com incidência no território com intuito de diminuir as desigualdades sociais no campo e melhorar a qualidade de vida das famílias a partir do fortalecimento da agricultura camponesa. Dentre os Programas para a região Semiárida, os agricultores do município de Porteirinha acessam: Territórios da Cidadania, Água para todos, Crédito Fundiário, Programa de Transferência de Renda, PRONAF, PAA, PNAE, Garantia de Safra, o Programa do Biodiesel. O Governo do Estado de Minas Gerais tem o Programa Minas Sem Fome e faz parte dele o Leite pela Vida. Além desse conjunto de políticas, o Estado brasileiro possui uma política pública de Assistência Técnica Rural.

O repertório de programas e políticas públicas destinadas à agricultura camponesa se ampliou e abriu um leque de possibilidades para que as famílias possam ter o apoio do Estado em suas dinâmicas de produção, de acesso a mercados e de bem estar social geral. A partir do PRONAF, diversos projetos e programas públicos foram criados. Nos estados da Federação estes projetos ganham aspectos regionais e em alguns casos recebem mais recursos financeiros para ampliar suas ações e fortalecer a agricultura local, como exemplo do Programa Leite Pela Vida, em que o Estado de Minas entra com uma contrapartida ampliando o número de famílias beneficiadas.

No caso do semiárido brasileiro, que inclui o território pesquisado, no primeiro período do Governo Lula (1994/1998), o bioma e suas populações foram pautados como prioridade e algumas políticas foram direcionadas para esta região, como o Programa do Biodiesel, com as primeiras plantas inauguradas em Minas Gerais, Bahia e Ceará; Programa Água Para Todos, Programa do Leite pela vida e outros. Deste conjunto de políticas para o semiárido brasileiro, a comunidade vem acessando algumas modalidades, conforme expressado na FIGURA 19.



**Figura 19: Projetos e políticas públicas presentes na comunidade de Várzea Comprida.**

Fonte: pesquisa empírica realizada nos meses de agosto a novembro de 2012.

As famílias de Várzea Comprida, em sua maioria (97%), não contam com assistência técnica. Na relação histórica da comunidade com a assistência técnica pública houve um determinado período em que a presença da Emater foi sistemática, principalmente no período que contavam com uma técnica do “bem estar social”. Nesta época havia muitas reuniões, projetos que envolviam toda a comunidade. *“Se houvesse uma assistência técnica mais permanente e presente na comunidade poderíamos ter melhores resultados na produção, no beneficiamento e na comercialização de nossa produção”*. Segundo um morador da Comunidade *não é falta de vontade dos técnicos em visitar as famílias, são as condições de trabalho deles que muitas vezes se limitam a burocracia da empresa ou ao excessivo número de famílias para acompanhar.*

Para Buainain *et all* (2007, p.32),

Em muitos programas de crédito para atender produtores pobres, os órgãos estaduais de extensão rural têm sido designados como representantes oficiais do Estado na operacionalização do programa. Eles são os responsáveis por atestar se os agricultores que solicitam recursos desses programas são de fato o público-alvo. Além de fornecer essa certificação, emitem também parecer técnico para as solicitações de financiamento. Para o crédito de custeio, por exemplo, eles auxiliam os agricultores a descrever onde os recursos serão utilizados. Para crédito de investimento, eles devem auxiliar os agricultores a elaborar um projeto técnico, justificando a viabilidade. Por fim, nos casos em que esses serviços são oferecidos gratuitamente, os custos de transação da operação de crédito serão reduzidos tanto para os tomadores quanto para os emprestadores. (BUANAIN, 2007.p.32)

A reflexão sobre o acesso ao crédito nos remete a questão relacionada com a necessidade colocada pelo sistema financeiro de elaboração de projetos para acessar os créditos e esta elaboração que requer competências especializadas, passa obrigatoriamente por uma instituição ou empresa de assistência técnica. Ou seja, a família camponesa dificilmente consegue acessar o crédito diretamente sem a elaboração de um projeto e isto se aplica ao PRONAF, PAA, PNAE e outros. Esta relação coloca as famílias dependentes da Assistência Técnica nos processos que exigem elaboração de projetos como nos exemplos citados. O PAA e PNAE têm sido a grande novidade das políticas públicas nos últimos anos.

Além das políticas e programas citados, existe em municípios do território da Cidadania Serra Geral projetos de cunho cultural como Arca das Letras, que distribui para as comunidades livros, revistas e publicações destinadas principalmente para crianças, jovens e adolescentes em sistema de empréstimos para leituras. O controle é feito geralmente por uma liderança local. As estações digitais com computadores e capacitações para as comunidades rurais são equipamentos doados para a comunidade com cursos de computação para os jovens.

Mas o que significa esta quantidade e diversidade de políticas para a comunidade? Uma justificativa para criação dos Territórios da Cidadania é a interação entre as diversas políticas que incidem no território. Na pesquisa empírica fica evidente o hiato entre a intenção dos *policy makers* e a apropriação das políticas pelos camponeses. Essa distância entre intenção e fatos decorre de vários fatores que vão desde aqueles ligados às instituições responsáveis pela elaboração, execução e gestão das políticas até o capital social da comunidade, a disseminação das informações e a existência na comunidade de competências técnicas para o acesso a tais políticas, entre outros. O Ministério do Desenvolvimento Agrário



- MDA busca interlocução com outros ministérios no sentido de convergir as ações na perspectiva de somar programas e recursos para o fortalecimento da agricultura camponesa.

Na avaliação das lideranças do núcleo diretivo do Território da Cidadania, as políticas de Estado encontram dificuldades de diálogo permanente, não havendo interação, intersetorialidade e complementaridade entre os projetos. Segundo eles, isso requer uma mudança de postura, um reposicionamento que saia do isolamento temático e entre numa visão e prática sistêmica, de modo a evitar uma quantidade significativa de projetos com qualidade duvidosa nos resultados.

A configuração das políticas do Estado no que diz respeito à estrutura organizacional não facilita a coordenação entre os vários instrumentos e programas. De acordo com Sabourin (2009),

Acarreta também a superposição de medidas, por vezes contraditórias (entre produção e conservação ambiental ou entre produção e legislação sanitária). Com frequência, a justaposição de políticas públicas em uma mesma região ou pela falta de correspondência entre os territórios apoiados pelo MDA e os territórios de planificação dos estados federados. (SABOURIN, 2009. P.152).

Já a comunidade não consegue localizar e/ou identificar cada política em seus respectivos ministérios. *“Tudo isto que está aí é política do governo federal”*, afirma um morador. Não importa se é MDS ou MDA, dois ministérios que atuam fortemente na agricultura camponesa, o mais importante é a efetividade do Estado através das políticas públicas que chegam à comunidade. As políticas do Estado na avaliação das lideranças do núcleo diretivo do Território da Cidadania encontram dificuldades de diálogo permanente entre elas, não há interação, intersetorialidade e complementaridade entre os projetos.

Sabourin (2009) afirma que,

a organização setorial dos ministérios leva a uma separação das políticas de desenvolvimento rural, agrícola, social e ambiental, e a especialização das secretarias em função dos públicos –alvo, assim não há apenas uma política dualística entre agriculturas familiares (MDA) e patronais (MAPA), há também uma pluralidade de políticas e de ministérios. (SABOURIN, 2009, p.151).

Um conflito evidente na dualidade entre as agriculturas empresarial e camponesa é a questão fundiária no Brasil. A realidade fundiária da comunidade, como apontada no capítulo 2, não se diferencia do quadro geral da região e do país que apresenta uma conjuntura antiga e com pouco enfrentamento que é a concentração de terra nas mãos de poucos fazendeiros e empresários locais e a baixa quantidade de terra para os camponeses locais. A terra faz parte da vida da família camponesa cuja função principal é a produção de alimentos e sua reprodução social e qualquer projeto que tenha o propósito de melhorar a qualidade de vida no campo deve incluir a política fundiária, seus efeitos sociais e estruturais.

Um programa bastante criticado pelos movimentos de luta pela terra que é o Crédito Fundiário<sup>30</sup>, não aparece no contexto do Território e conseqüentemente, da Comunidade. A crítica se fundamenta por não haver necessidade de famílias pobres pagarem por terras se existe tanta área disponível e improdutiva no país. Apesar do *mix* de políticas públicas presentes no contexto da Comunidade e da região, não há nenhum projeto que cuide da questão fundiária dos camponeses, nenhum projeto que sinalize para enfrentamento desta questão. *“O que fazer com os filhos que vão casando, o jeito é acomodar eles aqui e dividir a terrinha com eles”*. Este depoimento de um morador ilustra a necessidade de enfrentamento da questão agrária e da questão fundiária para uma ação concertada de desenvolvimento territorial.

Entre o conjunto de políticas públicas para a agricultura camponesa, cumpre analisar aquelas que incidem diretamente sobre a circulação dos produtos para o mercado tradicional e para mercados institucionais. Nesse sentido, vale destacar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Aquisição Escolar (PNAE).

### **3.3 Políticas públicas para criação de mercados institucionais para os produtos da agricultura camponesa**

Denominados como mercados institucionais no âmbito do Governo Federal, o PAA e o PNAE constituem políticas inovadoras no sentido em que busca aliar segurança alimentar e nutricional, renda e dinamização de economias locais, em consonância com experiências internacionais denominadas “quilometro zero” citado na introdução deste trabalho.

---

<sup>30</sup>O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que teve origem no Programa Cédula da Terra (PCT), também conhecido como “reforma agrária pelo mercado”, foi lançado em 1997 e implementado, como piloto, em cinco estados brasileiros (Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Minas Gerais) no início de 2003.

O PAA<sup>31</sup> e o PNAE<sup>32</sup> surgiram para complementar as ações e os resultados do PRONAF; ou seja, se a produção ganha escala para garantir a segurança alimentar das famílias e ainda houver excedente, estes produtos podem entrar tanto no PAA quanto do PNAE que são mercados instituídos pela política de governo para fortalecer a agricultura camponesa, uma opção de geração e ampliação de renda das famílias. O PAA também contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento do mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos. Ele ainda permite aos agricultores familiares comercializarem seus produtos sem a mediação de atravessadores que se apropriam de uma margem do preço dos produtos agrícolas, contribuindo para redução da renda dos agricultores.

O Programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial. A modalidade acessada pela comunidade tem sido basicamente a Compra Direta da Agricultura Familiar, que é a aquisição de alimentos pelo Governo Federal a preços de referência (situados em uma faixa intermediária entre o preço mínimo e o preço de mercado), de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações). Esta modalidade visa apoiar a agricultura familiar, mediante a compra direta da produção como também constituir reserva estratégica de alimentos. É operacionalizado pela CONAB via Associação Local. Outras modalidades<sup>33</sup> não são acessadas pelas organizações que atuam na comunidade como a

---

<sup>31</sup>Programa criado no âmbito do CONSEA em julho de 2003 pela Lei 10.696/03.

<sup>32</sup>Com a aprovação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e da Resolução FNDE nº 38, que no mínimo 30% do valor enviado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem ser utilizados obrigatoriamente na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural com dispensa de licitação

<sup>33</sup>**Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar** também denominada como Formação de Estoque da Agricultura Familiar. O agricultor recebe antecipadamente até 100% dos recursos para compra de matéria-prima, embalagens, pagamento dos fornecedores e demais despesas inerentes à produção. Dessa forma, tem o intuito de produzir e formar estoques em suas próprias organizações, para vender com maior valor agregado ou em momentos oportunos. São beneficiadas as organizações que sejam formadas por no mínimo 80% de agricultores familiares enquadrados no PRONAF. Para participar desta modalidade, as organizações enviam uma Proposta de Participação à CONAB. Nesta proposta, deverão constar as seguintes informações: quais os produtos que serão adquiridos e estocados, o prazo necessário para formação de estoque, os valores e os produtores que serão beneficiados. A partir da aprovação da proposta e com base nestas informações, a CONAB disponibiliza os recursos financeiros para aquisição dos produtos, mediante a emissão das Cédulas do Produtor Rural (CRP Estoque). A operacionalização desta modalidade é realizada pela CONAB. **Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite:** esta modalidade é operada pelo MDS e tem como finalidade incentivar o consumo e a produção familiar de leite. Também tem o intuito de diminuir a vulnerabilidade social, por meio do combate à fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço. **Contrato de Garantia de Compra:** O Governo estabelece com os agricultores um contrato de compra que assegura, no período de plantio da safra, a aquisição dos produtos da agricultura familiar a preços compatíveis com a expectativa dos mercados regionais para a época da colheita.

Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar, Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite e Contrato de Garantia de Compra.

Segundo o Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada – IPEA (2010), esses programas governamentais têm o objetivo de incentivar a agricultura familiar. Compreendem-se ações juntamente com a distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, recompensando a agricultura camponesa com venda a preço justo, de forma a remunerar o investimento e o custeio da lavoura, incluindo a força de trabalho, e permite ao camponês ter recursos financeiros suficientes para a sobrevivência de sua família com dignidade. Aspecto importante destas iniciativas é a promoção da produção agroalimentar e o enfrentamento simultâneo da necessidade de criação de oportunidades de trabalho e de renda às famílias do campo, além de contribuir para a ampliação e melhoria da oferta de alimentos mais saudáveis.

Os resultados preliminares de avaliação do PAA pelo IPEA<sup>34</sup>, na fase inicial de execução do programa, indicaram a necessidade de ajustes e, para melhoria, apontou ações principalmente no campo da gestão e do financiamento. Recentemente em seminário organizado pela ASA e CONAB, após constatação da própria CONAB do baixo acesso da região semiárida no PAA em relação a região Sul e Sudeste, concluiu-se:

Entendemos que o acesso ao mercado institucional tem contribuído para a geração de renda e segurança alimentar para as famílias agricultoras do semiárido. O ingresso nesse mercado, particularmente na compra com doação simultânea, promoveu o acesso dos agricultores familiares a um mercado próximo, capaz de absorver grande diversidade de produtos e de se ajustar, em certa medida, às variações sazonais. A abertura do mercado institucional para a agricultura familiar também gerou em grande medida a necessidade de organização dos agricultores e agricultoras em associações e cooperativas, o que teve reflexo na possibilidade de investimento na infraestrutura familiar, mas que ainda pode ser notado de uma forma tímida. Esse diálogo com as políticas e programas tem contribuído inegavelmente para o fortalecimento das unidades de produção familiar (CONAB, 2011)

O PAA na comunidade acontece por meio de uma Associação municipal, que em sua composição contempla uma liderança local. Ela recebe 3% dos valores de cada projeto elaborado. A Associação é assessorada pelo IDS que elabora o projeto, organiza a produção que cada família disponibiliza para a venda e negocia com a CONAB. O IDS recolhe todos os

---

Após a colheita o produtor escolhe se vende a sua produção para a CONAB, caso os preços de mercado estejam menores dos que fixados no contrato, ou para o mercado, se os preços estiverem acima.

<sup>34</sup> AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (PAA).

produtos, a CONAB confere o estoque e as entidades cadastradas recebem os produtos que foram disponibilizados.

Com o PNAE, de acordo com estudos do IPEA<sup>35</sup> assiste-se um processo que associa a soberania alimentar na medida em que as crianças consomem produtos que fazem parte da cultura local e dos hábitos alimentares familiar. Outros dois elementos devem ser considerados positivos neste programa - quando os recursos destinados a aquisição de produtos ficam no próprio município e a comercialização dos produtos da agricultura camponesa local.

Segundo o Técnico da Emater local, responsável pela execução do programa no município, a operacionalização acontece da seguinte forma:

As escolas lançam as chamadas públicas, divulgando horário, local e dia, bem como os tipos de produtos e a quantidade que serão adquiridos. Os agricultores são mobilizados para participarem da concorrência. Como a quantidade e tipos de produtos variam de escola para escola, normalmente eles agrupam de duas a três pessoas para fecharem um lote. Eles escolhem em qual escola vão entregar, já que a logística de entrega é por conta deles (CHARLES Rodrigues, técnico da EMATER).

Durante a realização da coleta dos dados, ao ver um edital da Prefeitura local afixado no quadro de avisos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha constava na lista de produtos a serem adquiridos à aquisição de melão e maçã, frutas que não são produzidas na região e que se misturava com outros itens que poderiam ser fornecidos pelas famílias. Segundo, o diretor do Sindicato, *“este tem sido um dos problemas do programa, o pessoal que faz o cardápio não coloca as frutas e produtos de nossa região”*. Mas segundo o técnico da Emater local acerca deste fato ele afirma que *“melhorou muito, isto foi só no início do programa, hoje as diretoras nos procuram para ajudar na elaboração dos cardápios para contemplar os produtos da agricultura local”*.

Outro problema citado por este mesmo diretor se localiza nos processos organizativos da própria agricultura camponesa não só no município como em todo o território. O nível de organização da produção para garantir regularidade, qualidade e capacidade logística de operar com o PNAE e PAA fragiliza os processos. Esta precariedade está localizada na falta de planejamento produtivo com calendário de safra principalmente das frutas e dos produtos nativos, associado ao diálogo permanente com os gestores para apoiar esta fase de preparação anterior às chamadas.

---

<sup>35</sup> AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS (PNAE, PLANFOR, PROGER): EFICIÊNCIA RELATIVA E ESQUEMAS DE INCENTIVO. Larry C. Cardoso. Luís Otávio Façanha e Alexandre Marinho. IPEA, Rio de Janeiro, 2002.

Segundo um entrevistado da comunidade, *“o que mais atrapalha o programa é a lista de produtos que vem da prefeitura que muitas vezes a gente não tem o produto. Agora melhorou bastante, mas no início era difícil prá gente entregar os produtos”*. Outro aspecto verificado nos processos operativos do PNAE está relacionado com a quantidade de produtos que cada escola divulga nas chamadas públicas. Como o programa vem sendo executado somente pelas Escolas Estaduais, que se localizam prioritariamente na área urbana do município, o percentual – de pelo menos 30% – indicado na lei é cumprido rigorosamente, segundo o mesmo técnico da Emater. Assim, mesmo tendo produção suficiente para entregar mais do que o percentual indicado como mínimo na lei, eles não conseguem entregar um volume maior em função desta visão de que *“o mínimo exigido”* deve ser seguido.

Como são poucas as escolas da rede estadual, acaba que cada chamada a demanda é baixa, por isto eles fazem pequenos grupos, como no caso das famílias da Várzea Comprida que entregam produtos. As famílias nem conseguem chegar ao teto anual, em função do baixo percentual de produtos colocados nas chamadas pelas escolas. Caso este percentual aumente, as famílias da Várzea Comprida conseguirão atingir o valor anual destinado pelo PNAE (SÉRGIO, técnico local da Emater).

Para as famílias da comunidade que participam das chamadas e conseguem colocar seus produtos na alimentação escolar, *“o programa é muito bom, como as escolas são perto, a gente colhe os produtos e entrega no mesmo dia, produtos frescos para as crianças alimentarem”*, relata um morador. Ele afirma ainda *“que mais famílias poderiam entrar, mas tem que ser em conjunto, pois sozinho a gente não consegue ganhar a chamada, a gente junta os produtos de um e de outro para dar a quantidade que está na lista”*.

De acordo com informações do técnico da Emater, para o ano de 2013 a Secretaria Municipal de Educação que assumiu recentemente a Gestão Pública, pretende implantar o PNAE com as escolas e creches da rede municipal, ampliando assim a demanda de produtos da agricultura camponesa. Já foram realizadas reuniões para encaminhamentos neste sentido.

Aliado aos problemas identificados e relatados pela comunidade verifica-se a ausência de estrutura adequada das entidades e escolas que inviabiliza e compromete o armazenamento de produtos que podem compor o cardápio de crianças e de outros beneficiários da compra direta. Se pelo lado das famílias agricultoras e suas associações, falta estrutura para o beneficiamento, transporte e armazenamento, nas escolas públicas não é diferente. Acostumadas a receberem alimentos processados de qualidade questionável, falta às escolas equipamentos como fogões e estruturas de acondicionamento que possibilitem a preparação de alimentos apropriados que garantam a segurança alimentar e nutricional dos alunos.

Apesar das variações climáticas e do número reduzido de famílias em relação ao total da comunidade de Várzea Comprida, o PNAE ganha credibilidade e possibilidade de venda que desperta a curiosidade e o interesse de outras famílias. *“Nós aqui em casa estamos querendo produzir mais para entregar para o programa da merenda”*, afirma uma moradora. Para Osmar, que organiza a produção para a feira de Porteirinha e entrega no PNAE, *“eu vejo os preços que vendo na feira e os preços que a escola paga, aí eu escolho o que vai para cada um”*. Esta postura adotada pela família demonstra uma autonomia sobre o que vender e onde vender os produtos. Ele opta pelo melhor preço, sabendo que nos dois casos ele arca com as despesas do transporte, sendo que no caso do PNAE ele apenas compartilha as despesas com o restante do grupo, e no caso da feira livre ela transporta individualmente a produção.

No contexto geral, o PNAE pode e deve ganhar em ampliação a partir da entrada da prefeitura local no programa, demandando produtos em escala e regularidades que vão exigir uma maior articulação nos aspectos da organização da produção e de estímulo ao associativismo e cooperativismo das famílias camponesas. Esta decisão de entrada da prefeitura local pode resultar no fortalecimento da economia local pela retenção do capital gasto dentro da própria região; no aumento e diversificação da produção; no fortalecimento institucional das organizações da comunidade; na redução do êxodo rural pelo ânimo renovado das famílias; garantia de renda e aumento da qualidade de vida e aumento da formalização dos agricultores familiares por meio do cadastramento e entrada em Programas e Cooperativas/Associações. O desenho pensado para o PNAE municipal é *“centralizar as chamadas na prefeitura, tentar apoiar na logística de transporte dos produtos, armazenarem em um local e redistribuir para as escolas do município de acordo com a demanda de cada uma”*, afirma Adão Custódio, atual Secretário de Governo.

A política nacional de alimentação escolar não tinha mecanismo que orientasse a aquisição dos produtos locais abrindo caminho para gestores públicos comprarem qualquer produto em qualquer lugar do País. Feijão vindo de São Paulo, macarrão vindo do Sul do Brasil e assim com diversos produtos que foram adquiridos em gestões anteriores do Governo, conforme relato do técnico da Emater local.

A TABELA 7, com informações acerca da movimentação do PAA na região e operações através das prefeituras, demonstra a importância do programa para a agricultura familiar e para as dinâmicas econômicas da região. Há municípios, como Janaúba, que tem dois contratos cujos valores somados não ultrapassam trezentos mil reais; enquanto

Porteirinha com três contratos, ultrapassa os valores de um milhão de reais. Ter mais contratos não significa ter mais volumes de recursos financeiros.

**Tabela 7: Contratos PAA Doação Simultânea/2010 - Território da Serra Geral**

<b>Município</b>	<b>No Contratos</b>	<b>Valor(R\$)</b>
Espinosa	2	202.251,82
Jaíba	14	1.389.315,70
Janaúba	2	276.096,10
Manga	2	404.117,08
Mato Verde	2	108.079,16
Monte Azul	1	45.473,14
Nova Porteirinha	6	919.973,27
Porteirinha	3	1.004.728,73
Riacho dos Machados	1	240.189,98
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>4.590.224,98</b>

**Fonte: Prefeitura Municipal de Porteirinha/STR de Porteirinha**

O Estado, ao longo dos últimos anos, procurou fortalecer a agricultura camponesa através de políticas públicas principalmente para os processos de produção, um pouco mais para o beneficiamento através do apoio as agroindústrias familiares e coletivas. Em relação à comercialização, recentemente com o PAA e PNAE é que os produtos da agricultura camponesa chegam a outros mercados. Mas para conseguir entrar nestes circuitos de comercialização muitos desafios vem sendo superados e muito há de se construir de política para esta fase da agricultura camponesa, conforme veremos abaixo.

### **3.4 Instrumentos de Comando e Controle que interferem nas redes, fluxos e circuitos de comercialização camponesa**

As exigências e regras a que são submetidos os produtos da agricultura familiar, sejam pelo Estado, mercados e consumidores aliados à política de tributação, exigências fitossanitárias e ambientais, os desafios no campo do marketing e da logística são barreiras que dificultam o avanço de muitas unidades familiares e empreendimentos coletivos. A estrutura de fiscalização e controle está organizada em Sistema de Inspeção Federal (SIF), Sistema de Inspeção Estadual (SIE) e Sistema de Inspeção Municipal, recentemente criada no



Estado a partir do Programa Estruturador Cultivar, Nutrir e Educar<sup>36</sup> da sub secretaria da Agricultura Familiar de Minas Gerais.

As barreiras fitossanitárias, fiscais e ambientais praticadas pelo Estado brasileiro sempre normatizaram as regras e as condições para os produtos da agricultura entrarem no mercado. As exigências de padronização crescem forçando a incorporação de novas tecnologias e de mudanças no padrão de beneficiamento e de apresentação dos produtos. O marco que regula os processos de comercialização dos produtos da agricultura representa um conjunto de barreiras para os grupos comunitários, impostas por uma legislação complexa (sanitária, ambiental, trabalhista, tributária, fiscal e creditícia) que ainda não reconhece o papel destas comunidades no sistema produtivo e a relevância da promoção de empreendimentos sustentáveis para o desenvolvimento socioambiental.

Ao contrário dos empreendimentos empresariais, que recebem todo o aporte financeiro, incluindo assistência técnica para colocar o empreendimento nas condições exigidas pela legislação – a agroindústria familiar e a coletiva não conseguem responder a tantas exigências. Um exemplo evidente é a cadeia do leite, em que se exigem as mesmas condições para uma grande indústria e para a unidade familiar. Este debate não exclui a necessidade de atendimento às condições mínimas para o beneficiamento do leite, mas poderia haver uma legislação que ancorasse no seu bojo diferenças com relação ao volume de estoque e escala da produção da cadeia leiteira.

Neste sentido, Britto (2007, p.155), em seu estudo sobre os agricultores do Paraná, afirma que:

[...] de início o poder público reagiu apenas com a fiscalização e, por meio de inúmeras atuações, tentou impedir a comercialização do produto em sua forma artesanal. O problema evoluiu a proporções de um conflito anunciado, gerando, da parte dos agricultores, muitos protestos e, da parte do poder público municipal, até mesmo a elaboração de leis proibindo a comercialização. Seguiu-se com a apreensão dos produtos artesanais e a cobrança de multas pesadas para dissuadir o proprietário da idéia de elaborar e (ou) transformar produtos animais e vegetais artesanais (BRITTO, 2007, p.155).

Segundo relato de alguns moradores da comunidade que sempre levavam queijos para vender em mercados mais distantes *“a fiscalização já prendeu muitos produtos nossos nos ônibus que nos levava para São Paulo”*. Diferente da realidade do município do Paraná citado

---

<sup>36</sup>O Programa tem como objetivo garantir o direito humano à alimentação saudável, adequada e solidária, contemplando o binômio Educação-Alimentação para os alunos das escolas públicas estaduais de educação básica, potencializando a alimentação escolar, fortalecendo a agricultura familiar e promovendo a educação alimentar e nutricional.

acima, a prefeitura local não entrou com nenhuma lei regulamentando a produção artesanal e tampouco uma lei que estabelecesse critérios para beneficiamento de produtos da agricultura camponesa. O caso do leite na região retrata uma precariedade do poder público local que não possui estrutura e pessoal para atuar no acompanhamento das unidades e no fortalecimento da agricultura e agroindústrias camponesas.

Uma conquista recente ocorreu dentro do Projeto Cultivar, Nutrir e Educar, gerido pela Sub Secretaria da Agricultura Familiar do Estado de Minas Gerais, foi a publicação, em janeiro de 2012, do Sistema de Inspeção Municipal sendo necessária a adesão dos municípios ao sistema. O SIM orienta a ação fiscalizadora do IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária) que lacrava na primeira visita a unidade de beneficiamento e agora, no sentido de reorientação do processo, o técnico visita a unidade, lista as irregularidades e estabelece um prazo para as adequações sem fechar o empreendimento.

No capítulo 2, que retrata as dinâmicas da produção, beneficiamento e comercialização do leite verificamos que grande parte do produto é transportada para unidades de fora da localidade. Ou seja, se houvesse uma política que incorporasse a realidade destes pequenos empreendimentos no que diz respeito à escala e mercados, concretamente as condições para ampliação da renda das famílias da comunidade melhorariam significativamente com a agregação de valor aos produtos.

Desta forma, o Estado, ao materializar as normas e exigências da legislação sanitária, ambiental e fiscal não separando os grandes negócios dos pequenos empreendimentos, penaliza iniciativas como as que estão presentes na comunidade, nos processamentos realizados pelas famílias. Na cadeia das frutas, quando processadas pela unidade da Cooperativa Grande Sertão, em Porteirinha, as políticas que mais pesam sobre os processos estão localizadas na tributação. Neste contexto, a legislação fiscal e tributária que não distingue empreendimentos solidários e empresariais imputa a cooperativa encargos que consomem boa parte da receita arrecadada. Não existe uma legislação que incorpore componentes sociais diferenciados entre um empreendimento que gera lucro para uma pessoa e unidades que geram emprego e renda para diversas famílias nas comunidades.

No caso do mel, os processos são semelhantes ao do leite. Antes o mel era adquirido pela CONAB/PAA sem a exigência do SIF com registro sanitário. Todo o estoque era comercializado nestas condições; agora seguem estocados em vários apiários regionais, em função da mudança da regra no meio do processo. Anteriormente não havia exigência de rótulos e inspeção sanitária para a entrega do produto no PAA, atualmente exigem-se estes procedimentos, que obriga os empreendedores a reorganizarem seus processos, dificultando o

planejamento realizado. De acordo com estudos realizados pelo CAA/NM no projeto Nutre Minas<sup>37</sup>, de 80 empreendimentos diagnosticados em Minas Gerais, não há nenhuma unidade de beneficiamento do mel que conseguiu concluir os processos de adequação junto ao SIF. Há infraestrutura para o beneficiamento em Porteirinha, há produção e organização de apicultores, todavia, os procedimentos são burocráticos e lentos e até o momento nenhuma organização da agricultura camponesa conseguiu registro junto ao Ministério da agricultura para obtenção do SIF.

Enquanto o registro não sai, o mel segue engarrafado com os queijeiros que vão para São Paulo e para os atravessadores que o comercializam em Porteirinha. Os requeijões vendidos em pratos, medidas de feijão, arroz, doces enrolados em folhas de bananeiras e tantas outras formas de apresentação dos produtos nas feiras vêm sendo substituídos cada vez mais por embalagens plásticas e outras prejudiciais ao ambiente. As exigências de alguns consumidores, mas principalmente do mercado, vêm alterando os traços, sabores e armazenagem de muitos produtos. Basta ir às feiras e perceber o quanto os produtos estão ganhando embalagens, etiquetas e adesivos diferentes para atender a uma exigência externa ou determinação fitossanitária. Mas, há ainda os que permanecem mantendo suas formas tradicionais de embalagens e informações dos produtos, comunicando valores com o consumidor, mantendo sua freguesia e resistindo às modernidades impostas pelo contexto geral.

Um exemplo de desigualdades na relação entre Estado/empreendimento solidário de comercialização dos produtos da agricultura camponesa e Estado/grandes empresas reside principalmente na isenção fiscal concedida às grandes empresas, o que não acontece com os pequenos empreendimentos. Cooperativas e unidades agroindustriais recebem relativamente menos incentivos e isenções de gestores públicos, mesmo gerando empregos e dinamizando as economias locais. Ao se instalar em qualquer lugar do país, o capital impõe ao Estado condições infraestruturais e financeiras para implantar seus empreendimentos. Não raro requer variados tipos de subsídios como estradas pavimentadas, acesso a água e energia em abundância, isenção fiscal e em certos casos doação de áreas enormes para tais investimentos, a exemplo de complexos industriais de Janaúba e Montes Claros.

Outro elemento que evidencia as exigências para normatização e regularidade fiscal nos produtos da agricultura camponesa é a proibição detectada nos escâneres ou aparelhos de Raio X de aeroportos, onde doces, queijos e outras iguarias que não tenham rótulo com

---

<sup>37</sup>Projeto contratado com o MDA que diagnosticou e elaborou Planos de Negócios para 80 empreendimentos da agricultura familiar de Minas Gerais, identificados e selecionados pelo próprio Ministério.

registros não podem ser transportados, sendo retidos pelo fisco. Segundo uma funcionária do Raio X do aeroporto de Montes Claros, *o aparelho de RX detecta sim estes produtos, quando o operador tem dúvida ele pede para o colega inspecionar a bagagem. Existe uma lista de itens proibidos para bagagem de mão, você pode acessar o site da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) para verificar - biblioteca digital da ANAC - Resolução 207 de novembro/2011 (atualizada) ou consultar “O guia do passageiro”, distribuído pela Infraero, é um excelente material informativo, o qual você pode encontrar no próprio aeroporto.* Todavia, não está escrito nestes documentos restrições aos produtos caseiros e artesanais. Numa linguagem econômica, em regiões de agricultura camponesa, a exigência de códigos de barra com registro no Ministério da Agricultura, entre outras, constitui barreira à circulação dos produtos e à entrada destes em mercados formais. Um sistema de leis que não leva em consideração as especificidades da agricultura camponesa contribui para limitar as possibilidades de expansão dessas economias e por conseguinte da reprodução do modo de vida camponês.

Se de um lado o Estado cria oportunidades para ampliação da produção de pequenas unidades de beneficiamento, por outro, não cria as condições que permitem que estes produtos cheguem a mercados mais distantes com identidade própria do lugar e com ampliação da renda se o produto ganhasse agregação de valor na própria comunidade. Entre vários exemplos de como isso é vivenciado no dia a dia das famílias camponesas, pode-se citar o caso do mel. Todo o mel produzido na comunidade de Várzea Comprida é comprado por um atravessador que leva para a cidade de Porteirinha, onde é beneficiado e exportado. O produto perde sua identidade quando é misturado com produtos de outros lugares e ao ganhar embalagens e rótulos deixa de ser da comunidade, perde o endereço, a referência ou ganha endereço de outro lugar. E este exemplo se aplica ao mel que é vendido para atravessadores que compram também de outras comunidades vizinhas e ao ser beneficiado em Porteirinha é misturado com outras produções.

Apesar de o atual governo brasileiro manter o alinhamento histórico de favorecimento do agronegócio e do grande capital agroindustrial de um lado, por outro os últimos anos foram ricos em experiências que sinalizam caminhos para a renovação das relações entre Estado e Sociedade. Hoje, percebe-se uma inflexão positiva das políticas públicas em direção ao fortalecimento das agriculturas de base familiar e o reconhecimento e valorização de suas relações com seus territórios e seus entornos.

### 3.5 Autonomia/assujeitamento da agricultura camponesa nos circuitos mercantis

Além da relação indissociável entre terra, trabalho e família, bem como da inserção parcial a mercados, outro traço da agricultura camponesa é a relativa autonomia no processo de decisão sobre a atividade produtiva e o destino de sua produção. Este item busca analisar o grau de autonomia e dependência dos camponeses nos circuitos mercantis. O exame é feito levando-se em consideração os processos de comercialização dos produtos principalmente no acompanhamento da feira, da rota dos produtos que vão para São Paulo, como o mel, requeijão e queijos. Em quais embalagens são armazenados estes produtos, que tipo de embalagem o consumidor associa o produto como sendo da região? Que valores locais, culturais são atribuídos aos produtos e as especificidades dos mesmos? Quais modificações foram feitas no sentido de manter as tradicionais formas de vender o produto e que alterações sofreram, seja a partir do “gosto” e das “preferências” dos consumidores, sejam a partir das exigências sanitárias e fiscais dos órgãos controladores do Estado?

Algumas famílias da comunidade de Várzea Comprida beneficiam leite em suas propriedades. Este processo representa uma escala de produção pequena de requeijões e de queijos cuja produção, em sua maior parte, se destina à feira livre de Porteirinha. Neste caso, o assujeitamento dos processos se localiza na preocupação e na relação com consumidores da cidade tendo como exemplo o beneficiamento do leite na produção de requeijões. O tradicional requeijão em barra ou de prato deu lugar a pequenas unidades fabricadas em xícaras, ou em pequeninas barras para atender solicitações de consumidores que sempre pediam para cortar a barra em pedaços menores. Esta mudança pode estar associada ao novo perfil dos compradores composto de famílias menores, domicílios com pessoas solteiras, etc. Por causa destas mudanças não se encontra mais com facilidade o produto em barra na feira de Porteirinha.

As famílias envolvidas na produção do leite e seus derivados relatam que as exigências colocadas pelo Estado para o processamento de subprodutos na própria comunidade é a mesma para um grande negócio. Mesmo organizando todas as famílias para adequar às regras cujo objetivo consiste em implantar uma unidade na própria comunidade, as condições “são pesadas” na leitura das pessoas que produzem o leite. *“É mais fácil entregar para unidades de fora do que mexer com este negócio de legalizar, ia precisar de acompanhamento técnico, de equipamentos adequados e outras coisas mais”* (relato de liderança local).

Na cooperativa Crescer, por exemplo, todo o processo de beneficiamento do leite foi alterado após cada visita da vigilância sanitária e da fiscalização. Os custos de produção, que incluem a assistência técnica desde o acompanhamento na propriedade e na unidade de produção aliado às estratégias de mercado aumentaram significativamente, reduziu-se o excedente dos cooperados e comprometeu o planejamento econômico realizado na safra em questão. Neste contexto, o Estado entrou para alterar os processos de beneficiamento, mas não ofereceu crédito para as adequações necessárias, ou seja, na medida em que o Estado “impõe” normas e exigências para o beneficiamento em cada unidade, deveria haver no protocolo técnico um projeto de solicitação de apoio financeiro para adequação do empreendimento fiscalizado.

Wilkinson (2008) afirma que,

Nesta ótica, deve-se priorizar estratégias de verticalizar a produção agrícola, o que exige novos conhecimentos tecnológicos, gerenciais e mercadológicos. Neste contexto, a literatura sobre inovação e aprendizagem coletiva pode trazer aportes importantes. Mas importante, portanto, são as suas implicações políticas que apontam pela necessidade de instrumentos apropriados a um ambiente de experimentação com novas formas de inserção econômica, envolvendo altos riscos – serviços de apoio, linhas de crédito com taxas e prazos especiais (WILKINSON, 2008 p.2).

É possível perceber que as famílias preferem manter a autonomia integral da produção, mas no caso do beneficiamento e da comercialização destes produtos processados eles não conseguiram recursos suficientes para estruturarem unidades de processamento. Um dos motivos está relacionado às normas e exigências colocadas pelo Estado. *“Olha, é muita exigência para a gente produzir o queijo e o requeijão, antes não tinha nada disso, a gente produzia aqui e vendia muito, até para São Paulo a gente levava os produtos”*, relata uma moradora. As famílias não sabem para quais mercados os subprodutos do leite que eles produzem vão. Segundo a mesma moradora, *“eles vendem para supermercados e sacolões em Porteirinha”*.

Atualmente não se interessam mais por mercados mais distantes como ocorreu com a rota para São Paulo. Os entrevistados afirmam que é *“melhor vender por aqui mesmo do que ficar correndo risco em ônibus para levar para o mercado de São Paulo*, no caso dos subprodutos do leite. Perceberam que este caminho longo para comercializar os produtos não apresentava vantagens quando todos os elementos, riscos e despesas de transporte eram colocados na conta dos custos deste processo. No caso do circuito da feira livre, há um

domínio da família em toda a cadeia e uma autonomia nos processos, já que neste caso vale o “capricho” na escolha e seleção dos produtos que serão comercializados.

Com relação às políticas públicas para o desenvolvimento territorial rural de “enfraquecimento” da agricultura camponesa, o componente contraditório aparece nos processos de beneficiamento e comercialização. Neles, as políticas públicas de incentivo a agroindústrias, principalmente a partir do PRONAF infraestrutura<sup>38</sup>, cuja avaliação de resultados se assemelha aos projetos ditos como “elefante branco”, onde foram investidos recursos na estrutura de beneficiamento descolado do debate cultural, produtivo, econômico e social do lugar. Nos territórios em que o processo foi articulado e construído com as comunidades locais, avaliações apontam para resultados positivos e funcionais.

Foi neste cenário acima descrito que ocorreu o fechamento temporário da unidade da Cooperativa Grande Sertão de beneficiamento de frutas e mel em Porteirinha, inviabilizada principalmente pelo alto custo da tributação em relação à capacidade de beneficiamento e vendas e os custos de energia. De acordo com o Presidente da Cooperativa Grande Sertão, Aparecido Souza, *“se a gente ligar o container de armazenamento de polpas por muito tempo a conta de energia chega a dois, três mil reais”*. Com a unidade fechada, não há outra possibilidade de agregação de valor das frutas e do mel no território local.

Portanto, ora o Estado age fortalecendo os processos da agricultura camponesa – inovando nas políticas de crédito, aquisição de alimentos, transferência de renda de base não contributiva e outras ora ele não enfrenta o desafio de propor políticas específicas no campo do beneficiamento e da comercialização que deem conta da diversidade e da realidade vivida pela agricultura camponesa. Um exemplo clássico dessa situação são os problemas decorrentes da posição da vigilância sanitária em relação ao abate de animais para a entrega da carne para o PAA. Outra evidência da ausência de políticas específicas é a falta de orçamento para programas de apoio às feiras livres, a falta de recursos para capital de giro e outros.

Os projetos produtivos previstos no “Brasil Sem Miséria” no Território da Serra Geral, concentram-se basicamente na criação de aves, ressaltando que a orientação dada pela chamada pública é que a família possa escolher como e onde irá investir os recursos do fomento. A lógica do Programa está na produção para a alimentação, mas, havendo uma produção excedente de aves que podem ir para os mercados, como solucionar o problema do abate com a legislação sanitária e ambiental? São questões que permanecem para serem

---

<sup>38</sup> Modalidade do PRONAF que destinou recursos para prefeituras investirem em unidades de processamentos dos produtos da agricultura familiar.

analisadas em trabalhos sobre a temática da fragmentação das políticas públicas e da autonomia/dependência camponesa no limiar do século XXI.

O QUADRO 4 sintetiza a ação do Estado na Comunidade de Várzea Comprida com análise dos efeitos das políticas públicas nas dinâmicas produtivas e de acessos a mercados pelas famílias.



Ano de início	Política	Objetivos	Instituição	Efeitos sobre a agricultura e o modo de vida camponês
Décadas 80 e 90 século XX	Incentivo ao cultivo de Algodão	- Apoio para a produção da cultura de algodão. - Ampliar renda dos agricultores; - Aquecer a economia regional.	Banco do Brasil  BNB  EMATER	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ deslocamento da produção de alimentos;</li> <li>▪ ampliação da renda dos camponeses;</li> <li>▪ aumento da capacidade de consumo e investimento;</li> <li>▪ estreitamento da relação dos camponeses com o sistema financeiro oficial;</li> <li>▪ vinculação dos camponeses com a indústria de beneficiamento de algodão;</li> <li>▪ dinamização da economia local;</li> <li>▪ ampliação das trocas mercantis;</li> <li>▪ capacidade de adaptação e retorno ao modo tradicional diante da crise no setor algodoeiro – resiliência.</li> </ul>
1986	Programa Leite Pela Vida – PAA/Leite	O Programa do Leite é uma modalidade do PAA e uma ação do Fome Zero. O produto é distribuído diariamente a famílias pobres.	Implementado pelo MDS em parceria com os Estados do Semiárido (todos os do Nordeste e Minas Gerais).	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ assegurar o leite principalmente para crianças e idosos;</li> <li>▪ combater a desnutrição infantil;</li> <li>▪ aquisição do produto de pequenos agricultores;</li> <li>▪ associativismo e cooperativismo fortalecidos para a venda coletiva das famílias;</li> <li>▪ garante renda ao produtor e ainda contribui com as ações de combate à fome voltadas para pessoas em situação de vulnerabilidade;</li> <li>▪ outro importante desdobramento é a regulação do preço de mercado.</li> </ul>
A partir de 1995	Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF	Investimentos no campo da produção, da criação de animais e custeios.	Banco do Nordeste  EMATER	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ fortalecimento das unidades de produção das famílias;</li> <li>▪ fortalecimento do Movimento Social e do sindicato de trabalhadores rurais;</li> <li>▪ ampliação de renda das famílias;</li> <li>▪ oportunidades para geração de emprego/atividades produtivas para as famílias.</li> </ul>
1995	Programas de Transferência de renda.	Criados para combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; combater a pobreza e outras formas de privação das famílias; promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial,	MDS  Governo do estado de Minas Gerais  Prefeitura Municipal	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ redução da pobreza extrema;</li> <li>▪ aporte financeiro para apoiar os sistemas produtivos na comunidade;</li> <li>▪ ampliação na renda;</li> <li>▪ aquisição de bens duráveis.</li> </ul>

		saúde, educação, segurança alimentar e assistência social; e criar possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares e desenvolvimento local dos territórios.		
1996	Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural	MDA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ assistência técnica produtiva e do bem estar social com as famílias;</li> <li>▪ apoio na elaboração de projetos;</li> <li>▪ monitoramento de projetos produtivos;</li> <li>▪ capacitações;</li> <li>▪ muitas famílias sem ATER na comunidade.</li> </ul>
1998	Programa Farol de Desenvolvimento	Diagnóstico socioambiental, produtivo e social, com organização e foco de atuação voltado para as oportunidades concretas de desenvolvimento do município.	Banco do Nordeste	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ diagnósticos produtivos apontando a importância da cadeia do Leite na comunidade;</li> <li>▪ diagnóstico social e ambiental da comunidade;</li> <li>▪ fortalecimento das relações institucionais;</li> <li>▪ articulação de associações do entorno;</li> <li>▪ capacitações temáticas;</li> <li>▪ frustrações com a continuidade das atividades. Processos encerraram na fase conclusiva do diagnóstico e no plano de ação. As ações não obtiveram financiamentos.</li> </ul>
2002/2003	Garantia Safra	Segurança alimentar	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, MDA e prefeituras	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ apoio para compra de alimentos para os períodos de longa estiagem/seca das famílias cadastradas.</li> </ul>
2003	Programa de Aquisição de Alimentos- PAA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criação de Mercado Institucional e Segurança e soberania alimentar e nutricional.</li> <li>▪ Fortalecimento da agricultura camponesa.</li> </ul>	CONAB/MDS e MDA, cooperativas, associações e prefeituras.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ fortalecimento de famílias que se organizam para entregarem os produtos;</li> <li>▪ ampliação da renda;</li> <li>▪ aquisição de bens duráveis.</li> </ul>
2003	Programa Luz Para Todos	Energia Elétrica nas unidades domiciliares e	Ministério das Minas e Energias	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ disponibilidade de energia para equipamentos e maquinários agrícolas;</li> </ul>

		coletivas		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ melhoria no beneficiamento dos produtos.</li> </ul>
2003	Programa Água Para Todos	Acesso a água para o consumo humano e para produção.	MDS e Ministério da Integração Nacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ instalação de reservatórios para captação de água de chuva. placa e polietileno;</li> <li>▪ ampliação na oferta de água e melhoria na qualidade da água para o consumo humano.</li> </ul>
2003	Programa Minas Sem Fome	Seu objetivo é estimular a produção de alimentos, agregação de valor e geração de renda pela venda do excedente, visando a melhoria de suas condições de segurança alimentar e nutricional.	Governo de Minas Gerais através da Emater.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ implantação de projetos produtivos;</li> <li>▪ projetos de Agregação de Valor;</li> <li>▪ projetos de Infra Estrutura (apoio em Feiras etc);</li> <li>▪ capacitações;</li> <li>▪ problemas nas modalidades de projetos colocados para a região.</li> </ul>
2003	Programa Arca das Letras	O programa surgiu com o propósito de incentivar a leitura no campo. Para isso, são instaladas pequenas bibliotecas em assentamentos e comunidades rurais, com títulos que vão desde literatura infantil até livros didáticos, dicionários e livros técnicos para jovens e adultos.	MDA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ estímulo a leitura das famílias;</li> <li>▪ ampliação de conhecimentos e aprendizagens;</li> <li>▪ interação entre os leitores da comunidade nos processos de registros dos empréstimos e na avaliação das histórias e dos livros disponibilizados;</li> <li>▪ incentivo para crianças com uso de revistas em quadrinhos.</li> </ul>
2004	Programa do Biodiesel	Objetiva a implementação de forma sustentável, tanto técnica, como econômica, da produção e uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda.	MDA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ inserção de oleaginosas produzidas pela agricultura familiar.</li> <li>▪ apoio aos processos produtivos com plantio consorciados de culturas tradicionais com mamona, girassol e outros;</li> <li>▪ ampliação da renda;</li> <li>▪ geração de emprego.;</li> <li>▪ nenhuma família da comunidade acessou o Programa.</li> </ul>

2008	Território da Cidadania - Serra Geral	Os Territórios da Cidadania têm como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.	MDA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ busca de sinergias entre os programas e políticas de fortalecimento da agricultura familiar;</li> <li>▪ espaço de concentração de sujeitos sociais e políticas que atuam no território.</li> </ul>
2009	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criação de Mercado Institucional</li> <li>▪ Incide na economia local e no fortalecimento da agricultura camponesa;</li> </ul>	Escolas estaduais e municipais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ melhoria na qualidade da alimentação escolar;</li> <li>▪ fortalecimento nos processos de organização das famílias para entrarem nas chamadas públicas;</li> <li>▪ ampliação de renda.</li> </ul>
2011	Crédito Fundiário	Aquisição de terras em forma de empréstimo do governo federal com formação de grupos familiares	MDA	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ oportunidade para famílias adquirirem terra de forma coletiva;</li> <li>▪ possibilidade de geração de emprego e renda a partir da atividade agropecuária;</li> <li>▪ as famílias da comunidade, apesar de possuírem pequenas quantidades de terras não acessaram este crédito.</li> </ul>

**Quadro: 4 Síntese da Ação do Estado na Comunidade Várzea Comprida Comprida e efeitos sobre a produção, a comercialização agrícola e o modo de vida camponês.**

**Fonte: SOUZA, M. 2012**

Deve-se reconhecer que o Estado brasileiro tem buscado efetivar políticas de fortalecimento da agricultura camponesa, conforme QUADRO 4; todavia, com todo este catálogo de políticas disponibilizadas pelo governo, nem todas as famílias da comunidade acessam os programas. Em uma mesma família encontramos mais de um membro acessando o mesmo crédito com linhas diferentes de financiamento. *“Aqui em casa eu faço um tipo, a mulher faz outro e a gente junta para investir numa coisa só, fica mais dinheiro e a gente pode fortalecer mais a roça e os bichos, agora ela fez um novo, mas comprou uma máquina de costura”*, relata um entrevistado.

Uma novidade no contexto do PAA, que reforça a política de fortalecimento de políticas para mulheres rurais é a exigência de que 40% das DAPs (Declaração de Aptidão ao PRONAF) dos projetos sejam das mulheres. Importante atentar para o risco de uma simples substituição do documento do marido pela esposa. Deve-se de fato incorporar a produção liderada por elas, hortas e pequenos animais principalmente, nos projetos do PAA e PNAE, possibilitando uma renda específica para as mulheres, de modo a contribuir para a autonomia econômica das mulheres e das famílias camponesas. O MDS e o MDA destinam, a partir deste ano de 2013, 5% dos recursos do PAA à compra de produtos de organizações que tenham entre pelo menos 30% e 40% de participação feminina.

Quanto às políticas de acesso à terra, no contexto do governo federal, encontra-se a política para aquisição de terras através do crédito fundiário, mas não aparecem políticas para a reforma agrária e nem regularização fundiária. Há políticas para acessos a serviços como energia, água, crédito, ATER, mercados, entretanto, recursos para os processos de beneficiamento, de acabamento do produto, como embalagens, logomarcas ou estruturas de armazenamento não aparecem na oferta de recursos colocados pelo governo.

## CONCLUSÃO

Ao retomar as questões iniciais tratadas neste trabalho, cujas indagações apontam à compreensão da economia camponesa e seus circuitos curtos entre produção e consumo; os canais de distribuição por onde fluem a produção alimentar e os fluxos e redes construídas entre camponeses, consumidores urbanos e o Estado; e, em que medida as políticas públicas de desenvolvimento rural e de apoio à agricultura familiar contribuem para a valorização da agricultura camponesa, para a produção e circulação de seus produtos, da cultura alimentar local, do empoderamento de suas economias e de seus territórios, chega-se às seguintes considerações e conclusões:

- (1) A revisão de literatura feita no primeiro capítulo acerca do campesinato e sua racionalidade econômica mostrou que esta categoria ocupa espaços na academia, nas organizações públicas e nos movimentos sociais de luta pela questão agrária. A academia e movimento social afirmam a existência de um modo de vida camponês, de uma agricultura camponesa com racionalidade econômica específica. Nas reflexões acerca do debate das denominações e categorização das famílias que vivem no campo, muitos elementos estudados por Lênin e Kautsky são verificáveis atualmente e constituem temas importantes no contexto do desenvolvimento rural. Camponês, pequeno agricultor, agricultor de subsistência e agricultor familiar foram se formando em diferentes contextos e situações que vão desde as normativas legais do governo a lutas políticas dos movimentos sociais, em conformidade com as transformações ocorridas e com a diversidade de situação na contemporaneidade. A revisão de literatura foi fundamental para o reconhecimento da campesidade presente nas várias dimensões da vida das famílias de Várzea Comprida, e para a escolha do campesinato como categoria analítica.

O enquadramento teórico do trabalho partiu da afirmação da existência do campesinato como categoria política, social e sociológica, em acordo com Sabourin (2009). Buscou-se observar, a partir da comunidade Várzea Comprida, características definidas por Ploeg (2008), Sabourin (2009), Wanderley (1996) entre outros, presentes na vida e nos aspectos cotidianos das famílias da comunidade. A campesinidade presente na comunidade de Várzea Comprida se localiza na autonomia relativa ligada, por um lado, a uma dependência parcial de mercados diversificados e, por outro, de recursos naturais escassos; a prioridade dada aos recursos em trabalho (familiar) sobre os recursos em

capital; o caráter central do trabalho familiar e interfamiliar (comunitário); a relação de autonomia parcial perante mercados, em particular o mercado capitalista; e finalmente, a criação de valor agregado e de empregos produtivos que diferenciam a unidade de produção camponesa da empresa agrícola capitalista.

- (2) O segundo capítulo, dedicado à descrição e análise de dados sociodemográficos e econômicos das famílias camponesas do território selecionado, seus sistemas produtivos, estratégias de organização, transformação e de destinos da produção agrícola, possibilitou a compreensão alargada do modo de vida e da economia camponesa da comunidade em tela. Após a identificação dos sujeitos e instituições que atuam nas redes e nos fluxos de comercialização, discutiu-se os tipos de canais e de relações estabelecidas pelos camponeses de Várzea Comprida. Para isso, foram selecionados três produtos considerados importantes na economia dos camponeses de Várzea Comprida em termos de produção, trocas comerciais e renda: leite e derivados, frutas e verduras e mel. Por meio do estudo da cadeia desses produtos foi possível perceber as ligações com os mercados de insumos e de produtos. A análise dos sistemas de produção mostrou que a ligação com o mercado de insumos é praticamente inexistente; por meio do estudo dos destinos da produção e dos derivados, mostrou-se que os camponeses guardam uma ligação maior com o mercado de produtos, embora ela seja parcial, já que parcela da produção é destinada para o autoconsumo, para o banco de sementes e para alimentação animal.
- (3) As características descritas no segundo capítulo demonstraram a existência de laços sociais fortes, de ações coletivas e de confiança entre as famílias de Várzea Comprida e seu entorno. A economia que rege as relações da comunidade está pautada pelo imbricamento de várias posturas e costumes que envolvem trocas, reciprocidades e solidariedade. A economia vivida pelas famílias da Comunidade procura em primeiro lugar realizar uma produção para a segurança alimentar e nutricional de todas as pessoas que vivem no lugar. A prática da doação permite manter laços e vínculos de solidariedade principalmente com as famílias que enfrentam mais dificuldades com o acesso ao alimento. De acordo com Sabourin (2009), *“assim as comunidades rurais sustentam estruturas de reciprocidade não apenas por consciência de sua produção cotidiana dos valores humanos éticos e afetivos, e sim pela referência à sua cristalização em representações simbólicas: hábitos, rituais, filosofias e religiões...”* (Sabourin, 2009). As

teias tramadas nas redes sociais, políticas e comerciais partem principalmente da comunidade que apresenta um capital social participativo e solidário, com capacidade política de intervir nos processos territoriais em busca de políticas de fortalecimento e valorização da agricultura camponesa. No que se refere às questões das redes, fluxos e circuitos de comercialização da Comunidade de Várzea Comprida o trabalho verificou que: o excedente produzido após o consumo familiar, vão para as trocas e doações e para a feira livre de Porteirinha e Janaúba. A opção por mercados próximos nos parece imprescindível para as famílias consolidarem seus produtos no mercado local e regional, menos exigentes, antes de se aventurarem no âmbito nacional e internacional. Enquanto o mercado local e regional propicia o escoamento do excedente da produção com logística facilitada, economia energética, empoderamento da economia e da cultura local, o mercado nacional ou internacional requer grandes volumes de fornecimento e alto nível de especialização e qualificação das comunidades, além da impessoalidade e grande gasto energético. De um lado, quanto mais distante o mercado que se pretende acessar, mais complexas são as exigências impostas pela legislação e pelo próprio mercado associado aos custos com logística e, conseqüentemente, os valores praticados nas vendas dos produtos. Por outro lado, os mercados mais distantes, em geral, requerem maior número de transações e de mediações e quanto maior a intermediação, mais longa é a distância que separa produtores e consumidores e maior o hiato entre os preços recebidos pelos camponeses e os preços pagos pelos consumidores, devido ao *markup* em cada elo de mediação do processo de distribuição. Diante de tais constatações, a redução da expropriação camponesa passa necessariamente pela valorização da economia de proximidade e dos circuitos que aproximam camponeses e consumidores urbanos.

- (4) Os circuitos curtos e inferiores ou de integralidade adotados pela comunidade são uma oportunidade de o consumidor adquirir diretamente os alimentos produzidos na região, com mais qualidade e frescor nos produtos sem necessariamente serem transportados para longas distâncias. É possível adquirir produtos novinhos, frescos colhidos no mesmo dia pelas famílias. Associa-se a este fato, o conhecimento da origem dos produtos, sabendo o consumidor de qual comunidade e que família produziu o alimento. Esta opção pelos produtos locais impulsiona a economia local e regional. A redução nos custos de organização para os mercados e na logística do transporte possibilita um maior rendimento para as famílias além da curta distância que economiza combustíveis fósseis e encaixa nas experiências de diversos países conhecidas pela denominação quilômetro



zero. Ficou claro que os canais acessados e utilizados pela comunidade passam prioritariamente pelo mercado tradicional, com venda direta dos produtores aos consumidores como é o caso das feiras livres, e pelos mercados institucionais, com venda dos produtores ou de suas associações para o Estado, como o caso dos Programas PAA e PNAE, nos quais o Governo adquire os produtos para suas centrais de abastecimento e para a alimentação escolar local. Nos mercados institucionais o estudo confirmou a preferência por mercados locais em virtude das condições para entrega dos produtos a baixos custos de logística do transporte. Além dos mercados de venda direta aos consumidores e institucionais, os camponeses acessam outros tipos conforme tipologia apresentada ao final do segundo capítulo.

- (5) O terceiro capítulo, dedicado à discussão do papel do Estado e suas interferências por meio de programas e políticas públicas no contexto do desenvolvimento rural, em particular daquelas que incidem na comercialização dos produtos da agricultura camponesas, mostrou historicamente como se deu a intervenção do Estado na Comunidade em algumas dimensões da vida social e produtiva. Mostrou como a ação pontual deu lugar a uma ação pública concertada, a um conjunto amplo de políticas sobre a produção e qualidade de vida dos agricultores, do apoio à produção de algodão na década de 1980 até os programas voltados para os direitos sociais, para a equidade de gênero, acesso a bens e serviços públicos e desenvolvimento da cidadania, em geral a partir dos anos 2000. Isso foi feito sob o pressuposto de que a análise da ação do Estado sobre as redes, fluxos e circuitos da agricultura camponesa não deveria ser isolada e deslocada dessa ação concertada, as quais denominamos *mix de políticas públicas*. Essa análise foi fundamental para perceber, de um lado, como o Estado brasileiro contribuiu para a valorização da economia camponesa nos anos recentes. De outro lado, foi possível perceber a permanência de problemas estruturais não enfrentados pelo Estado e que andam na contramão do desenvolvimento da economia camponesa, como a questão fundiária e a não diferenciação de tratamento entre grandes e pequenos empreendimentos, entre economia capitalista e à economia camponesa pelo sistema de comando e controle. Não há dúvidas quanto ao papel essencial do crédito para o desenvolvimento econômico, em particular nas sociedades baseadas em economias de mercado e no empreendedorismo privado. Com os riscos associados aos fatores climáticos, a agricultura camponesa, produtora de alimentos, tem sido mais vulnerável e mais dependente das políticas públicas para financiamento e investimentos em suas propriedades.

- (6) Alguns elementos que podem contribuir ao debate das políticas públicas para o desenvolvimento rural do território em análise e na reflexão com a Comunidade estão relacionados à ampliação dos processos organizacionais, que pudessem apontar na direção de implantação de unidades de beneficiamento local, principalmente na cadeia do leite. Já que a comunidade já produz e apresenta um potencial de ampliação desta produção. No caso das frutas e do mel é organizar a logística para entrega na Unidade de Beneficiamento da Cooperativa Grande Sertão, localizada na Sede do Município, e na unidade que está sendo construída pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha. Isso deve agregar valor na medida em que eles próprios dominem todos os elos da cadeia dos produtos. De modo geral, no que refere à ação do Estado na comunidade de Várzea Comprida, conclui-se que através dos *mix de políticas* disponibilizadas para a agricultura camponesa, há avanços significativos no contexto da produção, mas os processos fragmentados dos programas e a falta de intersetorialidade é percebida principalmente nos produtos como o mel, o leite e as frutas. Quanto à análise mais geral das políticas de Estado, podemos destacar que o problema da indisponibilidade de terra para a produção camponesa precisa ser enfrentado pelos gestores. No caso de Várzea Comprida, o tamanho das propriedades coloca em risco a permanência da juventude na comunidade. Grande parte dos jovens constrói sua moradia na terra da família. Poucas são as políticas para incrementar os processos de beneficiamento e de comercialização que incluem as feiras livres e os mercados institucionais. No caso das feiras livres, os recursos se localizam basicamente na reforma e ampliação de mercados, ficando a estrutura dos feirantes, barracas ou lonas no chão por não receberem apoio dos gestores públicos. Nos mercados institucionais os valores pagos pelo Estado não incluem recursos para embalagens, acondicionamentos e logística de transporte dos produtos e isto acarreta uma diminuição nos valores que entram na renda da família. Ou seja, mesmo reconhecendo os avanços nas políticas públicas, a conjuntura atual traz os desafios de buscar recursos para os processos de beneficiamento e comercialização.
- (7) Enfim, que o Estado – neste caminho de construção de redes, fluxos e circuitos de comercialização dos produtos da agricultura camponesa –, possa se apresentar como um ator que “arranja e organiza” os processos de produção, reposicionando a postura em relação ao processamento dos produtos e mercados, por que, no contexto atual, ele “desarranja e desorganiza” processos de beneficiamento e comercialização dos produtos

na medida em que as políticas para estes processos estão aquém da necessidade colocada por pequenos empreendimentos comunitários e unidades familiares. Há muito que se fazer na busca de sintonias entre as diversas secretarias e políticas do Estado. Mas uma importante iniciativa vem acontecendo neste sentido, que é o processo de sinergias quando o MDA promove a compra da agricultura familiar para a alimentação escolar, articulando com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), (MDS), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Conselho Nacional de Educação (CONSED), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e organizações da Agricultura Familiar.

- (8) A elucidação de alguns elementos construídos a partir das análises realizadas neste trabalho, serve para serem refletidos no núcleo diretivo do Colegiado do território Serra Geral na perspectiva de reorientações, readequações dos programas e das políticas de desenvolvimento rural para essa região, como por exemplo, um investimento maior em processos que possibilitem o beneficiamento na cadeia do leite e de manutenção de modos tradicionais de produção de queijos e requeijões, produtos típicos do lugar, cujos potenciais de mercados sinalizam um campo que pode ser ampliado. Ou seja, há mercados para absorverem estes produtos, quer seja local, regional ou nacional.

O estudo apresentou diversos argumentos em termos das vantagens da valorização e desenvolvimento da economia de proximidade e dos circuitos curtos. O modelo da venda direta de produtos agrícolas compreende uma atitude diferente do agricultor para com o mercado e das oportunidades que ele apresenta, e do consumidor cidadão - que vê na relação direta com a produção a condição ideal para garantir produtos agrícolas que têm uma ligação direta com o território de produção. O ponto de encontro entre ofertantes e demandantes leva à redução de uma série de etapas intermediárias e permite ao camponês uma remuneração mais adequada para seus trabalhos, e ao consumidor preços mais acessíveis.

A consolidação de um produto depende do nível de atendimento das exigências impostas pelo próprio mercado. Estas podem ser mais ou menos severas, dependendo do tipo de mercado que se pretende ocupar. Enquanto o mercado local e regional propicia o escoamento do excedente da produção com logística facilitada, o mercado nacional ou internacional requer grandes volumes de fornecimento e alto nível de especialização e

qualificação das comunidades. No caso do Leite, a complexidade agroindustrial para o processamento e os componentes fitossanitários não permitem que o camponês tenha autonomia em todo o circuito, já que o beneficiamento carece de todo o aparato exigido pelo Estado. No caso do mel e das frutas, com os investimentos realizados na Unidade de Beneficiamento da Cooperativa Grande Sertão em Porteirinha resta apoio financeiro para potencializar estas duas cadeias no sentido de ampliar a produção para o processamento, podendo ser mais uma alternativa de mercado para as famílias da Comunidade.

Assim, independente do produto e do nicho que se pretende trabalhar, é imprescindível que os empreendimentos diversifiquem seus mercados para que tenham maior segurança, independência e autonomia frente a mudanças políticas, crises econômicas, entre outros fatores que podem provocar a interrupção de compra dos produtos por algum canal aberto de comercialização. Ao encerrar esta etapa do trabalho, creio que as interpretações e análises procedidas indicam a necessidade de se inserir no debate do contexto do desenvolvimento rural brasileiro políticas de apoio aos processos de beneficiamento e comercialização da agricultura camponesa, já que muito se avançou com as políticas de produção através do PRONAF e outras.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R; VEIGA, J. E. da. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. Texto para discussão n° 641, Convênio Fipe/Ipea n° 7/97. Brasília, Mimeo, abril de 1999.

ABRAMOVAY, R. **O peso da intermediação bancária no Pronaf**. In: Gazeta Mercantil, 17 de abril de 2002.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BALSA, C. **Conceitos e dimensões da pobreza: uma abordagem transnacional**. In: BALSA, Casimiro; BONETI, Lindomar W.; SOULET, Marc- Henry (Orgs.). **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

BERTOLLO, M. **O circuito espacial produtivo da vacina no Brasil e os impactos sócio espaciais da sua implementação na cidade de São Paulo**. CODE 2011. Ipea.

BRANDÃO, C. R. **Território & Desenvolvimento, as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas-SP, Unicamp, 2007.

BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher e comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1981.

BRITO, C. de O. **Limites para adequação da agroindústria artesanal familiar aos mecanismos de mercado**. In.: BRANDENBURG, Alfio et. al. **Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas**. Brasília: MDA, 2007.

BROMLEY, D. W. **Rethinking markets**. *American Journal of Agricultural Economics*. 79, n. 5, 1997.

CARDOSO, L. C. et all. **Avaliação de Programas sociais (PNAE, PLANFOR, PROGER): eficiência relativa e esquemas de incentivo**. IPEA, Rio de Janeiro, 2002.

CARVALHO, R. L. de, et al. **PNPB e sistemas produtivos da agricultura família no semi-árido: oportunidades e limites**. Rio de Janeiro, 2007.

CASTELLS, M.. **A Sociedade em Rede**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

CENTRO de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. **Planos de negócios de empreendimentos em Minas Gerais**. 2013. Montes Claros/MG.

CORRÊA, R. L. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 141-162.

CORRÊA, R. L. **Os sentidos da rede: notas para discussão**. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, pp. 11-28.

CASTILLO, R. & FREDERICO, S. **Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo**. In.: M. F. V. (org.). **Território: ensaios teóricos e temas contemporâneos**. Uberlândia: UFU. 2010.

CASTRO, C. M. **A Prática da Pesquisa**. Prentice Hall Brasil, 2006.

CHAYANOV, A. **La Organización de la Unidad Econômica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision. 1974.

CORRÊA, R. L. **Peasant economic: farm households and agrarian development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

DANGELIS, J. S.d'. **Políticas locais para o “des-envolvimento” no Norte de Minas: uma análise das articulações local & supra-local**. Dissertação Mestrado, Universidade Católica de Temuco Chile, 2005.

DAYRELL, C. A. **Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais**. Dissertação de Mestrado. Andaluzia: Universidade Internacional de Andaluzia. 1998.

DIAS, L. C. **Redes: emergência e organização**. In: CASTRO, I. E. GOMES, P. C. C.; Revista de Nutrição, Campinas, n. 21, p.145s-158s, jul./ago., 2008.

DELGADO, G. C. et all. **Avaliação do Programa de Aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA)**. IPEA, dezembro de 2005.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press. 2000.

FRANÇOIS M. et al. (2000). **Commercialiser les produits locaux**: Circuits courts et circuits longs, “Innovation en milieu rural”. Cahier de l'Innovation, n°7, Observatoire européen LEADER. Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural. Circuitos “curtos” ou circuitos “longos”? Inovação em meio rural - Caderno n°7 - Julho de 2000.

FURTADO, C. **A formação econômica do Brasil. Ciências Sociais**, V. 23. 10 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970 (Col Biblioteca Universitária, série 2a).

GALIZONI, F.M. **Terra, ambiente e herança no Alto Jequitinhonha**, Minas Gerais. In Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2002.

GUILHOTO, J. J. M. et all. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. Anpec. 2007.

GUANZIROLI, C. E. et all. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GRAZIANO J. **Qual Reforma Agrária? Terra, Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

GRAZIANO J. **O que é Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GUILHOTO, J. M. et all. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. Anpec. 2007.

HAESBAERT. R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.

HANNEMAN, R. A. and M. Riddle (2005). **Introduction to Social Network Methods**. Riverside, CA: Universidade da Califórnia, Riverside. Disponível em: <<http://www.faculty.ucr.edu/~hanneman/nettext/>>. Acesso em: 10/01/2013.

HERÉDIA, B.A. **A morada da vida**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

HODGSON, G. **Economia e instituições**: manifesto por uma economia institucionalista moderna. Oeiras: Celta, 1994.

HOFFMANN, R. **Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil**. Revista Estudos Avançados, São Paulo, USP, v.9, n. 24, p. 159-172, 1995.

IPEA. **Brasil em Desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília. ANO.

IZQUIERDO, L.R. and Hanneman, R.A. (2006). **Introduction to the Formal Analysis of Social Networks Using Mathematica**. Disponível em: <<http://www.luis.izquierdo.name>> . Acesso em: 20/12/2012.

KAGEYAMA, A. & Hoffmann. **Pobreza no Brasil**: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

KAUTSKY, K. **A questão Agrária**. Rio de Janeiro. Guanabara, Ed. Lemmert S.A, 1968.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LÉVESQUE, B. Sociologia Econômica. In: PEDRO, Hespanha *et all.* **Dicionário internacional da outra economia**. Centro de Estudos Sociais. Portugal/Coimbra, G.C., Gráfica de Coimbra, 2009.

MALINOWSKI, B. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. 1992 Coleções Os Pensadores, Abril Cultural, 1976.

MALUF, R. S. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil**: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. In: Ensaio FEE. Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: Carneiro, M. J; MALUF, R. S. (orgs.) **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. pp.135-152.

MALUF, R.S, Menezes F. Caderno 'segurança alimentar'. [acesso em 2011]. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br/>>

MARTINS, José de Souza. Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. In: **Expropriação e Violência** (a questão política no campo). São Paulo: Hucitec, 1980c.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.



- MARTINS, J de S. **A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na “Nova República”**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.
- MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARTINS, J. de S. **O Cativo da Terra** [1.<sup>a</sup> edição: 1979], 5.<sup>a</sup> edição, São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- MARTINS, J. de S. **O Poder do Atraso** (Ensaio de Sociologia da História Lenta), São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. 1925.
- MAZZETO S. C E. 1999. **Cerrados e camponeses no Norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações Sertanejas**. Dissertação de Mestrado. IGC/UFGM, Belo Horizonte/Brasil. 250p., mimeo.
- MENEZES, S. S.M & ALMEIDA, Maria Geralda. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas no território das fabriquetas de queijos**. UFS - Sergipe. 2007.
- MENASCHE, R; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. **Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação**. IN Revista de Nutrição. Campinas, julho de 2008.
- MINAYO, M. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; 1992.
- PAULA, J. de. **Políticas de apoio ao Desenvolvimento Local**. Disponível site SEBRAE , consultado dia 10/04/2013.
- PAOLONI, L. **A segurança alimentar e os modelos de organização do cenário agrícola da globalização**. Artigo publicado no Agronegócio Economia e Direito, n. 2, 2007, pp. 2, 2007, pp. 57-72. 57-72.
- PINTO, L. C. G. **Notas sobre a Política Agrícola Brasileira**. Encontros com a Civilização Brasileira, V.7. 1979
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**, 2 ed. Rio de Janeiro, 2000.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. V. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, p. 13-54, 2006.

PRADO JR. C. **A Questão Agrária no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO JR. C. **Formação do Brasil Contemporâneo**, SP: Brasiliense, 1942, 390 p.

RIBEIRO, E. (coord.). **Feiras do Jequitinhonha, mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semiárido de Minas Gerais**. UFLA/MG. 2007.

RIBEIRO, E. et all. **Mercados locais, indústria doméstica rural e comercialização na agricultura familiar do Alto Jequitinhonha**. 2007.

RODRIGUES, L. (Org.). **Agricultura familiar: fontes de crescimento, resposta da produção a preços e crédito e capacidade de pagamento do financiamento**. Relatório de Pesquisa – Abril de 2008. UNIMONTES.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil, entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

SABOURIN, E. **Dinâmicas territoriais e acesso aos mercados: uma leitura pela reciprocidade**. In: SILVA, G. A. da; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B. (Ed.). **Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil**. João Pessoa: Zarinha, 2009. p.147-186.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves ed., 1979.

SANTOS, M. **Economia espacial-críticas e alternativas**. São Paulo: Hucitec, 1979.

SCHNEIDER, S. & Fialho, M. Antonio V. **Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul**. LUGAR: EDITORA, 2011.

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias, Porto Alegre/ RS. ano 6, n.11, p.88-125, jun/2004.

SEN, A.. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHANIN, T. **Lições Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SHANIN, T. **A definição de camponês**: conceituações e desconceituações. Estudos CEBRAP, 26, 1980.

SHIVA, V. **Recursos naturais**. In: SACHS, W. Dicionário do desenvolvimento, guia para o conhecimento como poder. ed. Petrópolis: Vozes, 2.

SILVA, C.A. **Pensando o espaço social alimentar em benefício da agricultura**. Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil - Porto Alegre, 28 de maio - 1 de junho de 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SMELSER, N.J. **A sociologia da vida econômica**. São Paulo: Pioneira, 1968.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro, ZAHAR Editores, 1980.

VEIGA, J. Eli et al. (2001). **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Textos para Discussão n. 1, NEAD, Brasília.

WANDERLEY, M.N.B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. 1996. Caxambu, MG: ANPOCS, 1996.

WASSERMAN, S. & FAUST, K. (1994). **Social network analysis**: methods and applications. Structural Analysis in the social sciences. Vol. 8. Cambridge: Cambridge University Press.

WHITE, H. **Where do markets come from?** The American Journal of Sociology. Chicago, v.87, n.3, p.517-547, nov. 1981. Disponível em: < [www.jstor.org/stable/2778933](http://www.jstor.org/stable/2778933) >. Acesso em 19 de dezembro de 2010.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2008.

WOLF, E. **Sociedade e economia camponesa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WOLF, E. **O estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo-Salvador. Ed. Hucitec, 1986.

WOORTMANN, K. **Com parente não se negocia. O campesinato como ordem moral.**  
Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro: Brasília-DF/Rio de Janeiro, 1990.

**ANEXOS**